

O IMPACTO DA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA CPLP NAS POLÍTICAS ADOTADAS PELA CPLP

**Relatório de Estágio de Mestrado
em Ciências Políticas e Relações Internacionais**

Setembro, 2016

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizado sob a orientação científica do Professor Doutor Rui Branco, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Doutora Dalila Maulide, Chefe de Divisão de Relações Internacionais da Assembleia da República.

Aos meus avós.

Aos meus pais e ao meu irmão.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos últimos nove meses, não poderia deixar de agradecer a algumas pessoas que tornaram possível a realização deste relatório.

Ao João Andrade Machado, companheiro e amigo de tantas lutas.

Ao meu amigo Bruno Próspero, pela paciência e por me escutar em tantos dias deste período.

À minha amiga e colega de trabalho Marisa Ferreira, pela disponibilidade e entrega a uma causa que não era a sua.

Ao Doutor Rui Branco, que me acompanhou e o orientou pacientemente com este relatório.

À Doutora Dalila Maulide, Chefe da Divisão de Relações Internacionais da Assembleia da República.

Ao Doutor Rodrigo Knopfli, colega de divisão, que me proporcionou a melhor experiência e me ajudou a poder obter os resultados desta investigação.

A todos os colegas da Divisão de Relações Internacionais, Doutora Ana Guapo, Doutora Ana Margarida Isidoro, Doutor José Diogo, Doutora Patrícia Grave, Doutora Rosário Tavares e Doutora Suzana Santos, responsáveis pelo meu sucesso neste estágio.

À Leroy Merlin, que me permitiu, enquanto trabalhava, poder cumprir o meu estágio e me deu todas as condições para que concluísse o meu plano de estudos.

O IMPACTO DA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA CPLP NAS POLÍTICAS ADOTADAS PELA CPLP

SIMÃO PEDRO RAMOS SANTANA

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: acordos multilaterais, Assembleia Parlamentar da CPLP, Assembleia da República, CPLP, cooperação, fichas técnicas, relações bilaterais, realismo geopolítico, Relações Internacionais.

O presente Relatório de Estágio apresenta o trabalho realizado durante cinco meses no Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo (GARIP), Divisão de Relações Internacionais (DRI) da Assembleia da República. Durante este período procedeu-se, principalmente, à elaboração de fichas técnicas e atualização de dados correspondentes a países em relações bilaterais com Portugal, bem como à análise e apoio às reuniões da delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP) e aos Grupos Parlamentares de Amizade dos países correspondentes.

O relatório está dividido em três capítulos, começando pela apresentação e enquadramento do GARIP e da DRI no âmbito da Assembleia da República, tal como da organização da instituição, no seu todo. O segundo capítulo trata das tarefas realizadas durante o período de estágio, fichas técnicas, reuniões da delegação da Assembleia da República à AP-CPLP, Conferências, Tomada de Posse do Presidente da República e demais atividades em que tenha contribuído.

Na última fase deste relatório propomo-nos, ou seja, perceber a importância da AP-CPLP dentro da CPLP e a sua verdadeira utilidade para a execução de medidas da organização, ou seja, o nível de cooperação entre as duas organizações.

ABSTRACT

KEYWORDS: Parliamentary Assembly of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP), CPLP Parliament, multilateral agreements, cooperation, fact sheets, bilateral relations, geopolitical realism, International Relations.

This Internship Report presents the work accomplished in the International Relations and Protocol Office (GARIP), International Relations Division (DRI) of Parliament, during a five month period. The main work focus during this period was the preparation of technical files and the updating of data corresponding to countries in bilateral relations with Portugal, as well as the analysis and support provided for meetings of Parliament delegates to the Parliamentary Assembly of the Community of Portuguese Speaking Countries (AP-CPLP) and the Parliamentary Friendship Groups of the corresponding countries.

The report is divided into three chapters, beginning with the presentation and framing of GARIP and DRI in the context of the Parliament, as well as the organization of the institution as a whole. The second chapter addresses the tasks carried out during the internship period, the fact sheets, meetings of the Parliamentary delegation to the AP-CPLP, Conferences, the Swearing-in of the President and other activities to which I contributed.

In the last part of this report we endeavour to understand the importance of AP-CPLP within the CPLP and its true value for the implementation of organizational measures, that is, the level of cooperation between the two organizations.

ÍNDICE

RESUMO

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|--|--------------|
| INTRODUÇÃO | I |
| CAPÍTULO I | II |
| ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA..... | II |
| <i>História da instituição.....</i> | <i>ii</i> |
| GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E PROTOCOLO | VI |
| DIVISÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS | VIII |
| CAPÍTULO II..... | XI |
| ESTÁGIO..... | XI |
| FICHAS TÉCNICAS | XII |
| <i>Principais dificuldades: um modelo para reflexão.....</i> | <i>xix</i> |
| AP-CPLP | XXIII |
| <i>Reuniões da Delegação da AR à AP-CPLP</i> | <i>xxiv</i> |
| GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE | XXIX |
| CERIMÓNIAS E CONFERÊNCIAS | XXX |
| <i>Ano Internacional da CPLP contra o Trabalho Infantil.....</i> | <i>xxx</i> |
| <i>Tomada de Posse do Senhor Presidente da República</i> | <i>xxxi</i> |
| <i>Comemoração dos 42 anos do 25 de abril.....</i> | <i>xxxii</i> |
| CAPÍTULO III | XXXII |
| A IMPORTÂNCIA DA AP-CPLP NAS POLÍTICAS ADOTADAS PELA CPLP..... | XXXII |
| <i>As estruturas.....</i> | <i>xxxiv</i> |
| <i>A AP-CPLP na CPLP: análise e resultados</i> | <i>xxxix</i> |
| <i>O caso português.....</i> | <i>xlii</i> |
| CONCLUSÃO | XLIII |
| BIBLIOGRAFIA | XLVI |
| ANEXOS | XLIX |
| ANEXO 1: FICHAS TÉCNICAS..... | XLIX |
| ANEXO 2: PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÓMICAS DA CPLP EM 2016 | CXXVII |

LISTA DE ABREVIATURAS

AP-CPLP – Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa

AP-NATO – Assembleia Parlamentar da Organização do Tratado do Atlântico Norte

AP-OSCE – Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

APCE – Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa

APM – Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo

AR – Assembleia da República

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

DRI – Divisão de Relações Internacionais

GARIP – Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo

GPA – Grupo Parlamentar de Amizade

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

UIP – União Interparlamentar

INTRODUÇÃO

No Relatório de Estágio que aqui se inicia propomo-nos descrever e detalhar o trabalho executado ao longo de cinco meses na Divisão de Relações Internacionais da Assembleia da República, que teve como objectivo a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais.

Importa sublinhar o facto de se tratar da especialização em Ciência Política, pelo que a abordagem geral ao estágio e aos aspectos científicos do mesmo contém um pendor técnica e eminentemente dentro da Ciência Política. No entanto, e por se tratar de uma divisão da Assembleia da República dirigida às Relações Internacionais, como é facilmente interpretado, neste mesmo relatório, quer por força da sua natural circunstância e natureza, mas também pela necessidade de análise do tema em questão e de forma a poder tornar as conclusões mais sólidas e assertivas, este documento tratará também questões do âmbito das relações internacionais.

De forma concreta, este relatório dividir-se-á em três grandes capítulos, descrevendo a instituição (Assembleia da República) e divisão onde o mesmo se realizou (Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo – GARIP, Divisão de Relações Internacionais – DRI), detalhando numa segunda fase o estágio e todas as tarefas e responsabilidades que me foram atribuídas e, numa etapa complementar, analisando a relação entre a AP-CPLP e a CPLP, sendo minha expectativa poder conseguir perceber se os dois órgãos desta organização trabalham com o mesmo sentido político e em coordenação.

Irei tentar responder às questões: A delegação da AR à AP-CPLP coordena-se com o Governo, na apresentação de votos, relatórios, pareceres, propostas ou recomendações, apesar de serem órgãos independentes?; Que importância têm para a CPLP os relatórios, pareceres, propostas ou recomendações, na medida em que influenciam ou não a tomada de decisão por parte do Secretariado Executivo?; Quais as deliberações tomadas pela CPLP durante o período compreendido entre janeiro e junho de 2016, que tiverem o contributo da AP-CPLP?

Neste capítulo mais teórico, procurei perceber, portanto, a relação entre a AP-CPLP e a CPLP e a sua preponderância dentro da organização de países de língua oficial portuguesa.

CAPÍTULO I

Assembleia da República

Localizada no Palácio de São Bento, em Lisboa, a Assembleia da República “é a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses”¹, órgão legislativo do Estado Português, composta por 230 Deputados.

A Assembleia da República ou Parlamento, como também pode ser designado, é ainda composto por um Conselho de Administração e serviços próprios que apoiam o trabalho dos Deputados, a comunicação e a atividade da própria Assembleia da República como órgão de representação da nação.

História da instituição

Torna-se importante dentro do contexto deste relatório e de todo o estágio, numa primeira instância, perceber de forma simples, mas objectiva, a história da Assembleia da República, conhecendo o seu início e as razões pelas quais se viria a formar, tal como as várias constituições que serviu.

Os trabalhos parlamentares iniciaram-se em 1821, com as Cortes constituintes. “Seis meses antes, na *Proclamação aos Portugueses*, a Junta do Governo do Reino elencara as causas que justificaram a rebelião do Exército no Porto: uma administração “cheia de erros e de vícios”, liderada por homens em cuja boca “o amor da pátria, sacrificado ao egoísmo, não foi mais do que um nome em vão”. Assim desaparecera o “nosso comércio”, definhara a “nossa indústria”, esmorecera a agricultura e apodrecera a “nossa Marinha”. Para além do contágio da Revolução espanhola, do desagrado da burguesia com a abertura dos portos brasileiros e com o tratado com Inglaterra, dos sentimentos de orfandade e humilhação pelo abandono do rei, pela elevação do Brasil a reino e os excessos dos ingleses no exército e na Regência, movia os revoltosos o desejo de convocar Cortes e adotar uma Constituição².

¹ Estatuto e Eleição, sítio oficial da Assembleia da República na internet, agosto de 2016 -

² Branco, Rui, *A Construção Nacional 1834-1890, História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*, Volume 2, coordenação, Tavares de Almeida, Pedro, direção, Costa Pinto, António e Monteiro, Nuno Gonçalo, pág. 31, 2013

Apesar de a Constituição ter sido aprovada apenas em 1822, a Assembleia Constituinte que lhe deu origem iniciou os seus trabalhos após a Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820.

A partir deste momento “a organização do poder político passou a obedecer a três grandes princípios básicos: soberania nacional, representação política plena, assim como a separação e independência dos poderes”³.

Com a Revolução, o espaço do povo, como soberano da nação, passa a estar definido, “colocado “no lugar divino e como proprietário de uma soberania autossuficiente, outras passaram a ser as regras de representação política” (Fernando Catroga): a unidade representada deixa de ser a família, a propriedade ou a corporação para ser o indivíduo através de assembleias nacionais eletivas e não já de corpos funcionais separados”⁴.

Deste modo, “consagrava-se, a teoria de Montesquieu e de Sieyès, segundo a qual os representantes, uma vez recebido o mandato do povo, não podiam ser considerados como simples comissários, caso em que as suas decisões ficariam sujeitas a ratificação popular permanente”⁵.

“A Constituição de 1822 vigora até 4 de junho de 1823. Em termos práticos, pode dizer-se que o fim do seu primeiro período de vigência é imposto pela Vilafrancada, movimento contrarrevolucionário chefiado por D. Miguel, em 28 de maio de 1823. Em 3 de Junho, o Rei dissolveu as Cortes e, por lei de 4 de junho de 1824, declarou em vigor as leis tradicionais.”⁶

Com a morte do rei D. João VI em 1826, D. Pedro IV, herdeiro da coroa, viu-se impossibilitado pela Constituição brasileira de gerir as duas coroas. Deste modo “o

³ Fernandes, Paulo Jorge, O Sistema Político Português Séculos XIX-XXI, organizador, Freire, André, pág. 26, 2012

⁴ Branco, Rui, A Construção Nacional 1834-1890, História Contemporânea de Portugal: 1808-2010, Volume 2, coordenação, Tavares de Almeida, Pedro, direção, Costa Pinto, António e Monteiro, Nuno Gonçalo, pág. 32, 2013

⁵ Gomes Canotilho, José Joaquim, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, pág. 258, 6.ª edição, 1993

⁶ Gomes Canotilho, José Joaquim, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, pág. 280, 6.ª edição, 1993

efémero monarca resolveu a questão através da outorga de uma Constituição da sua própria autoria, em abril, a Carta Constitucional, e da abdicação do cetro europeu na sua filha menor, D. Maria da Glória, em Maio”.⁷

No entanto, a Carta Constitucional dava muitos mais poderes ao rei, deixando para segundo plano o papel do parlamento. Desta forma deu-se nova Revolução, em 9 de setembro de 1836, que restaurou a Constituição de 1822.

Em 1838, as Cortes Constituintes acordaram uma nova Constituição que deu ao parlamento nova ênfase. Entre as principais alterações presentes na Constituição de 1838, podemos contar com a audição do parlamento na questão dos tratados externos, os impostos passaram a ser votados anualmente, reintroduzidas eleições diretas e a Câmara dos Pares foi rebatizada como Câmara dos Senadores.⁸

Um novo golpe de Estado, em 1842, recuperou a Carta Constitucional de 1826 que foi alvo de várias reformas durante o seu período de vigência, até ao início do século XX.

Com a Revolução Republicana de 5 de outubro de 1910, tornou-se imperativo a criação de uma nova Constituição que regesse o Estado e o parlamento portugueses. “A Assembleia Nacional Constituinte foi eleita num sufrágio em que só houve eleições em cerca de metade dos círculos eleitorais. Não havendo mais candidatos do que lugares a preencher em determinada circunscrição eleitoral, aqueles eram proclamados eleitos sem votação”.⁹

Na Constituição de 1911, a Assembleia da República ocupa um lugar de grande destaque nas decisões políticas do Estado, o que leva o constitucionalista José Joaquim Gomes Canotilho a considerar que a “nova” Constituição cria um regime monístico e um governo de assembleia:

⁷ Fernandes, Paulo Jorge, O Sistema Político Português Séculos XIX-XXI, organizador, Freire, André, pág. 28, 2012

⁸ Fernandes, Paulo Jorge, O Sistema Político Português Séculos XIX-XXI, organizador, Freire, André, pág. 29, 2012

⁹ O Parlamento, Apontamentos Históricos, O Estado Novo (1926-1974), sítio oficial da Assembleia da República na internet, agosto de 2016 – <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/APrimeiraRepublica.aspx>

“Tal como estavam articulados, os poderes políticos regulados no texto de 1911 vieram a resvalar para uma forma do regime parlamentar que poderemos caracterizar sob um duplo ponto de vista:

(1) regime monístico – dado que ao Parlamento é conferido um amplo poder de controlo político sobre o governo e ao Presidente da República nem sequer era concedido (na redação inicial) o poder de dissolução das câmaras.

(2) governo de assembleia – porque não podendo ser dissolvido antes do termo constitucionalmente pré-fixado, o Congresso era o único órgão que, em teoria, podia condicionar decisivamente as diretivas políticas da república democrática.”¹⁰

O fim da I República assinala-se em 1926, com o golpe de estado dos militares, a 28 de maio, no entanto “o ato fundacional do Estado Novo foi sem dúvida o plebiscito constitucional de 1933. O novo texto, aparentemente inspirado na tradição liberal na qual a tripartição típica dos Estados de Direito entre legislativo, executivo e judiciário permanece estatuída.

(...)

Caetano definiu a nova carta constitucional com o eufemismo de “autoritária-liberal”¹¹.

Com esta nova fórmula e orientação, a Constituição de 1911 reforçou a dimensão autoritária e corporativa, dando “muito poucos poderes à câmara dos deputados e nenhuma à corporativa”¹².

Após nova Revolução, que pôs fim ao Estado Novo, a “25 de abril de 1974, uma das primeiras preocupações do Movimento das Forças Armadas, expressa nas medidas imediatas do seu programa – fundamentado na necessidade de definição de uma “política ultramarina que conduza à paz (...) só possível com o saneamento da atual política interna e das suas instituições, tornando-as, pela via democrática, incontestados

¹⁰ Gomes Canotilho, José Joaquim, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, pág. 314, 6.^a edição, 1993

¹¹ De Araújo, António, O Sistema Político Português Séculos XIX-XXI, organizador, Freire, André, pág. 132, 2012

¹² Costa Pinto, António, O Sistema Político Português Séculos XIX-XXI, organizador, Freire, André, pág. 154, 2012

representantes do Povo Português" – foi a convocação, no prazo de um ano, de uma Assembleia Constituinte eleita por sufrágio universal direto e secreto”¹³.

Com a Constituição de 1976, formou-se um Parlamento monocameral, com funções legislativas e de fiscalização da ação do Governo e da Administração Pública, designada como Assembleia da República, com algumas revisões, relativamente à sua orgânica, ao longo dos últimos 42 anos.

“A partir deste momento Portugal “entrou efetivamente no “clube” dos países democráticos, inaugurando, aliás, a denominada “terceira vaga” de democratização à escala mundial. (...) Foram instauradas eleições livres e regulares para os diferentes órgãos do poder político (Assembleia da República, Presidência da República, Autarquias Locais, Regiões Autónomas e, desde 1987, para o Parlamento Europeu).”¹⁴

De facto, todas as constituições instauradas em Portugal foram precedidas por atos revolucionários, a Constituição de 1822 precedida pela revolução de 1820, a Constituição de 1838 precedida pela revolução de Setembro de 1836, a Constituição de 1911 precedida pela revolução de 5 de outubro de 1910, a Constituição de 1933 precedida pela revolução de 28 de maio de 1926 e, por fim, a Constituição de 1976 precedida pela revolução de 25 de abril de 1974.

Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo

No que aos seus serviços diz respeito, a Assembleia da República, tal como a conhecemos, passou a estar regulamentada na Lei n.º 77/88 de 1 de julho. No que ao atual GARIP diz respeito, este começou por ser denominado como Gabinete de Relações Públicas e Internacionais, alterado em 2004 e definido nos seus objetivos e competências na Estrutura e Competências dos Serviços da Assembleia da República.¹⁵

¹³ O Parlamento, Apontamentos Históricos, O Estado Democrático, sítio oficial da Assembleia da República na internet, agosto de 2016 –

<http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/OEstadoDemocratico.aspx>

¹⁴ Freire, André, e Meirinho, Manuel, O Sistema Político Português Séculos XIX-XXI, organizador, Freire, André, pág. 170, 2012

¹⁵ Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro

Neste contexto, o GARIP é um dos gabinetes que compõe os serviços da Assembleia da República (Imagem 1) e onde tive a oportunidade de realizar o meu estágio curricular.

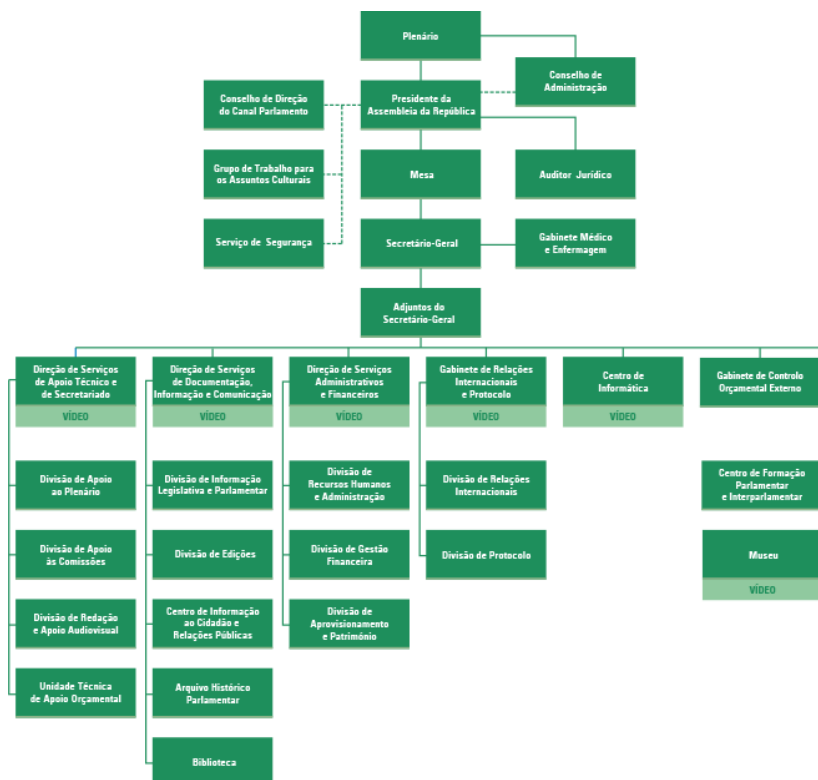


Imagem 1: Organograma dos serviços da Assembleia da República¹⁶

Cabe a este Gabinete, dentro das competências que a Assembleia da República lhe dirige, orientar toda a atividade da instituição e dos seus representantes a nível internacional.

Deve assegurar, não só as diligências entre a AR e as suas homólogas em missões, colóquios, conferências, visitas oficiais, entre outros, bem como coordenar as várias delegações com objetivos bilaterais ou multilaterais no âmbito das Relações Internacionais:

“1 - O GARIP é a unidade orgânica especialmente encarregada de apoiar e dinamizar as relações externas da Assembleia da República.

2 - Ao GARIP compete:

¹⁶ Fonte: Disponível na intranet dos serviços da Assembleia da República, maio de 2016

- a) Promover a divulgação da atividade da Assembleia da República no estrangeiro;*
- b) Prestar apoio às delegações parlamentares nas organizações internacionais e nas missões oficiais ao estrangeiro;*
- c) Planear e colaborar na realização de solenidades, comemorações e visitas oficiais à Assembleia da República e assegurar o respetivo protocolo;*
- d) Organizar e assessorar as conferências, colóquios ou outras reuniões de âmbito internacional promovidas pela Assembleia da República, fora do âmbito estritamente partidário;*
- e) Assegurar um serviço de tradução e garantir serviços de interpretação especializados em todos os atos da Assembleia da República para os quais forem julgados necessários;*
- f) Assegurar o carregamento das bases de dados relativas à atividade parlamentar e processo legislativo comum (PLC) em tempo real.”¹⁷*

O GARIP encontra-se dividido em duas divisões: a Divisão de Relações Internacionais (RI) e a Divisão de Protocolo (DP), a primeira onde efetivamente realizei o meu estágio durante cinco meses:

“3 - O Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo compreende:

- a) A Divisão de Relações Internacionais (DRI);*
- b) A Divisão de Protocolo (DP).”¹⁸*

Divisão de Relações Internacionais

Após uma introdução à Assembleia da República como instituição, mas com um forte pendor histórico político e, posteriormente, ao Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo, podemos então avançar para a Divisão de Relações Internacionais que se encontra inserida no GARIP, a par da Divisão de Protocolo, tornando clara a diferença entre as competências de cada uma das duas divisões, sendo a DRI focada na vertente política do Gabinete, enquanto a DP tem como raio de ação principal a organização formal dos eventos.

Compete à Divisão de Relações Internacionais, garantir a informação necessária de apoio às várias comissões e delegações internacionais da Assembleia da República, prestando o devido apoio técnico em reuniões, conferências, plenários, comissões e

¹⁷ Estrutura e Competências dos Serviços da Assembleia da República, art. 21.º, pág. 15, 2004

¹⁸ Estrutura e Competências dos Serviços da Assembleia da República, art. 21.º, pág. 15, 2004

demais concentrações onde a Assembleia da República tenha representação através dos seus Deputados.

É também da sua competência o garante das necessidades logísticas adjacentes a deslocações internacionais de delegações da Assembleia da República.

Deste modo, considera-se da competência da DRI:

- “a) Recolher, analisar, selecionar, armazenar, tratar e fornecer informação e documentos sobre a atividade internacional e interparlamentar da Assembleia da República;*
- b) Assegurar o secretariado, no País e no estrangeiro, das delegações, grupos de amizade formados entre parlamentares portugueses e de outros parlamentos, representações ou deputações, no âmbito das relações internacionais da Assembleia da República;*
- c) Colaborar com os presidentes das delegações permanentes da Assembleia junto das organizações parlamentares internacionais na organização dos respetivos programas de trabalho e prestar-lhes apoio técnico;*
- d) Organizar os programas das atividades sociais, culturais e outras respeitantes a reuniões parlamentares internacionais realizadas no País;*
- e) Organizar e acompanhar as visitas à Assembleia da República de delegações parlamentares e de outras delegações ou convidados estrangeiros;*
- f) Promover, organizar e acompanhar os planos de cooperação parlamentar com os parlamentos estrangeiros com os quais Portugal mantenha relações de entendimento e amizade;*
- g) Promover a obtenção, no quadro do orçamento da Assembleia da República e em articulação com a DGF, dos meios necessários às deslocações dos deputados, nomeadamente ajudas de custo, vistos nos passaportes, reservas e títulos de transporte e hotelaria;*
- h) Efetuar em tempo real o carregamento de todos os campos da base de dados relativa à atividade parlamentar e processo legislativo comum (PLC) com a informação de que dispõe em primeiro lugar e que está na sua esfera de competência;*
- i) Manter e avaliar a qualidade e eficiência do contrato de prestação de serviços*

celebrado pela Assembleia da República para a gestão de sistema de viagens exigidas pela atividade parlamentar.”¹⁹

Durante o período de estágio, antecipando o início do segundo capítulo, onde irei detalhar todo o trabalho que realizei nesta Divisão, as minhas responsabilidades estiveram centradas nas competências das alíneas *a)*, *c)*, *e)* e *h)* descritas acima.

Em termos de organograma, a DRI tem uma Chefe de Divisão, Doutora Dalila Maulide. A divisão é ainda composta por seis técnicos, com diferentes zonas geográficas de atuação, no âmbito das relações externas entre o Parlamento e as restantes organizações congéneres e internacionais.

Devido ao elevado número de organizações e agendas próprias de cada instituição, desde os parlamentos nacionais de cada país, até às organizações regionais como a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE), a União Interparlamentar (UIP), a AP-CPLP, a Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (AP-OSCE), a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM) e a Assembleia Parlamentar da NATO (AP-NATO), cada técnico é responsável pelo acompanhamento e assessoria de cada uma destas organizações.

Tal como seria de esperar de uma estrutura direcionada para as relações externas, existe um importante trabalho de atualização das informações que constam das fichas técnicas²⁰ dos países que as delegações da AR visitam ou, em sentido inverso, dos grupos de trabalho que são recebidos pelo Parlamento.

Para além disso, é imprescindível que os Deputados nacionais possam ter em sua posse a melhor e mais completa informação sobre os temas a tratar nas assembleias em que participam, documentos estes que são preparados pelos elementos da DRI, que dividem também entre si, como foi referido, as diferentes áreas do globo pelas quais estão responsáveis, encontrando-se divididos então da seguinte forma: Europa ocidental, Europa oriental, Ásia, América, Magrebe, Médio Oriente e África subsariana.

¹⁹ Estrutura e Competências dos Serviços da Assembleia da República, art.º 22.º, pág. 15, 2004

²⁰ Fichas técnicas – considera-se assim os documentos com toda a informação política, judicial, geográfica, demográfica, económica, de relações externas gerais, de relações com Portugal e culturais de um país. Estes documentos servem como base de apoio aos deputados, na preparação de reuniões bilaterais ou multilaterais.

CAPÍTULO II

Estágio

Neste segundo capítulo do relatório, irei abordar de forma concreta a natureza das tarefas realizadas no decorrer do estágio, colocando também uma visão crítica sobre cada uma das mesmas, de forma a poder produzir uma análise proactiva acerca das áreas em que tive a oportunidade de exercer funções.

Apesar do *Plano de Estágio* considerar uma questão dentro da ciência política²¹, aquando do início do estágio, e por uma questão de necessidade da DRI, como tarefa principal estaria a atualização e concretização de fichas técnicas dos países que visitam a Assembleia da República, ou os quais são visitados por delegações da AR. Num segundo momento, a minha colaboração na Divisão requereu também disponibilidade para cooperar na preparação e realização de cerimónias oficiais no Palácio de São Bento, como a Tomada de Posse do Presidente da República e a Comemoração do 25 de abril, entre outras.

O tema com o qual me apresentei a este estágio e o qual irei aprofundar apenas na terceira e última parte deste relatório, estará presente na descrição e análise deste período, no que a reuniões da delegação da Assembleia da República à AP-CPLP diz respeito, bem como, de forma conjetural, nas reuniões dos Grupos Parlamentares de Amizade com Portugal, dos países que compõem a CPLP.

Este estágio permitiu-me aprofundar conhecimentos em diversas áreas, com tarefas diversificadas e de grande responsabilidade. Ao longo deste período de formação pude tornar-me melhor profissional e académico, quer ao nível da ciência política como das relações internacionais, destacando a área prática dos dois temas, os trâmites processuais e “o jogo diplomático” da política interna e externa.

²¹ Título do Plano de Estágio: *O impacto da AP-CPLP nas políticas adotadas pela CPLP.*

Fichas técnicas

É considerado um documento crucial em qualquer visita internacional, pelo conhecimento que traz do país congénere. Foi a tarefa prioritária e que durou a totalidade do período de estágio, pela necessidade constante de atualizar documentos de acordo com a agenda da Assembleia da República. Posso constatar que se trata de um trabalho de enorme responsabilidade, já que presta informações a entidades oficiais da Assembleia da República e que serve, em muitos casos, de importante apoio e base de argumentação para o estabelecimento de conversações com oficiais de outros Estados mundiais.

Informações mal prestadas num documento como é uma ficha técnica, poderão custar, em última análise, cargos políticos, pelo que se torna um trabalho cuidadoso e moroso.

Entre janeiro e junho, tive a oportunidade de realizar ou atualizar um total de 26 fichas técnicas de todo o mundo, onze da Europa, oito de África, quatro da Ásia, duas da América e uma da Oceânia.

Considerando-o o trabalho de maior importância e que ocupou mais tempo durante o estágio, decidi dividi-lo em três grandes blocos de análise de acordo também com a sua própria estrutura, para que possamos dissecar de forma mais específica o trabalho executado e a sua maior ou menor complexidade.

As Fichas Técnicas da Assembleia da República, de países com relações bilaterais com Portugal, têm, em traços gerais²², o seguinte índice:

1. *Introdução*
2. *Sistema Político*
3. *Poder Político*
4. *Poder Judicial*
5. *Composição do Parlamento*
6. *Comissões Permanentes do Parlamento*
7. *Administrações Locais*
8. *Geografia*
9. *Demografia*
10. *Economia*
11. *Relações Internacionais e Regionais*
12. *Relações com Portugal*
13. *Relações bilaterais*
14. *Relações Parlamentares bilaterais*
15. *Grupo Parlamentar de Amizade*
16. *Património e Cultura*

1. Introdução

Trata-se de uma resenha histórica do país, acompanhado do mapa do mesmo, onde se pode obter informação sobre a sua origem, os seus pontos fortes e as relações internacionais mais atuais.

2. Sistema Político

Este é dos pontos mais complexos do documento, já que a definição das alíneas que incorporam o “Sistema Político”, tornam-se, por vezes, dúbias. Nesta fase devemos preencher a seguinte informação:

- Constituição;
- Sistema Eleitoral;
- Sistema de Partidos;
- Sistema de Governo;
- Forma de Estado;
- Regime.

Relativamente a este ponto, importa referir que as definições como “Sistema de Governo” e “Forma de Estado”, deveremos considerar-nos, como disse Norberto

²² As fichas técnicas não têm um índice padrão. Este será um dos temas que iremos abordar mais à frente.

Bobbio, “um botânico”²³, reservando-nos “ao estudo das formas de governo que leva a uma tipologia – classificação dos vários tipos de constituição política que se apresentam à consideração do observador de facto, isto é, na experiência histórica. Mais precisamente, na experiência histórica conhecida e analisada pelo observador”²⁴.

3. Poder Político

Na área do poder político, continua a lógica descritiva do tema, como aliás será apanágio em grande parte dos pontos, existindo pouco espaço para a análise crítica.

Quando falamos em poder político, poderíamos analisar a forma de exercer o poder naquele país, pelos seus principais atores políticos relativamente às diversas áreas do Estado em que exercem as suas funções: economia, justiça, sociedade, educação, ambiente, ciência, negócios estrangeiros, entre outros, dependendo da estrutura e objetivos governativos.

De facto, trata-se “apenas” de informar sobre a ocupação dos principais cargos e o modo de funcionamento do poder político do território:

- Chefe de Estado;
- Chefe de Governo;
- Parlamento.

Neste último caso (Parlamento), é importante referir o tipo de parlamento, unicameral ou bicameral e o número de deputados que cada uma das câmaras do Parlamento inclui.

Ainda quanto ao Chefe de Estado e de Governo, importa mencionar a data de início de mandato.

²³ Bobbio, Norberto, A Teoria das Formas de Governo, p.33, 1997

²⁴ Bobbio, Norberto, A Teoria das Formas de Governo, p.33, 1997

4. Poder Judicial

É esta uma das áreas que mais flexível se pode tornar numa ficha técnica da Assembleia da República, já que os sistemas de justiça que tive a oportunidade de verificar, apesar de possuírem nomes homogêneos ao longo dos 26 países que trabalhei, compõem estruturas, competências diferentes, sendo possível também a variação das instâncias principais.

Esta diversidade tem que ver com a Forma de Estado e da organização administrativa presentes em cada país.

O caso mais interessante que tive oportunidade de trabalhar e que me parece paradigmático, é o caso do Reino Unido, que irei aqui aprofundar, de forma a podermos entender a importância e a responsabilidade inerentes à introdução destas informações e a complexidade que pode estar por detrás de um sistema judicial que, à primeira vista, parece igual a tantos outros.

Começemos pelos principais tribunais, aquilo que nos é sempre solicitado que se indique, os principais órgãos de justiça do Estado e as suas funções.

No caso britânico, o Supremo Tribunal de Justiça do Reino Unido é o único e principal órgão de justiça, sem par, ao contrário do que acontece noutros Estados que se fazem sempre acompanhar por Tribunais Administrativos, Conselhos Nacionais de Justiça e Tribunais do Estado ou Constitucionais.

Considerado pelos próprios britânicos como “complicado”²⁵ e, em alguns casos “confuso”²⁶, isto porque tem sido desenvolvido ao longo de 1000 anos, com o aditamento de abranger somente a Inglaterra e o País de Gales, e apenas em alguns casos a Irlanda do Norte e a Escócia, a estrutura do sistema judicial britânico obrigou-me a adaptar um esquema presente em *Courts and Tribunals Judiciary* do Reino Unido, para que pudesse ficar claro aos Deputados portugueses a composição e a forma de atuação da justiça na Grã-Bretanha.

²⁵ *History of judiciary, About judiciary, Courts and Tribunals Judiciary*, sítio oficial na internet do Sistema Judicial Britânico - <https://www.judiciary.gov.uk/about-the-judiciary/history-of-the-judiciary/>

²⁶ *History of judiciary, About judiciary, Courts and Tribunals Judiciary*, sítio oficial na internet do Sistema Judicial Britânico - <https://www.judiciary.gov.uk/about-the-judiciary/history-of-the-judiciary/>

5. Composição do Parlamento

Por Composição do Parlamento podemos entender os lugares reservados a cada um dos partidos, movimentos e cidadãos independentes que conseguiram o seu lugar no Parlamento nas últimas eleições gerais²⁷.

Contém ainda a legislatura em curso, de acordo com a última Constituição em vigor, o Presidente do Parlamento, os seus Vice-Presidentes e Secretários.

6. Comissões Parlamentares

Torna-se um dado com alguma relevância no âmbito internacional, de forma a conseguirmos entender as preocupações do Parlamento, a sua visão sobre a sociedade e os eixos de ação na atual legislatura.

Em termos práticos, para a Divisão de Relações Internacionais, o facto de se conhecerem as comissões parlamentares existentes nos congéneres de Portugal, facilita o trabalho de apoio aos Deputados, de forma a poderem direccionar para os Deputados exatos os assuntos que apreciavam ver discutidos pelos dois países.

7. Administrações Locais

É o que dá noção da organização política interna do país, descrevendo o número de distritos, concelhos e freguesias que compõem a nação, sendo, por vezes, em alguns casos, de difícil análise ou mesmo inexistente a diferença entre distritos e concelhos, ou entre concelhos e freguesias.

8. Geografia / 9. Demografia

Decidi juntar estes dois pontos, por terem denominações que traduzem todo o seu significado, com o carácter cultural que se lhe tem de atribuir, já que não seria possível que algum representante de Portugal se pudesse deslocar ou receber um país, o qual não conhecesse, principalmente, a sua localização.

10. Economia

A área económica da ficha técnica é dos pontos mais densos do documento, aqui devemos colocar as seguintes informações:

²⁷ Decidi denominar de eleições gerais, às eleições nacionais para eleição do parlamento ou das câmaras que compõem o Parlamento. Por exemplo, em Portugal têm o nome de Eleições Legislativas, enquanto que em Espanha consideram-se *Elecciones Generales*.

- Moeda;
- PIB/PIB *per capita*;
- Taxa de Desemprego;
- Taxa de Inflação;
- Principais Indicadores Macroeconómicos;
- Posição e Quota no Comércio Mundial de Bens;
- Evolução da Balança Comercial;
- Principais Clientes;
- Principais Fornecedores;
- Principais produtos vendidos;
- Índice sobre Corrupção (*Transparency International*).

Apesar da complexidade da informação pretendida, que num primeiro momento me deixou bastante apreensivo sobre o tempo que poderia demorar a recolher os dados pedidos, a verdade é que toda esta informação é obtida, de forma simples, em www.portugalglobal.pt/ – Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (AICEP) – um *site* do Governo Português onde é possível encontrar todas as informações económicas acerca de um país (concentradas na Ficha de Mercado).

11. Relações Internacionais / 12. Relações com Portugal /13. Relações Parlamentares Bilaterais

Num contexto de política externa e de relações diplomáticas multilaterais e bilaterais, o décimo primeiro e décimo segundo ponto concentram-se na atualidade internacional do país em causa, colocando em destaque as melhores e as piores relações, para que a posição portuguesa em contactos oficiais não possa ser colocada em causa.

Torna-se importante, para além disso, contextualizar de forma breve com a história das relações externas desse mesmo Estado.

No caso do Reino Unido, no momento em que trabalhava o documento relativo aos britânicos, encontrava-se em destaque o *Brexit*²⁸, tendo sido necessário colocar na ficha técnica o enquadramento histórico da entrada dos britânicos para a União Europeia, bem como os assuntos que estavam em causa e que proporcionaram o referendo à permanência deste Estado na União Europeia.

²⁸ Palavra inglesa onde o ‘*Br*’ significa *Britain* – diminutivo para Grã-Bretanha - e o ‘*exit*’, saída, numa alusão à possível saída da Grã-Bretanha da União Europeia.

Além disso, a posição do Governo Português sobre a questão era também preponderante para se dar a melhor visão sobre o tema aos Deputados portugueses. Foi um dos pontos em que tive mais prazer de trabalhar, pois levou-me a estudar o caso e a explicar os “porquês” políticos para a situação.

Foi um pequeno trabalho de investigação, mas que ainda assim me deixou realizado pela importância do que escrevi e pela confiança que me foi transmitida para que o pudesse fazer.

É ainda de notar a diferença entre “Relações com Portugal” e “Relações Parlamentares Bilaterais”, já que as primeiras referem-se a relações com o Governo Português e as segundas às relações entre os parlamentares, nomeadamente em Grupos Parlamentares de Amizade de ambos os países.

14. Grupo Parlamentar de Amizade

Um dos últimos pontos da ficha técnica e também o ponto que menos tive oportunidade de trabalhar, isto porque, na maioria das fichas que atualizei ou produzi, não tive oportunidade de inserir o novo Grupo Parlamentar de Amizade estabelecido no Parlamento.

De facto, a Legislatura iniciou-se pouco antes do início do meu estágio, as constituições e primeiras reuniões dos grupos de trabalho só se iniciaram no final de abril, início do mês de maio, a cerca de um mês e meio do fim do meu estágio curricular.

15. Património e Cultura

Foi um novo item, introduzido apenas na Legislatura de Assunção Esteves como Presidente da Assembleia da República, e que tem como principal objetivo a possibilidade de os Deputados terem a capacidade de, em momentos mais descontraídos com os seus colegas, congéneres de outras nacionalidades, aprofundarem conhecimentos sobre o país em questão.

Principais dificuldades: um modelo para reflexão

Durante a efetivação do meu estágio e no que às fichas técnicas diz respeito, considero interessante poder deixar o meu contributo relativamente ao seu melhoramento em termos estruturais, para que tanto o trabalho de pesquisa, como o preenchimento das mesmas seja tão coerente como proveitoso.

A principal dificuldade encontrada neste ponto importante do estágio teve que ver com o facto de não existir, pelo menos de forma prática, um modelo de ficha técnica pelo qual nos devêssemos guiar.

Considero, em parte, que por se tratarem de países diferentes, muitas vezes com pouca ou nenhuma relevância conhecida no panorama internacional português e da região onde nos encontramos, leva a que algumas informações não sejam de fácil acesso, principalmente quando se fala de Estados autoritários e pouco abertos ao exterior.

Apesar disso, e conforme tive a oportunidade de conferenciar com a Doutora Dalila Maulide, seria de todo o interesse da Divisão de Relações Internacionais que existisse um modelo padrão, para que estes documentos pudessem trazer alguma previsibilidade tanto aos técnicos da DRI, como aos Deputados e representantes oficiais da Assembleia da República.

Deste modo, e tendo como alicerce as recomendações sobre o preenchimento de uma Ficha Técnica, proponho a seguinte composição do documento, para futuro:

Ficha Técnica

1. Introdução

- a. Resenha da história do país.

2. Geografia

- a. Localização;
- b. Área;
- c. Capital;
- d. Outras cidades;
- e. Organização territorial.

3. Demografia

- a. Habitantes;
- b. Grupos étnicos;
- c. Língua;
- d. Religião;
- e. Mortalidade Infantil;
- f. Esperança Média de Vida;
- g. Taxa de Literacia;
- h. Índice de Desenvolvimento Humano (*Human Development Index – HDI* – *United Nations – ONU*);

4. Economia

- a. Moeda;
- b. PIB;
- c. PIB *per capita*;
- d. Crescimento real do PIB;
- e. Dívida Pública;
- f. Taxa de Desemprego;
- g. Taxa de Inflação;
- h. Índice de Perceção de Corrupção (*Corruption Perceptions Index – CPI – transparency.org*);
- i. Principais dados Macroeconómicos;
- j. Evolução da Balança Comercial;
- k. Principais Clientes e Fornecedores;
- l. Relações Económicas com Portugal;
 - i. Balança Comercial de Bens e Serviços com Portugal;
 - ii. Principais produtos transacionados com Portugal.

5. Sistema Judicial

6. Sistema Político

- a. Constituição;
- b. Regime;
- c. Forma de Estado;
- d. Forma de Governo;
- e. Sistema Eleitoral;
- f. Sistema de Partidos.

7. Poder Político

- a. Chefe de Estado;
- b. Chefe de Governo;

8. Parlamento

- a. Presidente;
- b. Constituição da Presidência do Parlamento;
- c. Câmaras Parlamentares;
- d. Legislatura em curso;
- e. Comissões Permanentes;
- f. Resultados das últimas eleições para as Câmaras Parlamentares.

9. Principais Partidos Políticos

10. Situação Política Atual

11. Relações Internacionais

- a. Organizações Internacionais pertencentes;
- b. Situação atual em Organizações Internacionais;

12. Relações Bilaterais

- a. Com a Presidência da República Portuguesa
- b. Com o Governo Português

13. Relações Parlamentares Bilaterais

- a. Visitas mútuas

14. Quadro Contratual Bilateral

- a. Acordos com Portugal

15. Grupos Parlamentares de Amizade

16. Património e Cultura

Como é possível observar, existem algumas diferenças entre a proposta que apresento e a maioria das fichas técnicas que trabalhei.

Este foi um trabalho apenas de compilação de temas, ao longo do estágio, de forma a poder produzir uma ficha técnica aperfeiçoada.

Concretizar um modelo de ficha técnica, apesar de não fazer parte do meu objetivo científico do estágio, tornou-se para mim algo importante, já que foi o trabalho a que dediquei, efetivamente mais tempo. Apesar de não o ter conseguido realizar em tempo útil de estágio, insiro o meu contributo empírico neste relatório.

Em termos lógicos, a criação de uma ficha técnica padrão, tem como argumentos principais, o seguinte:

- Organização interna da DRI relativamente à produção de documentos oficiais;
- Aumentar o nível de produtividade, consequência da previsibilidade do documento a preencher;
- Aumentar o nível de previsibilidade para os Deputados, da informação que poderão encontrar numa ficha técnica.

É de notar que, muitas das vezes, estes documentos são entregues horas antes das reuniões internacionais, pelo que se torna ainda mais importante, pela dificuldade de agenda, quer na DRI, quer dos Deputados à Assembleia da República, de conhecerem de antemão o conteúdo previsto neste documento.

AP-CPLP

A Assembleia Parlamentar da CPLP – AP-CPLP – constituída na *Resolução sobre o Estabelecimento da Assembleia Parlamentar da CPLP*, assinada na XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidades de Países de Língua Portuguesa, em Lisboa, a 2 de novembro de 2007 e que introduziu alterações ao artigo 8.º e 15.º dos Estatutos da CPLP – visa “adotar, no âmbito das suas competências e por deliberação que reúna a maioria expressa do conjunto das suas delegações, votos, relatórios, pareceres, propostas ou recomendações”²⁹

Neste contexto, cada Parlamento Nacional dos nove países que compõem a AP-CPLP³⁰, possuem uma delegação parlamentar que representa a Assembleia nacional nos Plenários anuais da organização.

No caso de Portugal, a delegação da AR à AP-CPLP³¹ é composta pelos seguintes deputados:

Efetivos:

Marco António Costa (PSD) – Presidente

Porfírio Silva (PS) – Vice-Presidente

Carlos Páscoa Gonçalves (PSD)

Ângela Guerra (PSD)

Elza Pais (PS)

Luís Testa (PS)

Suplentes:

Pedro do Ó Ramos (PSD)

Fátima Ramos (PSD)

Tiago Barbosa Ribeiro (PS)

²⁹ Alínea d), do artigo 15.º, dos Estatutos da CPLP, revisão de Lisboa, 2007.

³⁰ Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste.

³¹ Composição das Delegações às Organizações Parlamentares Internacionais, Deliberação n.º 1-PL/2016, de 15 de janeiro, as alterações introduzidas pela Deliberação n.º 3-PL/2016, de 16 de março e pela Deliberação n.º 5-PL/2016, de 6 de maio.

Maria Antónia Almeida Santos (PS)

Carla Cruz (PCP)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Reuniões da Delegação da AR à AP-CPLP

Durante este período, tive a oportunidade de participar em três reuniões da delegação portuguesa à AP-CPLP.

Considero uma oportunidade gratificante, já que pude perceber o funcionamento, quer de um grupo de trabalho da Assembleia da República, a sua coordenação, o trabalho de assessoria necessário, os trâmites e o protocolo exigido, bem como os objetivos repercutidos nestas mesmas reuniões.

Da mesma forma, aprofundei os meus conhecimentos sobre a organização AP-CPLP e a CPLP, de forma a poder, no terceiro e último capítulo deste relatório, conduzir uma pequena investigação com os dados que recolhi ao longo do destes cinco meses.

Importa ainda sublinhar que, devido a questões de confidencialidade que regem as reuniões da delegação, por se tratarem de assuntos de importância nacional e internacional, não poderei aqui reproduzir de forma detalhada os assuntos tratados. Tal como expliquei nas linhas acima, utilizarei a informação a que tive acesso para, dentro daquilo que me for possível, ajudar a compreender a relação entre a AP-CPLP e a CPLP e os seus efeitos práticos.

Reuniões de preparação do VI Plenário da AP-CPLP

O VI Plenário da AP-CPLP realizou-se nos dias 5, 6 e 7 de abril, em Brasília, e contou com a presença da comitiva portuguesa presidida por Sua Excelência o Vice-Presidente da Assembleia da República, Jorge Lacão (PS), em representação de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues e integrou os Deputados Marco António Costa (PSD), Presidente da Delegação, Porfírio Silva (PS), Vice-Presidente da Delegação, Carlos Páscoa Gonçalves (PSD), Ângela Guerra (PSD), Elza Pais (PS) e Luís Moreira Testa (PS).

Para a preparação da presença de Portugal na VI Reunião Plenária foram previstas três reuniões, no entanto realizaram-se apenas duas devido a problemas de agenda partidária e do próprio funcionamento da Assembleia da República, com Comissões e Plenários a ocorrerem consecutivamente.

I Reunião

A primeira reunião da delegação da AR à AP-CPLP ocorreu a 28 de janeiro de 2016.

Por se tratar da primeira reunião de trabalho da delegação, a mesma serviu apenas para delinear objetivos a curto prazo, com o foco na reunião plenária da AP-CPLP, em Brasília, no início de abril.

Neste encontro, os deputados definiram com objetivos imediatos e a curto prazo:

- Assinalar os 20 anos da CPLP de forma devida – reunião com o Presidente da Assembleia da República, de forma a definir atividades, nesse âmbito, no Parlamento;
- Sugerir ao Presidente da Assembleia da República, uma reunião com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de forma a articular a diplomacia externa, no âmbito da CPLP;
- Proposta aos membros de sugestões para a agenda da delegação da AR à AP-CPLP;
- Trabalhar relativamente a uma possível iniciativa da Rede de Mulheres da AP-CPLP, em Portugal;

II Reunião

A segunda e última reunião de preparação ocorreu já a 30 de março e a apenas uma semana do VI Plenário.

Nesta reunião, tratou-se de considerar a posição de Portugal em cada um dos pontos discutidos nesse mesmo Plenário, tal como quem seriam os oradores em cada um dos momentos das sessões dos três dias.

De forma a poderem ser preparados com a máxima atenção todos os assuntos a tratar na reunião magna da AP-CPLP, foi recomendado aos Deputados que pudessem ter em conta as notas e procedimentos das reuniões, bem como os antecedentes dos assuntos em causa.

Continuaram a ser preocupação desta delegação a questão da comunicação e mensagens políticas externas, pelo que, através dos Deputados presentes e que fazem parte da Comissão de Negócios Estrangeiros, entrou em marcha uma tentativa de diálogo concertado entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e a delegação da AR à AP-CPLP, de forma a garantir uma posição articulada para a criação de uma orientação comum em assuntos externos.

Entre as temáticas de maior sensibilidade e urgência considerou-se o seguinte:

1. Escolha do Secretário-Executivo da CPLP³²:
 - a. Encontrar uma solução política pragmática de consenso, estabelecidos na lógica de troca entre Portugal e São Tomé e Príncipe, para que nos dois primeiros anos (2016-2018) o Estado africano assumisse o Secretário-Executivo e, nos dois anos seguintes, Portugal permanecesse com o cargo invertendo a lógica alfabética da rotatividade da função.
2. Preocupação dirigida ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, relativamente ao desejo angolano de levar para o seu território a sede do Secretariado Permanente da CPLP, presente, de momento, em Lisboa.
 - a. Em causa:
 - i. Quotas da organização pagas apenas por três países, no ano de 2015 (Portugal, Moçambique e Timor);
 - ii. Custo do funcionamento do Secretariado Permanente, custeado pelos Parlamentos (cerca de 700,000 dólares);
 - iii. Brasil deverá votar contra a pretensão angolana, segundo o Senhor Deputado Carlos Páscoa Gonçalves.

³² Em causa estava o facto de no biênio de 2016-2018 a presidência do secretariado executivo da CPLP estar entregue ao Brasil. Se o Secretário Executivo fosse português neste mesmo período, aconteceria que nenhum país africano teria qualquer responsabilidade no âmbito da Comunidade durante dois anos.

Decidiu-se também relativamente à sessão de abertura do VI Plenário da AP-CPLP, que seria necessário perceber quem iria intervir neste momento por parte de cada país, de forma a perceber se a palavra a usar pelo representante português seria por parte do representante da Assembleia da República, em substituição do Presidente, Jorge Lacão, Vice-Presidente da Assembleia da República, ou por parte de Marco António Costa, Presidente da delegação portuguesa à AP-CPLP.

A candidatura de António Guterres a Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas mereceu também a reflexão dos Deputados. Deliberou-se a necessidade de pedir o apoio da AP-CPLP, de forma formal, à candidatura do ex-Primeiro-Ministro António Guterres.

Ainda no âmbito da Reunião Plenária, Timor-Leste solicitou uma reunião com a delegação portuguesa, no dia 1 de abril, no Parlamento português, antes da partida para Brasília.

O Secretário Executivo da CPLP, Murade Isaac Miguigy Murargy, solicitou ao Presidente da delegação, Marco António Costa, uma reunião para o mesmo dia 1 de abril. A delegação deferiu o pedido, por motivos de agenda, e pediu o seu adiamento para o pós-Plenário da AP-CPLP.

III Reunião

Por fim, a terceira e última reunião em que tive oportunidade de participar, ocorreu a 26 de abril e serviu para realizar um balanço da participação no VI Plenário da AP-CPLP e lançar a comemoração dos 20 anos da CPLP.

No balanço da VI Reunião Plenária da AP-CPLP, Porfírio Silva (PS), deixou algumas notas relativamente à preparação da reunião em Brasília.

Como eu próprio indiquei, foram realizadas apenas duas reuniões entre o início dos trabalhos da delegação e a Reunião no Brasil. Considerando todo o trabalho parlamentar existente, as agendas partidárias e a atualidade política – apesar de tratar de um tempo sem temas de somais importância – a possibilidade de encontrar janelas de tempo disponíveis para marcar reuniões da delegação foi verdadeiramente escasso. Não obstante, duas reuniões, sendo uma delas a primeira da legislatura, levou a que não se pudessem aprofundar e dar atenção aos temas a serem abordados quer no Plenário, quer relativos à atualidade política que a AP-CPLP, por se tratar de uma organização internacional, com países de 4 continentes, necessita e envolve.

Ângela Guerra (PSD) informou os membros que na reunião em que participou na Rede de Mulheres da AP-CPLP, alguns dos temas trabalhados em Portugal tiveram desenvolvimentos no Parlamento de Cabo Verde.

Por sua vez, Carlos Páscoa Gonçalves (PSD), alertou os Deputados para o facto de a Deliberação n.º 4/2016, sobre “A Participação de Parlamentos nas Missões de Observação Eleitoral”, não ter sido aplicada na Guiné Equatorial, nas eleições presidenciais de 24 de abril. Esta deliberação tem como “objetivo declarado da AP-CPLP de fazer das Missões de Observação Eleitoral da AP-CPLP uma atividade regular e institucional do órgão”³³.

A nível de assuntos relacionados com a AP-CPLP/CPLP, deixarei para o último capítulo informações mais detalhadas tanto sobre a AP-CPLP como a própria CPLP, já que se trata do tema científico do meu estágio.

Tratou-se ainda, nesta reunião, dos seguintes temas:

- Organização de Sessão comemorativa dos 20 anos da CPLP;
 - o Foi entregue aos membros da delegação uma proposta de colóquio;
 - o Os membros da delegação, ao contrário da proposta de colóquio, concordaram em realizar apenas uma sessão única de comemoração da data, onde se incluíam os temas das comissões das Reuniões Plenárias da CPLP e intervenções dos Grupos Parlamentares.
- Verificar da agenda dos eventos, em países da CPLP, que mais interesse podem ter para Portugal e para a preparação da VII Reunião Plenária da AP-CPLP, em Lisboa³⁴.
- Trabalhar na criação de um *Programa Erasmus – CPLP – Programa Pessoa*;
 - o Neste âmbito considerou-se importante:
 - Albergar o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação;
 - Sugerir o tema, para debate, à CPLP.

³³ N. 3.º, Deliberação n.º 4/2016 da AP-CPLP, aprovada na VI Reunião Plenária da AP-CPLP, 7 de abril de 2016, Brasília, Brasil

³⁴ Criação desta pequena base de dados foi-me incumbida pelo Doutor Rodrigo Knopfli e irei expô-la na zona de anexos deste relatório.

Grupos Parlamentares de Amizade

Tendo em conta o tema com que me apresentei e que é o título deste relatório, assisti a todas as reuniões dos Grupos Parlamentares de Amizade (GPA) relativas a países integrantes da CPLP, de forma a poder avaliar se o trabalho paralelo e bilateral feito com os países em questão se cruza ou não com o trabalho executado quer pela AP-CPLP, quer pela CPLP.

Por se tratar de um momento de início da legislatura e de instalação dos GPA, na maioria dos casos não se tratou de matéria relevante para esta área de estudo.

Ainda assim, participei nas seguintes reuniões:

- GPA Portugal – Moçambique;
- GPA Portugal – Cabo Verde;
- GPA Portugal – Angola;
- GPA Portugal – São Tomé e Príncipe.

De relevar, apenas, no GPA Portugal – São Tomé e Príncipe, presidida pela Deputada Carla Rodrigues (PCP), a alusão à necessidade de troca de informações entre a AP-CPLP e o GPA.

Um facto que se torna natural, já que a Deputada Carla Rodrigues, apesar de membro suplente da delegação da AR à AP-CPLP, participou em todas as reuniões da delegação em que tive a oportunidade de estar presente. Não obstante outros fatores, este terá sido o maior motivo para que o GPA Portugal – São Tomé e Príncipe tenha colocado na sua reunião de instalação, como prioridade, o contacto com a AP-CPLP.

As restantes reuniões limitaram-se a fazer balanços da última legislatura, a perspetivar a próxima e a solicitar um primeiro almoço com o embaixador em Lisboa, dos respetivos países, de forma a apresentar o novo GPA da Assembleia da República.

Cerimónias e conferências

Ano Internacional da CPLP contra o Trabalho Infantil

A Cerimónia de Abertura do Ano Internacional da CPLP contra o Trabalho Infantil realizou-se na Sala do Senado da Assembleia da República.

Como sabemos, a CPLP alberga países em diferentes estádios de desenvolvimento, o que obriga também a uma enorme elasticidade do discurso e da abrangência das reflexões e políticas, em qualquer sector, desde o social ao judicial, passando por áreas como são a educação ou a economia.

A Cerimónia proporcionou uma reflexão profunda sobre o trabalho infantil, no seio da CPLP e até em termos mundiais, com uma agenda para o tema.

Apesar disso, o facto de se tratarem de realidades muito diferentes, como tive a oportunidade de referir, leva a que as conclusões sejam também elas pouco claras e objetivas.

Se no caso de Portugal não se discute o trabalho infantil na sua essência, com crianças a trabalharem em empresas e sem acesso à educação básica, o mesmo não acontece em Timor-Leste, onde a Ministra da Solidariedade e Segurança Social, Isabel Amaral Guterres, afirmou ser necessário um “sistema educativo gratuito e universal” no seu país.

A principal conclusão que pude retirar tem que ver com a necessidade de se trabalhar o tema, primeiramente nos países da CPLP com menos desenvolvimento, de forma mais rápida e intensa, levando a que países como Portugal avancem na investigação e possam tanto ajudar os seus congéneres, como encontrar formas de trabalho infantil próprios de países desenvolvidos.

Tomada de Posse do Senhor Presidente da República

Participar na Cerimónia de Tomada de Posse do Senhor Presidente da República constitui, para mim, um facto de imenso orgulho, como estudante, mas, principalmente, como cidadão português.

A forma ativa como participei, acompanhando o ex-Presidente da Assembleia da República, Oliveira Dias, desde a escadaria principal do Palácio de São Bento até à Tribuna e vice-versa, teve um significado de grande confiança pelo trabalho que desempenhei na Divisão de Relações Internacionais.

Comemoração dos 42 anos do 25 de abril

Do mesmo modo, confirmando a confiança que me foi reiterada no Tomada de Posse do Presidente da República, voltei a fazer o acompanhamento do ex-Presidente da Assembleia da República, Oliveira Dias.

CAPÍTULO III

A importância da AP-CPLP nas políticas adotadas pela CPLP

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa foi fundada a 17 de julho de 1996, comemorando este ano 20 anos da data da sua fundação.

Porém, a Assembleia Parlamentar da CPLP não tem ainda 10 anos de vida, fundada apenas em 2007 e com o objetivo de ajudar a criar e a solidificar as relações diplomáticas entre os países da comunidade.

Ao longo dos últimos 20 anos, e numa fase inicial, a CPLP serviu quase unicamente para o reforço da Língua Portuguesa, apesar de a sua Declaração Constitutiva “*considerar imperativo:*

(...)

• *Reiterar, nesta ocasião de tão alto significado para o futuro coletivo dos seus Países, o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos e para a afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa.*”³⁵

Neste contexto, e de forma a poder dar efetivamente resposta aos anseios da própria CPLP aquando da sua fundação, a criação da AP-CPLP serviu para dar voz à necessidade de olhar para a CPLP não só como forma de “reafirmar a Língua Portuguesa”³⁶, mas também para, através do Parlamentos nacionais, aumentar a concentração dos Estados na Comunidade, produzindo em quantidade e qualidade conteúdo passível de promover o tão desejado desenvolvimento económico e social de todos os seus países integrantes.

Começando pelo fim, o único pormenor que falhou a todos os seus Estados-Membros foi perceber que se trata de países em diferentes estádios de desenvolvimento económico e social e que isso, forçosamente, cria travões à possibilidade de produzir legislação comum, ou melhor, que possa servir a todos da mesma forma.

³⁵ Declaração Constitutiva da CPLP, p.1, 1996

³⁶ Declaração Constitutiva da CPLP, p.1, 1996

O período em observação (janeiro – junho de 2016) é manifestamente pequeno para podermos retirar conclusões definitivas, mas certamente nos poderá dar um indicador sobre a relação e cooperação dentro dos próprios órgãos da CPLP.

As estruturas

De forma a conseguirmos entender as dinâmicas e as possibilidades de cooperação entre os dois órgãos, torna-se imperioso perceber como estão organizadas e procedem até às deliberações finais.

Tendo em conta que a AP-CPLP é um órgão integrante da CPLP, num primeiro momento conseguimos desde logo dizer que o trabalho da AP-CPLP carece sempre de aprovação por parte da organização máxima, através dos seus “Órgãos de Direção e Executivos”³⁷.

Organização da CPLP

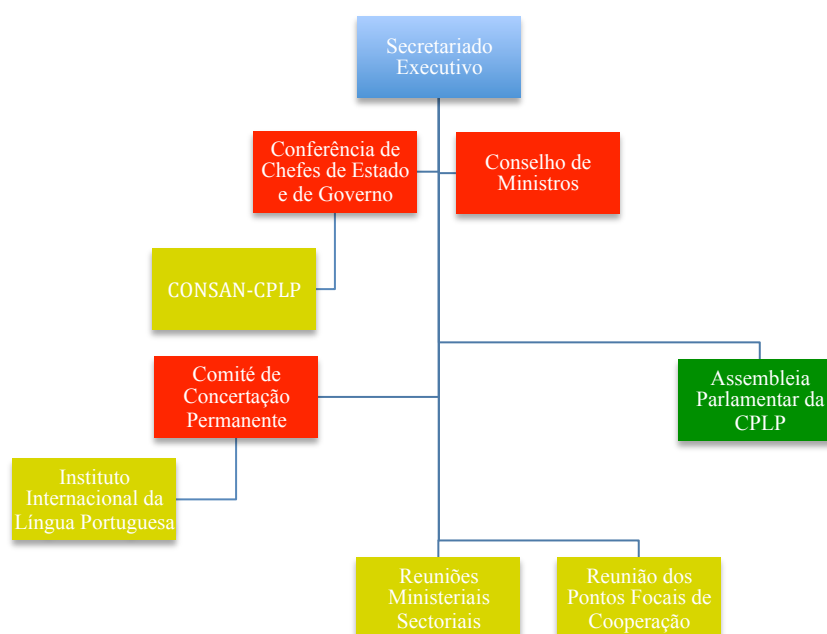


Imagem 2: Organigrama da CPLP

Como é perceptível, podemos considerar que a CPLP se encontra dividida em 3 níveis diferentes de decisão. Com três órgãos decisores principais. Estes órgãos, apesar de estarem sob a alçada do Secretariado Executivo, são os principais responsáveis pelas

³⁷ Art.8.º, Estatutos da CPLP, Revisão de Lisboa, 2007

medidas que a CPLP coloca em vigor. Considerei, por isso, órgãos decisores principais³⁸:

- Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
- Conselho de Ministros;
- Comité de Concertação Permanente.

Em segundo lugar encontramos os órgãos que denomino de órgãos intermédios, ou seja, órgãos importantes para a estrutura da CPLP, mas que passam pelo crivo, a jusante ou a montante, dos órgãos decisores principais. São então órgãos intermédios:

- As Reuniões Ministeriais Sectoriais;
- A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação;
- Instituto Internacional da Língua Portuguesa;
- CONSAN-CPLP.

Em último lugar temos os órgãos complementares, não porque sejam de menor importância, mas sim porque têm efetivamente uma agenda própria e realizam o seu trabalho de forma autónoma, complementando e alargando o âmbito e as competências da CPLP relativamente a decisões gerais – dentro do permitido pelos Estatutos da CPLP, sem esquecer a sua dependência dos órgãos decisores principais. Neste âmbito, temos como órgãos complementares:

- Assembleia Parlamentar da CPLP.

A principal diferença entre a AP-CPLP e os restantes órgãos intermédios tem que ver com o facto de ser realmente uma organização que não se concentra num único tema de trabalho, mas sim na Comunidade, no seu todo, ao contrário do que acontece com o CONSAN-CPLP ou o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, a Reunião de Pontos Focais de Cooperação que tem como objetivo “assessorar os demais órgãos da Comunidade em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento”³⁹ e as Reuniões Ministeriais Sectoriais que se debruçam sobre questões específicas de uma determinada área, desde a Administração Interna ao Turismo.

³⁸ A utilização do termo “decisores” serve para diferenciar de “executivo”, já que apesar de não colocar em marcha medidas – competência do Secretariado Executivo – são estes os órgãos responsáveis pelas decisões a tomar no seio da Comunidade.

³⁹ Órgãos, Organização, sítio oficial na internet da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, setembro 2016 - <http://www.cplp.org/id-2753.aspx>

O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e é este o órgão responsável pela implementação das deliberações tomadas, por consenso, nos órgãos decisores principais. Além desta tarefa, é competência do Secretariado Executivo tratar da agenda da CPLP através da planificação e organização de programas e reuniões dos seus vários órgãos.

A liderar o Secretariado Executivo, a CPLP tem o Secretário Executivo – no momento, Murade Murargy – eleito para um mandato de dois anos.

Organização da AP-CPLP

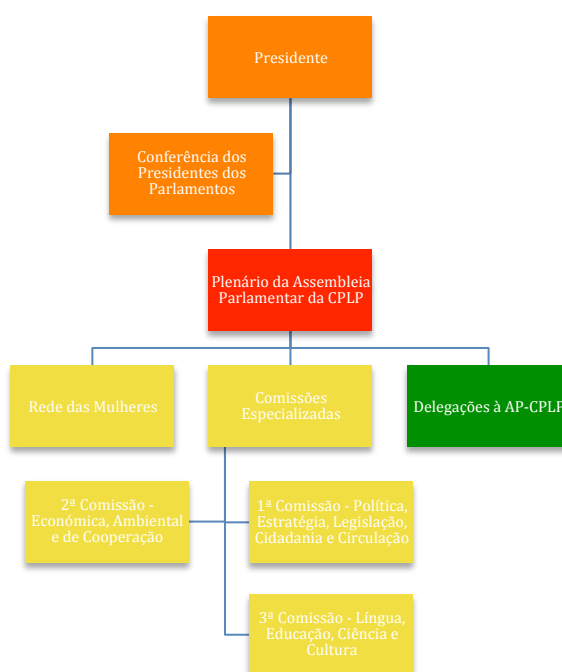


Imagem 3: Organograma da AP-CPLP

Com uma configuração ligeiramente diferente da CPLP, na Assembleia Parlamentar da CPLP encontramos 4 estádios de influência, ainda que depois, em termos empíricos, o órgão máximo, o Plenário, faz valer as suas deliberações através de outros dois órgãos, a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos e do próprio Presidente da AP-CPLP.

Seguindo o mesmo método utilizado para a análise da organização da CPLP posso, então, considerar como órgão decisor principal:

- Plenário da AP-CPLP.

O Plenário reúne-se anualmente e é composto pelos presidentes dos Paramentos nacionais e pelas delegações dos Paramentos nacionais, compostas por seis elementos.

Nas reuniões, a AP-CPLP delibera sobre atividades e a agenda da organização e aprova recomendações à CPLP. É o órgão que cumpre os objetivos principais para os quais foi instaurada a AP-CPLP.

Apesar disso, a representação e a garantia de execução do trabalho da AP-CPLP, é feito por outros órgãos, sob pena de a própria Assembleia Parlamentar se esgotar no próprio Plenário, sem consequências de futuro para a CPLP.

Deste modo, considero existir um segundo estágio de influência, os órgãos de garantia:

- Presidente da AP-CPLP;
- Conferência dos Presidentes dos Paramentos.

O Presidente é “eleito por um período de dois anos, não renovável, tem assento parlamentar nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Compete-lhe, no âmbito da Assembleia Parlamentar, a sua representação interna e externa, a convocação e a presidência dos trabalhos da Conferência dos Presidentes e o estabelecimento do projeto de agenda desta Conferência, para a qual procedeu a audição prévia.

Incumbe-lhe, também, dar conhecimento aos Grupos Nacionais das propostas, mensagens e convites que lhe tenham sido dirigidos, bem como a constituição de grupos de trabalho e de missões de observação internacional, em particular, de carácter eleitoral e a designação de enviados especiais como relatores de assuntos específicos no âmbito da Comunidade, precedida de deliberação da AP ou da Conferência dos Presidentes.”⁴⁰

A Conferência dos Presidentes dos Paramentos reúne-se ordinariamente uma vez por ano e “destacam-se, de entre as competências que lhe estão atribuídas, as relacionadas com a promoção da concretização das decisões da AP, o incentivo e apoio

⁴⁰ Órgãos, sítio oficial na internet da Assembleia Parlamentar da CPLP, setembro 2016 - <http://www.ap-cplp.org/orgaos.html>

à criação de grupos parlamentares de amizade, o acompanhamento e a avaliação das ações de concertação e de cooperação interparlamentar e de defesa dos Direitos Humanos, o fomento da troca de informações e a realização de estudos de interesse comum.”⁴¹

No nível intermédio, temos os órgãos que respondem ao Plenário. No fundo, a sua criação e o seu funcionamento são a veia aorta da AP-CPLP – são estes os órgãos que produzem matéria que pode ser defendida como posição da Assembleia, junto da CPLP e em cada país pertencente à Comunidade. São órgãos intermédios:

- Rede das Mulheres;
- Comissões Especializadas:
 - o 1.ª Comissão - Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação;
 - o 2.ª Comissão - Económica, Ambiental e de Cooperação;
 - o 3.ª Comissão - Língua, Educação, Ciência e Cultura.

Em último lugar, temos os órgãos complementares:

- Delegações dos Parlamentos nacionais à AP-CPLP.

Estas delegações de deputados, eleitos nas eleições nacionais dos respetivos países, representam cada um dos nove Parlamentos nacionais na AP-CPLP.

As delegações efetuam um trabalho de conjugação entre os interesses do seu país, da AP-CPLP e da própria CPLP. São estas delegações que, em conjunto, de forma bilateral ou individualmente, produzem matéria passível de ser discutida nas Comissões Especializadas e na Rede de Mulheres, de forma a produzir pareceres e deliberações passíveis de serem adotados pelo Secretariado Executivo da CPLP.

⁴¹ Órgãos, sítio oficial na internet da Assembleia Parlamentar da CPLP, setembro 2016 - <http://www.ap-cplp.org/orgaos.html>

A AP-CPLP na CPLP: análise e resultados

Por se tratar de uma matéria com um enorme grau de abrangência e pelo facto de ter tido apenas cinco meses para experienciar, *in loco*, a atividade da AP-CPLP, mas principalmente da delegação da Assembleia da República, irei focar-me nesse mesmo período (janeiro a junho de 2016).

Apesar de, em termos formais, a AP-CPLP ser um órgão de cooperação com a CPLP, ambos os órgãos têm agendas bem definidas sendo que, no caso da AP-CPLP, movida pelas delegações de cada país, existe um risco maior de a organização se focar em questões de interesse nacional e menos em questões multilaterais.

Durante os primeiros seis meses do ano, a CPLP realizou várias atividades, ainda que esta investigação tenha sido fortemente condicionada pelo facto de não se ter realizado, em tempo útil a Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, como estava previsto.⁴²

De forma a compreendermos a interação entre as duas organizações, explico no quadro que poderão ver de seguida, a forma e o método de investigação que utilizei para retirar as devidas conclusões deste estudo.

Importa referir que entendo aqui a AP-CPLP como uma variável independente, apesar de ser um órgão dentro da CPLP, relativamente à agenda e não à ação executiva. Implica avaliar a cooperação e a convergência de matérias.

Neste contexto, considero apenas como variável dependente a cooperação institucional entre a CPLP e a AP-CPLP, resultado das ações políticas concretas da primeira e das recomendações feitas pela segunda.

⁴² A 12 de maio de 2016, o Senado aprovou a abertura do processo de *impeachment* da Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, afastando-a do cargo até que o mesmo estivesse concluído.

| Variáveis Conceitos | Políticas adotadas pela CPLP ⁴³ | Políticas defendidas pelas AP-CPLP ⁴⁴ | Cooperação institucional ⁴⁵ |
|--|--|--|---|
| A importância da AP-CPLP nas políticas adotadas pela CPLP. | <p>Descritores: deliberações do Secretariado Executivo, Conferência de Chefes de Estado e de Governo e Conselho de Ministros, comunicação política oficial da CPLP.</p> <p>Indicadores: relatórios das reuniões, conferências, informações sobre ações presentes no sítio oficial na internet, da instituição.</p> | <p>Descritores: deliberações do Plenário, da Conferência de Presidentes dos Paramentos</p> <p>Indicadores: reuniões da delegação da AR à AP-CPLP, conclusões da Rede das Mulheres, das Comissões Especializadas, conferências e atividades da AP-CPLP, informações sobre a atualidade da Assembleia, presentes no sítio oficial na internet, da instituição.</p> | <p>Descritores: Deliberações da CPLP que foram recomendadas através do Plenário ou da Conferência de Presidentes dos Paramentos.</p> <p>Indicadores: verificação do número da diferença entre o número de deliberações tomadas autonomamente pela CPLP e aquelas que tiveram o contributo da AP-CPLP.</p> |

Quadro 1 – Operacionalização da investigação

⁴³ Variável independente

⁴⁴ Variável independente

⁴⁵ Variável dependente

| Políticas adotadas pela CPLP | Políticas defendidas pela AP-CPLP | Cooperação institucional |
|---|--|---|
| CPLP decide criar Mecanismo para a Facilitação da Implementação do CONSAN da CPLP. ⁴⁶ | Indicados representantes de cada país para integrar a comissão instaladora do Mecanismo para a Facilitação da Implementação do CONSAN da CPLP. ⁴⁷ | A CPLP decidiu, em novembro de 2015, criar um mecanismo, a AP-CPLP, em abril de 2016, decide indicar representantes para cooperar com a CPLP. |
| A CPLP ainda não discutiu formalmente o tema. | Agenda para a Educação na CPLP – “Programa Pessoa”, à semelhança do “Programa Erasmus” na União Europeia. | Sem cooperação. |
| A CPLP ainda não tomou qualquer posição sobre o tema. | Apoio à candidatura do Senhor Eng.º António Guterres para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas. ⁴⁸ | Sem cooperação. |
| As Missões de Observação Eleitoral da CPLP é um dos objetivos gerais da organização. | Participação dos Parlamentos nas Missões de Observação Eleitoral dos países da CPLP. ⁴⁹ | A AP-CPLP decide cooperar com a CPLP nas Missões de Observação Eleitoral. |
| Na XVII Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP, não consta das decisões, o apoio a Timor-Leste no processo de negociação das fronteiras marítimas com a Austrália. | Solidariedade e apoio ao povo de Timor-Leste no processo de negociação das fronteiras marítimas com a Austrália. ⁵⁰ | Sem cooperação. As organizações têm visões diferentes do assunto. Oficialmente a CPLP não apoia Timor-Leste, mas a AP-CPLP apoia. |
| A CPLP não debate de momento o tema, apesar de já ter alguns estudos sobre a matéria. ⁵¹ | Estatuto do Cidadão Lusófono e a livre Circulação no espaço da CPLP. ⁵² | Sem cooperação. |

⁴⁶ n.1, I Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, Dili, 2015

⁴⁷ n.2, Plano de Atividade do período 2016/2018, Ata da Reunião, Comissão de Economia, Ambiente e Cooperação, VI Plenário da Assembleia Parlamentar da CPLP, Brasília, 2016

⁴⁸ Moção, VI Plenário da Assembleia Parlamentar da CPLP, Brasília, 2016

⁴⁹ Deliberação nº4/2016, VI Plenário da Assembleia Parlamentar da CPLP, Brasília, 2016

⁵⁰ Moção, VI Plenário da Assembleia Parlamentar da CPLP, Brasília, 2016

⁵¹ Leitão, José, Estudo sobre a Cidadania e Circulação no Espaço da CPLP, 2002

⁵² n.º 6, Plano de Actividade do período 2016/2018, Anexo I, Comissão Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação, VI Plenário da Assembleia Parlamentar da CPLP, Brasília, 2016

O caso português

Relativamente a Portugal e à sua delegação à AP-CPLP, nas reuniões que tive a oportunidade de acompanhar, foi visível a preocupação, em matéria de Negócios Estrangeiros, de alinhar a posição da delegação com a do Governo antes de qualquer tomada de posição.

Este comportamento tornou-se visível em todas as reuniões que presenciei, principalmente na preparação da presença de Portugal no VI Plenário da AP-CPLP, em Brasília.

Na reunião da delegação, a 28 de janeiro, foi aprovado, sugerir ao Senhor Presidente da Assembleia da República, uma reunião com o Ministério de Negócios Estrangeiros, de forma a articular a diplomacia externa, no âmbito da CPLP.

A 30 de março, na reunião preparatória do VI Plenário da AP-CPLP, a delegação mostrou a preocupação em garantir uma posição articulada entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e a delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da CPLP.

Também relativamente à comemoração dos 20 anos da CPLP, na reunião de 26 de abril, os deputados da delegação sugeriram uma cerimónia única de comemoração que englobasse a própria delegação, a Assembleia da República de Portugal, o Governo e o Senhor Presidente da República.

Outro dos pontos em que se mostrou total coordenação entre as duas partes teve que ver com o “Programa Pessoa”, onde a delegação, na mesma reunião, considerou importante albergar o Ministério da Educação e a Comissão Parlamentar de Educação.

O Presidente da delegação, Marco António Costa, solicitou ainda à Divisão de Relações Internacionais, um calendário das feiras económicas mais importantes a realizar no seio dos países da CPLP, considerando que “a política externa é só uma” e pedindo a articulação, mais uma vez, entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Comissão Parlamentar de Economia. De relevar que o trabalho de seleção das feiras económicas mais importantes nos países da CPLP durante o ano de 2016 acabou por ser uma tarefa que me foi atribuída.

CONCLUSÃO

O estágio na Divisão de Relações Internacionais foi, sem dúvida, uma oportunidade única e um privilégio enorme, como estudante, amante de assuntos políticos e como cidadão português. Integrar uma equipa de trabalho da Assembleia da República foi determinante para a melhoria das minhas capacidades académicas e profissionais da área da Ciência Política e alargar horizontes no domínio das Relações Internacionais e da diplomacia.

À partida para este relatório existiam três questões às quais procurava resposta:

- A delegação da AR à AP-CPLP coordena-se com o Governo, na apresentação de votos, relatórios, pareceres, propostas ou recomendações, apesar de serem órgãos independentes?
- Que importância tem para a CPLP, os relatórios, pareceres, propostas ou recomendações, na medida em que influenciam ou não a tomada de decisão por parte do Secretariado Executivo?
- Quais as deliberações tomadas pela CPLP, durante o período compreendido entre janeiro e junho de 2016, que tiveram o contributo da AP-CPLP?

Relativamente à primeira questão, posso considerar que existe uma forte coordenação entre a AP-CPLP e o Governo, conforme foi possível verificar no relato que fiz das reuniões da delegação e a preocupação de não transmitir mensagens díspares a nível internacional.

A delegação da AR à AP-CPLP funciona claramente orientada para uma política externa única e tem presente a necessidade de que para passar mensagens sustentadas, coerentes e capazes de criarem efeito no seio da AP-CPLP, é necessário que as mesmas sejam apoiadas pelo Governo de Portugal. Por outro lado, poderiam existir custos políticos não previstos, caso a Assembleia da República transmitisse mensagens contrárias às do Governo, criando, em última análise, uma crise política interna.

Quanto à segunda questão, a resposta torna-se de mais difícil análise, devido ao facto de não se ter realizado a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília. Este é um ponto importante, que acaba por condicionar o meu estudo e que pode, evidentemente, ter um peso muito importante no resultado a que cheguei.

Efetivamente, durante o período de janeiro a junho de 2016, verificou-se quer em termos de comunicação, quer em termos de posições políticas, pouca cooperação entre a CPLP e a AP-CPLP, o mesmo não se podendo afirmar do inverso. A AP-CPLP, no seu VI Plenário, invoca, várias vezes, nas atas das reuniões das comissões, a importância de “acompanhar as iniciativas, Acordos, Planos e Documentos aprovados pelos outros órgãos da CPLP.”⁵³

Importa referir que a AP-CPLP, nas deliberações da mesma reunião magna, decide cooperar diretamente em dois objetivos da CPLP, no Mecanismo para a Facilitação da Implementação do CONSAN da CPLP e nas Missões de Observação Eleitoral da CPLP. São os únicos dois pontos em que existe cooperação entre as organizações, sendo que esse contributo tem sempre como força motora principal a AP-CPLP.

Como é claro, a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, deverá dar resposta a alguns temas onde não é possível verificar a junção de forças dos órgãos. No entanto, à luz da matéria que tenho para a analisar, posso considerar a não existência de cooperação institucional.

Por fim, e no que diz respeito ao contributo da AP-CPLP nas deliberações da CPLP, é verdade e notória a implicação da Assembleia Parlamentar na tentativa de dar o seu contributo para deliberações da CPLP. Não posso, no entanto, avaliar concretamente este tema, já que não existiram deliberações da Comunidade que permitissem chegar a uma conclusão.

É visível, no entanto, que a AP-CPLP tem um papel importante na persecução dos objetivos da organização, mostrando-se mais ativa em termos políticos concretos que a própria CPLP.

Como tenho vindo a referir, à data de conclusão deste relatório, a profundidade das respostas que consegui encontrar não é total, carecendo de confirmação na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Por outro lado, e pelo facto de estar a trabalhar ao mesmo tempo que decorria o estágio e a realização deste relatório, diminuiu a profundidade do trabalho, tendo que me cingir a apenas seis meses de período de investigação.

⁵³ N.º 3, Plano de Actividade do período 2016/2018, Anexo I, Comissão Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação, VI Plenário da Assembleia Parlamentar da CPLP, Brasília, 2016

Acredito, no entanto, que esta investigação é útil para encontrar tendências e será interessante, para futuramente poder alargar o seu raio de ação, de forma a dar informações que ajudem a CPLP e a AP-CPLP a desenvolverem-se e, por consequência, a desenvolverem os países membros.

BIBLIOGRAFIA

- Ata da I Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, Dili, 2015
- Bobbio, Norberto, A Teoria das Formas de Governo, 1997
- Coleção Legislação, Segredo de Estado e Serviços de Informação nos países da CPLP / Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar da Assembleia da República, n.º 45, 2014
- Comissão Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação Plano de Actividade do período 2016/2018, VI Plenário da Assembleia Parlamentar da CPLP, Brasília, 2016
- Constituição da República Portuguesa, 2005
- Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, p.1, 1996
- Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 1996
- Estatutos da CPLP, revisão de Lisboa, 2007
- Exportar: revista de comércio internacional, n.º 41, 1996
- Freire, André, O Sistema Político Português Séculos XIX-XXI
- Gomes Canotilho, José Joaquim, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 6.ª edição, 1993
- KERLINGER, Fred N., Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais – Um tratamento conceitual, 2003
- Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, Lei n.º 77/88 de 1 de julho
- Leitão, José, Estudo sobre a Cidadania e Circulação no Espaço da CPLP, 2002
- LOPES, José Augusto Amaral, Estratégia, 2009
- MARCHUETA, Maria Regina e FONTES, José, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2001
- MIRANDA, Jorge, Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Alberto Xavier, 2013
- Moção, VI Plenário da Assembleia Parlamentar da CPLP, Brasília, 2016

- MOREIRA, Adriano, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação, 2001
- MOREIRA, Adriano, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Fundamentos Político-Diplomáticos, 2001
- MOREIRA, Adriano, Nova cidadania: liberdade e responsabilidade pessoal, n.º 40, 2009
- O que podem os parlamentos fazer pela boa governação na CPLP?, em África hoje, n.º 194, 2004
- Plano de Atividade do período 2016/2018, Brasília, 2016
- Regimento da Assembleia da República Portuguesa, n.º 1/2007 de 20 de agosto
- Resolução sobre o estabelecimento da Assembleia Parlamentar da CPLP, XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2007
- Revista: Política Internacional, n.º 13, 1996
- SANTOS, Victor Marques dos, Portugal, a CPLP e a Lusofonia: reflexões sobre a dimensão cultural da política externa, Negócios Estrangeiros, n.º 8, 2005
- SOROS, George, *Open Society: Reforming Global Capitalism*, 2000
- Tavares de Almeida, Pedro, coordenação, Costa Pinto, António e Monteiro, Nuno, direção, A Construção Nacional 1834-1890, História Contemporânea de Portugal: 1808-2010, Volume 2, 2013
- TELES, Felício, A diplomacia pública no contexto das organizações internacionais: o caso da CPLP, 2015

Fontes electrónicas

- <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/estatutoeleicao.aspx>
- <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/AMonarquiaConstitucional5.aspx>
- <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/APrimeiraRepublica.aspx>
- <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/OEstadoNovo.aspx>
- <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/OEstadoDemocratico.aspx>
- <https://www.judiciary.gov.uk/about-the-judiciary/history-of-the-judiciary/>
- <http://www.cplp.org/id-2753.aspx>
- <http://www.ap-cplp.org/orgaos.html>

Deliberações, Leis e Resoluções

- Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro
- Estrutura e Competências dos Serviços da Assembleia da República, 2004
- Composição das Delegações às Organizações Parlamentares Internacionais, Deliberação n.º 1-PL/2016, de 15 de janeiro, as alterações introduzidas pela Deliberação n.º 3-PL/2016, de 16 de março e pela Deliberação n.º 5-PL/2016, de 6 de maio
- Deliberação n.º 4/2016 da AP-CPLP, Brasília, 2016

ANEXOS

Anexo 1: Fichas Técnicas



REINO UNIDO

FICHA TÉCNICA

INTRODUÇÃO



O Reino Unido, fundado em 1707, tem historicamente competido pela liderança no desenvolvimento da democracia parlamentar e nos avanços literários e científicos. Com o seu auge no século XIX, o Império Britânico alastrou-se ao longo de 1/4 da superfície da terra.

Na primeira metade século XX, vimos o Reino Unido profundamente envolvido nas duas grandes guerras mundiais e a República da Irlanda retirar-se da união.

Durante a segunda metade do século XX, assistimos ao desmantelamento do Império e à reconstrução do Reino Unido, como uma nação europeia moderna e próspera.

A Grã-Bretanha foi o primeiro país industrializado do mundo.

Como um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e da Comunidade das Nações Britânicas (*Commonwealth*), o Reino Unido seguiu um caminho de aproximação global à política internacional. O Reino Unido é também membro ativo da União Europeia, apesar da sua escolha por ficar de fora na União Económica e Monetária.

Em termos de política interna, não esquecendo que a Grã-Bretanha foi o primeiro país industrializado do mundo, sendo atualmente uma das mais fortes economias do globo, a verdade é que durante muitos anos, a mesma esteve baseada em indústrias de serviços, deixando de parte o setor secundário e da fabricação.

O processo de desindustrialização deixou problemas sociais duradouros e pontos de fraqueza económicos em algumas partes do país.

Mais recentemente, em 1999, foram fundados o Parlamento Escocês, a Assembleia Nacional de Gales, e a Assembleia da Irlanda do Norte. Este último suspenso até Maio de 2007, devido a disputas relacionadas com o processo de paz. A Assembleia da Irlanda do Norte retomou a sua atividade normal em março de 2010.

SISTEMA POLÍTICO

Constituição: Não escrita. Estatutos e Lei Comum.

Sistema Eleitoral: Listas de círculos eleitorais uninominais (Câmara dos Comuns).

Sistema de Partidos: Multipartidário.

Sistema de Governo: Democracia Parlamentar.

Forma de Estado: Monarquia Constitucional.

Regime: Democracia.

PODER POLÍTICO

Chefe de Estado – Elizabeth II (desde 6 de fevereiro de 1952).

Chefe de Governo – Theresa May (desde 13 de julho de 2016).

Parlamento – bicameral: constituído pela Câmara dos Lordes (câmara alta) e pela Câmara dos Comuns (câmara baixa).

Câmara dos Lordes – A Câmara dos Lordes constitui a câmara alta. Atualmente existem cerca de 816 membros que são elegíveis para participar nos trabalhos da Câmara dos Lordes. Estão ainda incluídos 26 arcebispos e bispos e 92 membros hereditários. Não há nenhum limite superior no número total de membros.

Sem eleições, a Comissão de Nomeações recomenda de forma individual, elementos sem vida política partidária ativa. A nomeação formal é realizada pela rainha, mas com a aprovação do primeiro-ministro.

Câmara dos Comuns – A Câmara dos Comuns constitui a câmara baixa. Composta por 650 membros, 533 de Inglaterra, 59 da Escócia, 40 do País de Gales e 18 da Irlanda do Norte.

As eleições realizam-se através de círculos eleitorais uninominais. É nomeado apenas um candidato por círculo eleitoral, para representar o respetivo território.

A renovação do órgão é realizada a cada 4 anos.

Principais Partidos Políticos

Partido Unionista e Conservador (**Partido Conservador**) – Theresa May; Partido Trabalhista (**Partido Trabalhista**) – Jeremy Corbyn; Democratas Liberais (**Lib Dems**) – Timothy Farron; Partido Unionista Democrático (**DUP**) – Arlene Foster; Partido Nacional Escocês (**SNP**) – Nicola Sturgeon; Sinn Féin (**SF**) – Gerard Adams; Plaid Cymru / Partido de Gales (**Partido de Gales**) – Leanne Wood; Social Democratic and Labour Party / Partido Trabalhista e Social-Democrata (Norte Irlandês) (**SDLP**) – Colum Eastwood; Partido Unionista de Ulster (**UUP**) – Mike Nesbitt; Partido da Independência do Reino Unido (**UKIP**) – Nigel Farage; Partido Verde (**Partido Verde**) – Natalie Bennett; Partido da Aliança (**Partido da Aliança**) – David Ford; Partido Cooperativo (**Partido Cooperativo**) – Gareth Thomas; Partido do Respeito (**Partido do Respeito**) – George Galloway.

O PODER JUDICIAL

O Reino Unido tem três sistemas judiciais separados. Um para Inglaterra e País de Gales, outro para a Escócia e ainda um último para a Irlanda do Norte. Isto são reflexos encontrados na origem histórica e no facto de tanto a Escócia como a Irlanda e depois a Irlanda do Norte, terem retido os seus próprios sistemas legais e tradições, sob a União de Atos de 1707 e 1800.

A Estrutura do Sistema Judicial – O sistema judicial britânico é considerado pelos próprios, como “complicado” e em alguns casos “confuso”, isto porque tem sido desenvolvido ao longo de 1000 anos.

Diferentes tipos de casos são tratados em tribunais específicos: por exemplo os casos criminais começam nos tribunais de magistrados, mas os assuntos criminais mais graves, são enviados para o Tribunal da Coroa.

Recursos feitos pelo Tribunal da Coroa vão para o Supremo Tribunal de Justiça de Inglaterra e Gales e provavelmente para o Tribunal de Recursos ou mesmo para o Supremo Tribunal do Reino Unido.

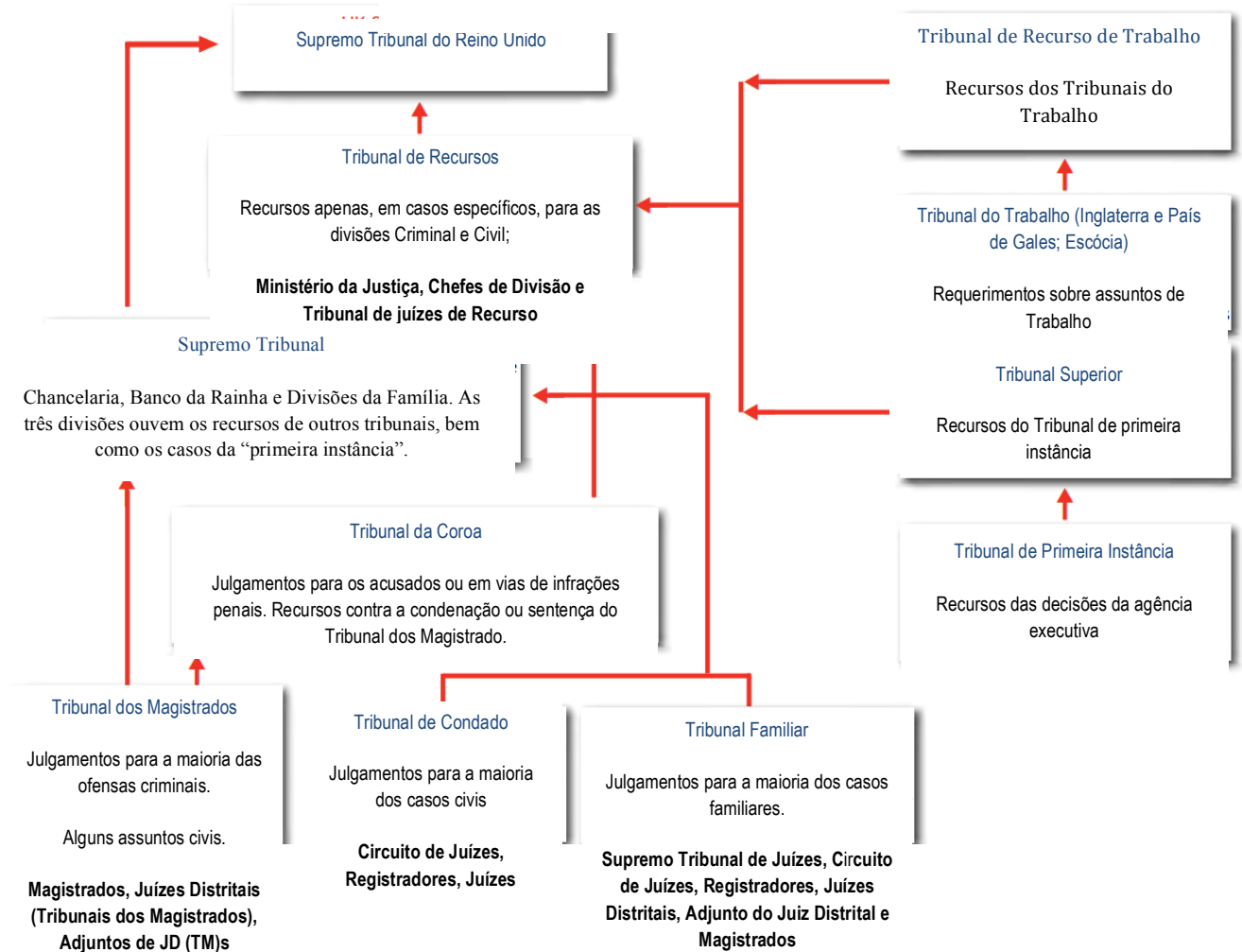
Casos civis poderão ser tratados pelos magistrados, mas também pelos Tribunais de Condado.

A estrutura de tribunais abrange a Inglaterra e o País de Gales e em alguns casos a Irlanda do Norte e a Escócia.

O Supremo Tribunal de Justiça do Reino Unido – Tem jurisdição sobre todo o Reino Unido, substituindo o Comité Judicial da Câmara dos Lordes desde Outubro de 2009.

O Supremo Tribunal é constituído por 12 juízes, mantendo os altos padrões de seleção considerados pelo Comité de Apelação, mas agora claramente separado tanto do Governo como do Parlamento. Existe ainda o Supremo Tribunal de Justiça, sendo um tribunal de primeira instância direccionado para a Inglaterra e o País de Gales.

A Estrutura da Justiça

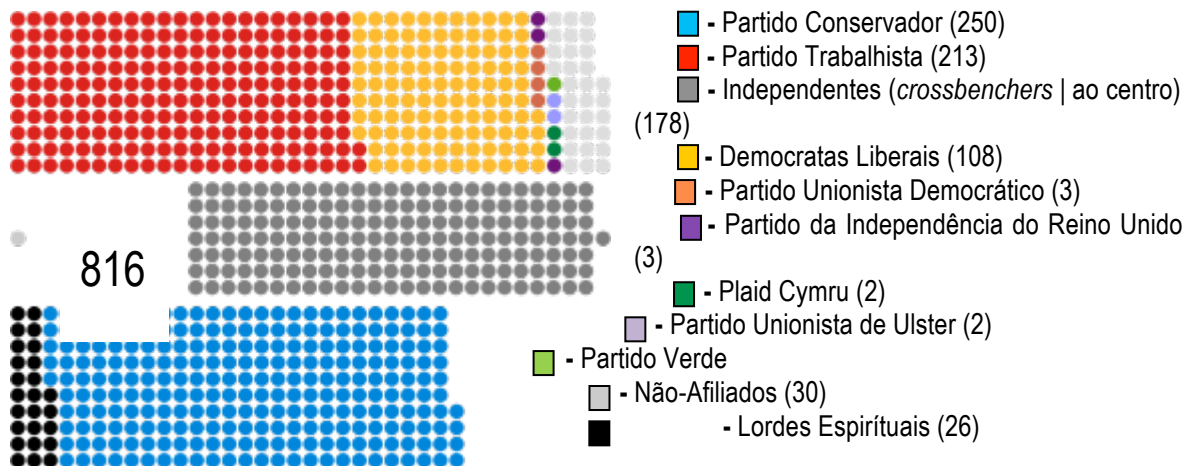


Fonte: Courts and Tribunals Judiciary

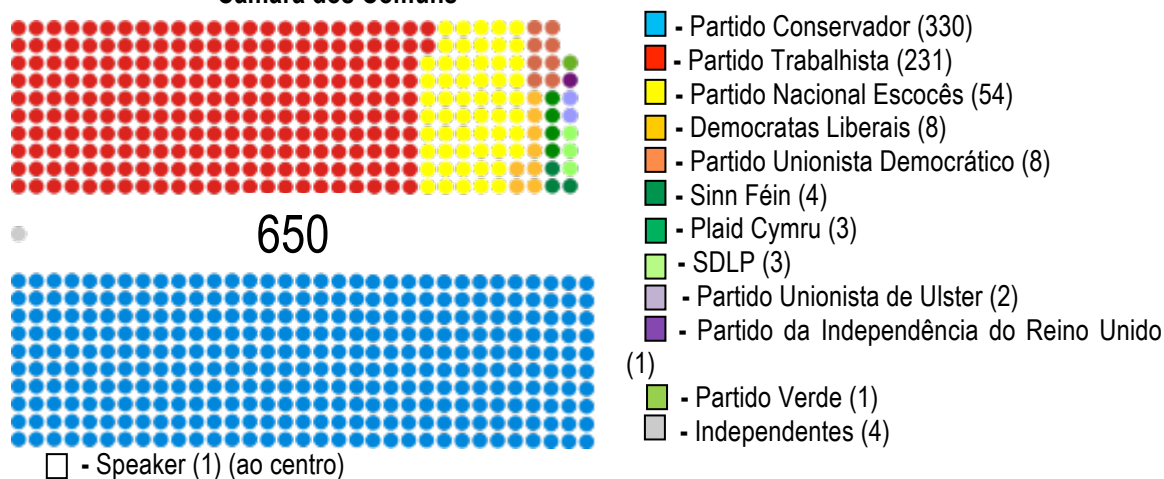
Composição do Parlamento⁵⁴

Resultado das Eleições para a Câmara dos Comuns de 7 de maio de 2015

Câmara dos Lordes



Câmara dos Comuns



Presidente do Parlamento

LVI Parlamento

Speaker | Presidente

Bercow, John (Partido Conservador)

Comissões Permanentes

- Comissão da Ação de Igualdade 2010 e Invalidez
- Comissão da Câmara dos Comuns
- Comissão da Ciência e Tecnologia
- Comissão da Constituição

⁵⁴ Informação retirada dos seguintes sítios na internet: <http://www.parliament.uk/>, <http://www.electionguide.org/>, <http://www.electoralcommission.org.uk/>

- Comissão da Cultura, Média e Desporto
- Comissão da Energia e Alterações Climáticas
- Comissão da Grande Irlanda do Norte
- Comissão da Lei de Extradicação
- Comissão da Reforma Regulamentar
- Comissão da Tesouraria
- Comissão da União Europeia
- Comissão das Aptidões Digitais
- Comissão das Comunidades e Governos Locais
- Comissão das Mulheres e Igualdades
- Comissão das Normas
- Comissão das Normas e da Vida Pública
- Comissão das Políticas Nacionais para a Construção Ambiental
- Comissão de Administração Pública e Assuntos Constitucionais
- Comissão de Assuntos da Irlanda do Norte
- Comissão de Assuntos Económicos
- Comissão de Assuntos Estrangeiros
- Comissão de Assuntos Galezes
- Comissão de Assuntos Internos
- Comissão de Atualizações
- Comissão de Auditoria Ambiental
- Comissão de Auditoria de Estimativa de Membros
- Comissão de Comunicações
- Comissão de Conflitos e Violência Sexual
- Comissão de Contas Públicas
- Comissão de Defesa
- Comissão de Despesas dos Membros
- Comissão de Escrutínio Europeu
- Comissão de Estimativa de Membros
- Comissão de Finanças
- Comissão de Justiça
- Comissão de Legislação Delegada
- Comissão de Ligação
- Comissão de Mobilidade Social
- Comissão de Negócios de Deputados da Retaguarda, *Backbench*
- Comissão de Negócios, Inovação e Habilidades
- Comissão de Petições
- Comissão de Poderes Delegados e da Reforma Regulamentar
- Comissão de Procedimentos
- Comissão de Puericultura Acessível
- Comissão de Saúde
- Comissão de Secundária de Escrutínio Legislativo
- Comissão do Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais
- Comissão do Ártico
- Comissão do Desenvolvimento Internacional
- Comissão do Grande Gales
- Comissão do Parlamento
- Comissão do Presidente para a Autoridade Parlamentar Independente das Normas
- Comissão do Presidente para a Comissão Eleitoral
- Comissão do Trabalho e das Pensões
- Comissão dos Instrumentos Estatutários
- Comissão dos Instrumentos Híbridos

- Comissão dos Transportes
- Comissão Eclesiástica
- Comissão Europeia
- Comissão para a União Comercial e para os Fundos dos Partidos
- Comissão Parlamentar de Inteligência e Segurança

Administrações Locais

Inglaterra: 27 condados, 32 burgos de Londres e uma Cidade de Londres, 36 distritos metropolitanos, 56 unidades autónomas

Irlanda do Norte: 5 concelhos de bairro, 4 concelhos distrito, duas cidades concelho

Escócia: 32 concelhos

Gales: 22 unidades autónomas

GEOGRAFIA

Localização – Europa Ocidental, ilhas – incluindo 1/6 do norte da ilha da Irlanda – entre o Norte do Oceano Atlântico e o Mar do Norte; noroeste da França

Área – 243.610 Km²

Capital – Londres

Outras Cidades – Birmingham, Glasgow, Liverpool, Bristol, Sheffield, Manchester, Leeds, Edimburgo e Leicester.

Organização territorial – Constituído por 4 nações: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda, com diferentes formas de organização territorial

DEMOGRAFIA

Habitantes – 64,088,222 milhões de habitantes (2015)

Grupos Étnicos – composto por 87.2% brancos, 3% negros, africanos, caribenhos e negros britânicos, 2.3% asiáticos e asiáticos britânicos e indianos, 1.9% asiáticos e asiáticos britânicos e paquistaneses, 2% misto, 3.7% outros

Língua – Inglês, Escocês (cerca de 30% da população escocesa), escocês gaélico (cerca de 60 mil na Escócia), Galês (cerca de 20% da população de Gales), Irlandês (cerca de 10% da população da Irlanda do Norte), córnico (entre 2 a 3 mil em Cornwall)

Religião – Cristãos 59.5% (incluindo Anglicanos, Católicos Romanos, Presbiterianos, Metodistas) 4.4% Muçulmanos, 1.3% Hindus, 2% outros, 7.2% não especificados, 25.7% sem religião

Mortalidade Infantil: 4.4 mortes/1000 nascimentos

Esperança Média de Vida: 80.5 anos

Taxa de Literacia: 99%

Índice de Desenvolvimento Humano (ONU): 14.º em 188 países

Índice sobre Corrupção (Transparency International): 10.º em 175 países

ECONOMIA

Com dados oficiais mais recentes de 2014, o Reino Unido (RU) é a 6.ª economia mundial e a 3.ª da União Europeia segundo o Banco Mundial. O país foi o 5.º importador mundial de bens (2.º europeu) e o 6.º importador de serviços (3.º europeu) em 2014. Destaca-se ainda como 2.º exportador mundial de serviços (1.º europeu) e 10.º exportador de bens (5.º europeu).

O país foi o 4.º maior recetor de fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) e o primeiro no âmbito da União Europeia, tendo captado fluxos de cerca de 72,2 mil milhões de USD em 2014. Salienta-se que em valor absoluto de *stock* de IDE, o RU ocupa a 3.ª posição mundial, a seguir aos E.U.A. e à China.

A economia do RU compreende um grupo de diferentes setores que têm vindo a evoluir ao longo do tempo, tendo havido uma mudança significativa na sua estrutura, da indústria para os serviços, em especial para os de conhecimento intensivo, tais como os relacionados com o setor financeiro, serviços de apoio aos negócios e novas tecnologias de informação. A economia britânica cresceu, em média, 3,4% no período entre 1995-2004 e 3% entre 2006 e 2007. A crise financeira mundial que se seguiu teve um elevado impacto na economia do RU; em 2008 a economia registou um crescimento negativo (-0,8%) e em 2009 uma forte contração (-5,2%). Em 2010 e 2011 a economia cresceu (1,9% e 1,6%, respetivamente), abrandando em 2012 (+0,7%), voltando a recuperar a partir de 2013 (+1,7%).

O ano de 2014 foi marcado por um crescimento do PIB de 3%, impulsionado em grande parte pelo investimento e pelo consumo privado. A taxa média de inflação desceu para 1,5% e o desemprego para 6,2% da população ativa. O saldo negativo da balança corrente agravou-se consideravelmente, passando a representar cerca de 5,9% do PIB. Relativamente ao défice público (5,8% do PIB), o Governo fez progressos na sua redução (quando comparado com 9,7% em 2010), enquanto a dívida pública aumentou, passando a representar cerca de 89,3% do PIB em 2014.

Segundo o *The Economist Intelligence Unit (EIU)*, as perspetivas de evolução da economia do RU em 2017 apontam para um PIB de 2,3% em 2017.

As últimas previsões do FMI referem também idêntico crescimento em 2016, enquanto a Comissão Europeia é ligeiramente mais otimista (2,4% em 2016).

A taxa real de crescimento das importações de bens e serviços deverá situar-se abaixo dos 3% em 2016-2017. Do lado das exportações prevê-se um crescimento de +3,2% em média tanto em 2016, como em 2017. Relativamente à procura interna, as previsões apontam também para um aumento de cerca de 2,1% em 2016-2017.

O investimento direto estrangeiro (IDE) no Reino Unido deverá crescer, em particular no corrente ano, tendo em conta os contratos recentemente anunciados no último ano pelo Governo britânico, por ocasião da visita oficial do Presidente da República Popular da China ao Reino Unido.

A taxa média de inflação deverá baixar no corrente ano para 0,2%, prevendo-se que suba para 1,5% e 1,7% nos dois anos seguintes, respetivamente.

O nível de desemprego tenderá a diminuir muito gradualmente de 5,4% em 2015 para 4,9% em 2017.

Principais Indicadores Macroeconómicos

| | Unidade | 2012 ^a | 2013 ^a | 2014 ^a | 2015 ^b | 2016 ^b | 2017 ^b |
|-----------------------------------|---------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| População | Milhões | 64,0 | 64,4 ^c | 64,9 ^c | 65,3 | 65,7 | 66,0 |
| PIB a preços de mercado | 10 ⁹ GBP | 1 655,4 | 1 713,1 | 1 791,9 | 1 845,2 | 1 908,6 | 1 978,7 |
| PIB a preços de mercado | 10 ⁹ USD | 2 624,7 | 2 680,6 | 2 952,1 | 2 826,7 | 2 891,5 | 2 938,4 |
| PIB <i>per capita</i> (em PPP) | USD | 37 716 | 38 588 | 39 540 | 40 231 | 41 505 | 43 106 |
| Crescimento real do PIB | % | 0,7 | 1,7 | 3,0 | 2,5 | 2,2 | 2,3 |
| Consumo privado | Var. % | 1,1 | 1,7 | 2,5 | 2,7 | 2,3 | 2,3 |
| Consumo público | Var. % | 2,3 | -0,3 | 1,6 | 1,2 | 1,0 | 0,7 |
| Formação bruta de capital fixo | Var. % | 0,7 | 3,4 | 8,6 | 5,1 | 3,8 | 4,1 |
| Taxa de inflação (média) | % | 2,8 | 2,6 | 1,5 | 0,2 | 1,5 | 1,7 |
| Taxa de desemprego (média) | % | 8,0 | 7,6 | 6,2 | 5,4 | 4,9 | 4,9 |
| Saldo do setor público | % do PIB | -10,0 ^d | -5,7 | -5,8 | -4,4 | -3,9 | -3,3 |
| Dívida pública | % do PIB | 85,8 | 87,3 | 89,3 | 91,6 | 91,9 | 91,8 |
| Saldo da balança corrente | 10 ⁹ USD | -97,8 | -120,1 | -174,0 | -153,2 | -156,7 | -141,2 |
| Saldo da balança corrente | % do PIB | -3,7 | -4,5 | -5,9 | -5,4 | -5,4 | -4,8 |
| Taxa de câmbio – final do período | 1EUR=xGBP | 1,23 | 1,18 | 1,24 | 1,39 | 1,43 | 1,33 |

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU) – setembro 2015

Notas: a) Valores atuais; (b) Previsões; (c) Estimativas; (d) Não inclui o impacto da transferência de pensões ocorrida em abril de 2012

²EIU - The Economist Intelligence Unit

A redução do défice do setor público deverá prosseguir; representará 3,3% do PIB em 2017. O rácio dívida pública/PIB não deverá ultrapassar os 92% do PIB no período 2015-2017 (comparando com cerca de 86% em 2012).

Evolução da balança comercial

| (10 ⁶ USD) | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|-------------------------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| Exportação fob | 415 959 | 506 570 | 472 792 | 541 019 | 505 841 |
| Importação fob | 591 095 | 676 896 | 691 232 | 655 826 | 683 979 |
| Saldo | -175 136 | -170 326 | -218 440 | -114 807 | -178 138 |
| Coefficiente de cobertura (%) | 70,4 | 74,8 | 68,4 | 82,5 | 74,0 |
| Posição no "ranking" mundial | | | | | |
| Como exportador | 9 ^a | 10 ^a | 11 ^a | 8 ^a | 10 ^a |
| Como importador | 6 ^a | 6 ^a | 5 ^a | 6 ^a | 5 ^a |

Fontes: OMC

No período 2010-2014, segundo a *Organização Mundial do Comércio - OMC*, o crescimento médio anual das exportações britânicas de bens foi de 5,8% enquanto o das importações foi de 4,0%. O saldo da balança comercial do RU foi negativo ao longo do período. A taxa de cobertura das importações pelas exportações situou-se em 74% em 2014.

Principais Clientes

| Mercado | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|---------------|-----------|---------|-----------|---------|-----------|---------|
| | Quota (%) | Posição | Quota (%) | Posição | Quota (%) | Posição |
| E.U.A. | 13,3 | 1ª | 11,5 | 2ª | 12,6 | 1ª |
| Alemanha | 10,8 | 2ª | 8,8 | 3ª | 10,2 | 2ª |
| Países Baixos | 7,9 | 3ª | 6,8 | 4ª | 7,2 | 3ª |
| Suíça | 3,4 | 7ª | 13,0 | 1ª | 6,9 | 4ª |
| França | 7,2 | 4ª | 6,4 | 5ª | 6,4 | 5ª |
| Portugal | 0,4 | 35ª | 0,4 | 36ª | 0,4 | 35ª |

Principais Fornecedores

| Mercado | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|---------------|-----------|---------|-----------|---------|-----------|---------|
| | Quota (%) | Posição | Quota (%) | Posição | Quota (%) | Posição |
| Alemanha | 12,1 | 1ª | 13,5 | 1ª | 14,4 | 1ª |
| China | 8,2 | 3ª | 8,8 | 2ª | 9,2 | 2ª |
| E.U.A. | 8,9 | 2ª | 8,3 | 3ª | 8,4 | 3ª |
| Países Baixos | 6,9 | 4ª | 8,2 | 4ª | 7,7 | 4ª |
| França | 5,5 | 5ª | 6,2 | 5ª | 6,3 | 5ª |
| Portugal | 0,4 | 42ª | 0,5 | 36ª | 0,5 | 32ª |

Fonte: International Trade Centre (ITC)

Os cinco principais clientes do Reino Unido – E.U.A., Alemanha, Países Baixos, Suíça e França – representaram cerca de 43% das exportações britânicas de bens em 2014. Os E.U.A recuperam a posição de 1.º cliente do Reino Unido (com uma quota de mercado de 12,6% do total em 2014, +2% face ao ano anterior). Os maiores clientes comunitários, por ordem decrescente foram a Alemanha (10,2%, +8%), os Países Baixos (7,2%, -2%) e a França (6,4%). A Suíça foi o 4.º cliente (com quota de 6,9% em 2014, -51% face ao ano anterior, ano em que foi o 1.º cliente com 13% de quota, devido às exportações de ouro).

Portugal foi o 35.º cliente do RU, e representou 0,4% do total exportado em 2014 (+6% face ao ano anterior, segundo o ITC).

Por outro lado, cerca de 54,6% das importações do RU foram provenientes dos mercados da UE em 2014 e 45,4% dos mercados Extra-UE (de acordo com o ITC).

Os cinco principais fornecedores, por ordem de importância - Alemanha, China, E.U.A., Países Baixos e França - foram responsáveis por cerca de 46% do total das importações efetuadas pelo RU em 2014.

Salienta-se a evolução das importações diretas da China continental, que entre 2000 e 2014, passou de 9.º fornecedor (representava 4,0% do total importado em 2000) para 2.º fornecedor (9,2% em 2014).

Portugal tem, ainda, uma posição muito modesta como fornecedor, ocupando o 32.º lugar em 2014 (embora tenha melhorado no *ranking* de fornecedores comparado com o 42.º lugar de 2012), com 0,4% do total importado por este mercado, embora as compras ao nosso país tenham registado um crescimento da ordem dos 22% face ao ano anterior (de acordo com o ITC).

Investimento Direto

| (10 ⁶ USD) | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| Investimento estrangeiro no Reino Unido | 58 954 | 41 803 | 59 375 | 47 675 | 72 241 |
| Investimento do Reino Unido no estrangeiro | 46 633 | 107 801 | 28 939 | -14 972 | -59 628 |
| Posição no "ranking" mundial | | | | | |
| Como recetor | 8 ^a | 10 ^a | 9 ^a | 12 ^a | 4 ^a |
| Como emissor | 11 ^a | 3 ^a | 11 ^a | 18 ^a | 187 ^a |

Fonte: UNCTAD – World Investment Report 2015

O RU tem desempenhado um papel de destaque a nível mundial, tanto como investidor, assim como recetor de investimento direto estrangeiro (IDE). De acordo com a UNCTAD (*World Investment Report 2015*) o país foi o 4.º maior recetor de IDE, tendo os fluxos alcançado 72,2 mil milhões de USD em 2014 (cerca de 14,4% da FBCF). De referir que, no período que antecedeu a crise entre 2005-2007, os fluxos de investimento estrangeiro captados pelo RU atingiram, em média, 171,4 mil milhões de USD ao ano. Apesar do valor global dos fluxos do IDE ter contraído cerca de 11% na Europa em 2014, os fluxos de investimento estrangeiro no RU, em termos líquidos, representaram perto de um quarto dos fluxos captados pela UE, tornando o RU no 1.º destino do IDE na Europa.

De acordo com o relatório anual do *UK Trade & Investment (UKTI)*, relativo ao IDE realizado no país entre 2014/2015, registaram-se 1 988 projetos de investimento (+12% face ao período anterior), que criaram cerca de 108 mil postos de trabalho (dos quais 85 mil foram novos e 23 mil foram salvaguardados). Destes projetos, 53% foram considerados novos (+29% face ao ano anterior), 37% de expansão e 10% decorrentes de M&A.

Em termos de localização, os projetos foram realizados essencialmente em Inglaterra, não incluindo Londres (905 projetos que geraram cerca de 38 mil novos postos de trabalho), seguindo-se Londres (796 projetos, 21 mil novos postos de trabalho), Escócia (119), País de Gales (101) e Irlanda do Norte (48). Os principais países investidores no Reino Unido, no período 2014/2015, foram os seguintes: E.U.A. (564 projetos, +12% face ao período anterior, implicando a criação de 26 500 novos postos de trabalho), França (124 projetos, +13%), Índia (122 projetos, +65%), China (112 projetos, incluindo 13 de Hong Kong, 4 700 mil novos postos de trabalho), Japão (107 projetos), Alemanha (97 projetos), Itália (91 projetos), Austrália (81 projetos), Canadá (72 projetos) e Espanha (59 projetos).

RELAÇÕES ECONÓMICAS COM PORTUGAL

O Reino Unido foi o 4.º cliente de bens e serviços de Portugal, representando 8,3% das exportações em 2014, e o 6.º fornecedor, com uma quota de 4,6% das importações. No período janeiro-julho de 2015, o mercado representou 9,1% das exportações de bens e serviços e 4,9% das importações.

Nos últimos cinco anos, a balança comercial de bens e serviços entre Portugal e o Reino Unido foi favorável ao nosso país, salientando-se que o crescimento médio anual das exportações nesse período foi de 9,2%, enquanto as importações contraíram em média 2,8%.

Balança Comercial de Bens e Serviços de Portugal com o Reino Unido

| (10 ⁶ EUR) | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Var % 14/10 ^a | 2014 jan/jul | 2015 jan/jul | Var % 15/14 ^b |
|-----------------------|---------|---------|---------|---------|---------|--------------------------|--------------|--------------|--------------------------|
| Exportações | 4 337,2 | 4 960,8 | 5 226,3 | 5 665,4 | 6 158,3 | 9,2 | 3 486,3 | 3 914,2 | 12,3 |
| Importações | 3 617,7 | 3 211,8 | 2 865,5 | 2 973,9 | 3 187,0 | -2,8 | 1 795,1 | 2 050,2 | 14,2 |
| Saldo | 719,5 | 1 749,0 | 2 360,8 | 2 691,4 | 2 971,3 | -- | 1 691,2 | 1 864,1 | -- |
| Coef. cobertura | 119,9 | 154,5 | 182,4 | 190,5 | 193,2 | -- | 194,2 | 190,9 | -- |

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014; (b) Taxa de variação homóloga 2014-2015

Devido a diferenças metodológicas de apuramento, o valor referente a "Bens e Serviços" não corresponde à soma["Bens" (INE) + "Serviços" (Banco de Portugal)]. Componente de Bens com base em dados INE, ajustados para valores f.o.b.

Em 2014, as vendas de bens e serviços para o mercado aumentaram perto de 9% (após quatro anos de crescimento sustentado), enquanto as importações progrediram 7%, tendo o saldo alcançado 2,9 mil milhões de EUR. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 193,2%.

Posição e Quota do Reino Unido no Comércio Internacional Português de Bens

| | | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2014 jan/jul |
|---|-----------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| Reino Unido como cliente de Portugal | Posição | 4 ^a | 5 ^a | 5 ^a | 5 ^a | 5 ^a | 4 ^a |
| | % Export. | 5,5 | 5,2 | 5,3 | 5,5 | 6,1 | 6,5 |
| Reino Unido como fornecedor de Portugal | Posição | 6 ^a | 6 ^a | 7 ^a | 7 ^a | 6 ^a | 6 ^a |
| | % Import. | 3,8 | 3,3 | 2,9 | 2,9 | 3,1 | 3,3 |

Balança Comercial de Bens com o Reino Unido

| (10 ⁶ EUR) | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Var % 14/10 ^a | 2014 jan/jul | 2015 jan/jul | Var % 15/14 ^b |
|------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|-----------------------------|-----------------|-----------------|-----------------------------|
| Exportações | 2 039,0 | 2 232,8 | 2 386,0 | 2 612,6 | 2 939,0 | 9,6 | 1 707,9 | 1 943,9 | 13,8 |
| Importações | 2 220,1 | 1 969,4 | 1 674,2 | 1 675,7 | 1 809,0 | -4,6 | 1 010,6 | 1 166,0 | 15,4 |
| Saldo | -181,1 | 263,5 | 711,8 | 936,9 | 1 130,0 | -- | 697,3 | 777,8 | -- |
| Coef. de Cobertura (%) | 91,8 | 113,4 | 142,5 | 155,9 | 162,5 | -- | 169,0 | 166,7 | -- |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Notas: a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014; (b) Taxa de variação homóloga 2014-2015

2014 – resultados provisórios; 2015 - resultados preliminares

Nos sete primeiros meses de 2015, as vendas e compras de bens e serviços cresceram, respetivamente, 12,3% e 14,2% face ao período homólogo do ano anterior, continuando o saldo a ser favorável a Portugal. O coeficiente de cobertura aproximou-se, nesse período, de 191%.

No que se refere ao comércio de bens, em 2014, o RU manteve o 5.º lugar enquanto cliente de Portugal (6,1% do total exportado) e subiu para o 6.º lugar como fornecedor (3,1% do total importado).

A balança comercial entre os dois países foi geralmente favorável a Portugal nos últimos cinco anos, à exceção de 2010, ano em que foi deficitária.

No período janeiro-julho de 2015, segundo os dados preliminares do INE, as exportações de bens de Portugal para o mercado britânico cresceram 13,8% face ao período homólogo e as importações aumentaram 15,4%, resultando um saldo da balança mais positivo do que o verificado no mesmo período de 2014 (+12%).

Quota do Reino Unido no Comércio Internacional Português de Serviços

| | | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 jan/jul |
|---|-----------|------|------|------|------|------|-----------------|
| Reino Unido como cliente de Portugal | % Export. | 14,3 | 14,3 | 14,6 | 14,2 | 13,9 | 14,7 |
| Reino Unido como fornecedor de Portugal | % Import. | 12,8 | 10,8 | 10,8 | 11,0 | 11,1 | 11,8 |

Fonte: Banco de Portugal

Em termos de exportações de serviços, o RU tem-se posicionado como o 1.º cliente de Portugal, com uma quota de 13,9% do total em 2014 (14,7% no período janeiro-julho de 2015). O país foi o 2.º fornecedor de serviços a Portugal, posição que ocupou ao longo dos últimos cinco anos, correspondendo a 11% do total dos serviços importados em 2014 (11,8% em janeiro-julho 2015).

A balança de serviços de Portugal com o RU foi sempre positiva ao longo do período 2010-2014, apresentando coeficientes de cobertura bastante elevados (243% em 2014).

Em termos de evolução, salienta-se que o crescimento das exportações de serviços verificado nos últimos cinco anos foi sempre positivo (a média anual do período foi de 7,4%) e em 2014 aumentou 4,8%

Balança Comercial de Serviços com o Reino Unido

| (10 ⁶ EUR) | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Var % 14/10 ^a | 2014 jan/jul | 2015 jan/jul | Var % 15/14 ^b |
|-----------------------|---------|---------|---------|---------|---------|-----------------------------|-----------------|-----------------|-----------------------------|
| Exportações | 2 466,0 | 2 756,3 | 2 925,2 | 3 125,2 | 3 275,8 | 7,4 | 1 810,3 | 1 996,9 | 10,3 |
| Importações | 1 376,8 | 1 220,2 | 1 145,8 | 1 197,0 | 1 346,5 | -0,1 | 773,8 | 863,5 | 11,6 |
| Saldo | 1 089,2 | 1 536,1 | 1 779,4 | 1 928,2 | 1 929,2 | -- | 1 036,5 | 1 133,4 | -- |
| Coef. Cob. % | 179,1 | 225,9 | 255,3 | 261,1 | 243,3 | -- | 234,0 | 231,3 | -- |

Fonte: Banco de Portugal

Notas: a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014; b) Taxa de variação homóloga 2014-2015

face ao ano anterior. As importações diminuíram em média 0,1% ao ano, nesse período, tendo em 2014 crescido 12,5% face ao ano anterior.

Os primeiros dados do Banco de Portugal, referentes à exportação e importação de serviços nos sete primeiros meses de 2015, apontam para um aumento de cada um destes agregados de, respetivamente, 10,3% e de 11,6%, face ao verificado no período homólogo, sendo que o saldo da balança de serviços também apresentou um *superavit* superior ao obtido no mesmo período de 2014.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E REGIONAIS

O Reino Unido é membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, membro da NATO, da *Commonwealth*, G7, G8, G20, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da Organização Mundial de Comércio (OMC), do Conselho da Europa, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e estado membro da União Europeia. O Reino Unido considera ter um “Relacionamento Especial” com os Estados Unidos e uma parceria muito forte com a França, que é conhecido como o, “*Entente cordiale*”. Os britânicos partilham tecnologia de armamento nuclear com ambos os países.

Têm também uma relação muito próxima com a República da Irlanda; os dois estados dividem a Área Comum de Viagens e cooperam através da Conferência Intergovernamental Britânico-Irlandesa, bem como no Conselho Britânico-Irlandês.

A Grã-Bretanha tem uma presença e influência global, também através das suas relações comerciais, investimento estrangeiro, assistência oficial de desenvolvimento e compromissos militares.

Brexit

O termo “*brexit*” nasce do diminutivo de “*britain*”, que significa Grã-Bretanha e de “*exit*”, que significa saída, ou seja, a saída da Grã-Bretanha da União Europeia.

Tendo aderido à (na altura) Comunidade Económica Europeia, em 1973, mas suportado na força da libra, o Reino Unido sempre se recusou a adotar a moeda única europeia, o euro, nem aceitou integrar o Acordo de Schengen.

No início de 2016 a maioria dos britânicos continuava a exigir um referendo à permanência na União Europeia. O mesmo referendo chegou a estar agendado para o fim de 2017, mas perante os vários acontecimentos que marcaram a agenda europeia no início do presente ano, a consulta popular ficou indicada para este mês de junho.

Em causa está o braço de ferro entre Londres e Bruxelas relativamente ao tratado orçamental que os ingleses ameaçam vetar. Além disso, a crise dos refugiados e a gestão do assunto por parte da organização dos 28 ajudou a agravar o problema.

Outro dos principais motivos para a aceleração do referendo tem que ver com questões de política interna. O atual primeiro-ministro, David Cameron, no programa com que se apresentou e venceu as eleições de 2015, comprometeu-se então a colocar em marcha o processo de renegociação do papel do Reino Unido na União Europeia.

No entanto, a razão principal para esta antecipação do referendo poderá estar relacionada com a presidência do Conselho Europeu, por parte do Reino Unido, durante o último semestre de 2017, o que não seria desejável quer para os ingleses, quer para os órgãos executivos europeus, que arriscavam assim ou a substituição da presidência pelo país que se seguiria na lista (Estónia) ou a assistir a um rude golpe na União Europeia, com os britânicos, que liderariam momentaneamente os destinos da organização a “baterem com porta” nesse preciso momento.

Desta forma, mesmo que o referendo dê o “sim” ao *Brexit*, os responsáveis europeus têm tempo para preparar esse último semestre de 2017.

Em resposta à ameaça do *Brexit*, a UE apresentou soluções em quatro áreas diferentes para a questão, nomeadamente na gestão económica, competitividade, soberania e na relação benefícios sociais/ livre circulação de europeus (corte no acesso a benefícios sociais nos primeiros 4 anos a residir no Reino Unido).

David Cameron, que ficou satisfeito com as soluções propostas pelos responsáveis europeus, irá fazer campanha para manter o país aliado aos 27 parceiros europeus.

Apesar disso, as reações de outros países não se fizeram esperar, com destaque para a França que mostrou desconforto com a pretensão dos britânicos em obter uma proteção especial para a Cidade de Londres, ficando os países que não são membros da zona euro de fora da regulação financeira. No entanto, os não membros da zona euro teriam uma voz ativa na discussão dos assuntos que lhes dizem respeito. Paris já fez saber que considera que é uma “vantagem injusta” para os bancos da Grã-Bretanha. Outra dificuldade é a oposição dos países do Leste às restrições propostas por Londres aos benefícios sociais às crianças e aos trabalhadores imigrantes. Polónia, Hungria, República Checa e Eslováquia receiam o fim do pagamento de benefícios aos imigrantes da União Europeia.

O referendo está marcado para dia 23 de junho de 2016.

Posição de Portugal

O primeiro-ministro António Costa, em declarações no Parlamento, afirmou que Portugal considera a permanência do Reino Unido na EU “muito importante” e “ninguém mais que Portugal” quer evitar o *Brexit*, mas não a qualquer custo.

RELAÇÕES COM PORTUGAL

Portugal e o Reino Unido estabeleceram uma aliança na Idade Média, quando dois tratados internacionais foram celebrados entre os Reis de Portugal e de Inglaterra, em 1373 e 1386, respetivamente. O Tratado de Windsor, assinado em Maio de 1386 pelo Rei D. João I e o Rei Ricardo II, confirmou formalmente a aliança que tem servido de alicerce às relações bilaterais entre ambos os países durante mais de 600 anos. Uma das ocasiões mais importantes da nossa história conjunta foi o casamento em 1662 entre Catarina de Bragança, filha do rei D. João IV, e o Rei D. Carlos II.

A nossa aliança, a mais antiga do mundo, teve um papel relevante quando, em 1640, Portugal restaurou a sua independência política, e também durante a Guerra Peninsular, com o apoio que o Duque de Wellington deu ao Exército Português. A aliança foi, também, invocada no âmbito das duas Guerras Mundiais, contribuindo para a captura de navios alemães no litoral português e para o controlo do Oceano Atlântico a partir da Base das Lajes, nos Açores. Mais recentemente, durante a Guerra das Malvinas, esta mesma base aérea foi usada para o reabastecimento de aviões britânicos e de porta-aviões.

No campo económico, o Tratado de Methuen, em 1703, deu livre acesso aos lanifícios ingleses em Portugal e permitiu a redução das tarifas impostas à importação de vinhos portugueses em Inglaterra.

A aliança revelou-se bastante importante para os objetivos políticos de dois países marítimos que tinham de responder aos desafios levantados pelos seus vizinhos continentais. No entanto, as divergências surgiram no final do século XIX quando o Reino Unido decidiu criar um corredor em África entre a Cidade do Cabo, na África do Sul e o Cairo, no Egito, numa altura em que Portugal procurava manter o controlo do território entre Angola e Moçambique.

Excetuando este episódio, o último britânico de 1890, o relacionamento bilateral evoluiu de forma muito positiva, especialmente após o 25 de abril de 1974 que levou à descolonização. Tanto anteriormente, como depois daquela data, os dois países mantiveram boas relações políticas, tendo a Rainha Isabel II efetuado duas visitas de Estado a Portugal, em Fevereiro de 1957 e Março de 1985. Em ambas as ocasiões, a Rainha, como representante do nosso mais antigo aliado, foi muito bem recebida pelo

povo português. Por outro lado, os quatro presidentes portugueses do pós-25 de abril, efetuaram visitas ao Reino Unido: António Ramalho Eanes, em Novembro de 1978, Mário Soares, em Abril de 1993, Jorge Sampaio, em Fevereiro de 2002, e Aníbal Cavaco Silva, em Junho de 2009.

RELAÇÕES PARLAMENTARES BILATERAIS

2010

- Visita do Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, ao Reino Unido por ocasião da cerimónia comemorativa do II Centenário da Guerra Peninsular.

2009

- Visita de uma Delegação do “*All Party Parliamentary Group on Portugal*”, no âmbito das Comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular. A Delegação britânica visitou locais históricos das Linhas de Torres.

2008

- Encontro da Comissão de Defesa Nacional com alunos do *Advanced Command and Staff Course* da *Defense Academy* do Reino Unido.

GRUPO PARLAMENTAR DE AMIZADE PORTUGAL-REINO UNIDO

Em 2008, foi criado um Grupo Parlamentar Conjunto, que incluiu elementos de todos os partidos representados nas duas Câmaras e no Parlamento Português. Este grupo desenvolveu uma série de iniciativas, nomeadamente conferências para comemorar os 200 anos de cooperação bilateral estabelecida durante a Guerra Peninsular.

XIII Legislatura (2015-2019)



PRESIDENTE



Deputado Manuel Rodrigues (PSD)

VICE-PRESIDENTE



Deputada Inês Domingos (PSD)

MEMBROS



Deputada Rubina Berardo (PSD)



Deputada Teresa Morais (PSD)



Deputada Ana Passos (PS)



Deputado António Eusébio (PS)



Deputada Carla Miranda (PS)



Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS)



Deputado Jorge Campos (BE)



Deputada Cecília Meireles (CDS-PP)



Deputado João Ramos (PCP)

Fontes:

<http://www.parlamento.pt/>

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>

<http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas.html#m>

INE/Instituto Nacional de Estatística

AICEP

MNE

<http://www.bbc.co.uk/>

<http://www.parliament.uk/>

<http://www.electionguide.org/>

<http://www.electoralcommission.org.uk/>

<https://www.judiciary.gov.uk/>

<https://www.supremecourt.uk/>

<http://hdr.undp.org/>

<http://portuguese-embassy.co.uk/>



REPÚBLICA DE ANGOLA

INTRODUÇÃO



A República de Angola tornou-se numa nação independente, em 11 de novembro de 1975. A sua lei fundamental data de 1975 – Lei Constitucional – e tem vindo a sofrer algumas alterações devido à implementação do sistema democrático e pluripartidário, da ampliação do reconhecimento das garantias, dos direitos e das liberdades fundamentais dos cidadãos e dos princípios basilares da economia de mercado.

A Constituição declara como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre e democrática e que garanta os direitos e liberdades fundamentais do homem, a liberdade de expressão e o direito de assembleia e de associação, que respeite a liberdade de culto e, por fim, que permita a posse e a proteção da propriedade privada.

A soberania reside no povo que exerce o poder político através de sufrágio universal periódico, de forma democrática, a partir dos 18 anos de idade.

A nova Constituição, aprovada em janeiro de 2010, instituiu um regime presidencialista multipartidário, cujo poder executivo recai sobre o Presidente da República, o poder legislativo sobre a Assembleia Nacional e o judicial (com autonomia financeira) nos Tribunais. O Presidente, que é também o Chefe do Estado e o Comandante-Chefe das Forças Armadas é eleito por um mandato de cinco anos, que poderá ser renovado por outro com a mesma duração. A respetiva eleição será baseada no Chefe do Partido que obtenha a maioria de lugares na votação para a Assembleia Nacional, ou seja, numa única votação, decidem-se duas eleições.

SISTEMA POLÍTICO

Constituição: Escrita, promulgada a 5 de fevereiro de 2012

Sistema de Partidos: Multipartidário

Sistema de Governo: Presidencial

Forma de Estado: Unitário

Forma de Governo: República

PODER POLÍTICO

Órgãos de Soberania: O Presidente da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais.

Presidente da República: José Eduardo dos Santos (desde 21 de setembro de 1979).

O Presidente da República é o Chefe de Estado e o Comandante em Chefe das Forças Armadas. O Presidente é indiretamente eleito pela Assembleia Nacional para um mandato de cinco anos e elegível para um segundo mandato consecutivo ou descontínuo, nos termos da Constituição aprovada em 2010

Parlamento (Assembleia Nacional): Unicameral, formado por 220 membros eleitos por sufrágio direto e universal, para um mandato de cinco anos. As últimas eleições legislativas e presidenciais realizaram-se em 31 de agosto de 2012.

Principais Partidos Políticos e respetivos Líderes



MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) – 175 lugares. **José Eduardo dos Santos.**
Partido situado entre a social-democracia e o socialismo.



UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) – 32 lugares. **Isaías Samakuva.**
Partido do centro.



CASA-CE Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral – 8 lugares. **Abel Chivukuvuku.** *Fundada por dissidentes da UNITA.*

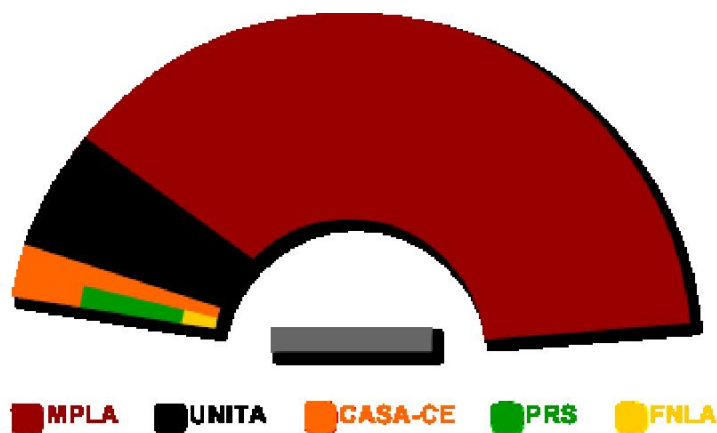


PRS (Partido Renovador Social) – 3 lugares. **Eduardo Kuangana.** *Partido de centro-esquerda.*



FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) – 2 lugares. **Lucas Benghy Ngonda.** *Partido do centro com evolução de esquerda.*

Resultado das últimas eleições



MPLA - 175 lugares; UNITA - 32 lugares; CASA-CE – 8; PRS - 3 lugares; FNLA - 2 lugares.

COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO

O MPLA detém a maioria parlamentar com 175 lugares (71.8%); a UNITA ocupa 32 lugares (18.7%); a CASA-CE ocupa 8 lugares (6,0%); o PRS ocupa 3 lugares (1,7%); a FNLA ocupa 2 lugares (1,1%).

GEOGRAFIA

Localização: África austral, banhada pelo oceano Atlântico, entre a Namíbia e a República Democrática do Congo.

Capital: Luanda.

Províncias: 18 - Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando, Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malange, Moxico, Namibe, Uíge, Zaire.

Área: 1.246.700 Km². **Clima:** equatorial e tropical.

DEMOGRAFIA

População: 18,5 milhões de habitantes.

Grupos étnicos: ovimbundu (37%), kimbundu (25%), bakongo (13%), mestiços (2%), europeus (1%) e outros (22%).

Religiões: crenças locais (47%), católicos (38%), protestantes (15%). (est. 1998)

Língua: Portuguesa (língua oficial), mas são falados diversos dialetos africanos (umbundo, kimbundu, kikongo, chokwe e kwanyama)

Principais índices: **taxa de natalidade:** 38,78 nasc/1000; **taxa de mortalidade:** 11,49 mort/1000; **taxa de crescimento populacional:** 2,78%; **população com menos de 15 anos:** 42,95%; **população com mais de 65 anos:** 2,96%; **taxa de mortalidade infantil:** 78,26 mortes/1000 nascimentos; **esperança de vida à nascença:** 55,63 anos; **literacia:** 71,1%.

ECONOMIA

Saída, em 2002, de uma guerra civil que assolou o país durante 27 anos, Angola tem-se, naturalmente, assumido como uma potência regional no contexto da África Subsariana, convergindo para uma economia de mercado com um rendimento anual *per capita* próximo dos 6 000 dólares. O país é rico em recursos naturais, com destaque para o petróleo, que tem representado cerca de 50% do Produto Interno Bruto (PIB), mais de 70% das receitas fiscais e mais de 95% das exportações; não obstante, a agricultura de subsistência constitui o principal recurso para a maioria da população, ocupando cerca de 85% da força laboral, embora represente, aproximadamente, apenas 10% do PIB total. Em contrapartida, a indústria e os serviços, que têm um peso no PIB de, respetivamente, 61,4% e 28,4%, empregam apenas 15% do total da força laboral.

Impulsionada pelo aumento da produção petrolífera, entre 2003 e 2008 a taxa média de crescimento económico fixou-se em mais de 15% ao ano, posicionando Angola no topo dos países com maior crescimento a nível mundial. O impacto da crise financeira global e uma quebra na produção petrolífera provocaram um abrandamento significativo do crescimento económico angolano e, entre 2009 e 2013, a taxa média anual baixou para 4%. Problemas técnicos que provocaram uma diminuição da produção petrolífera e a queda significativa dos preços do petróleo durante parte de 2014 conduziram a uma descida do crescimento, que registou 3,5%.

O Executivo apresentou um orçamento de austeridade para 2015 que apontava para um crescimento do PIB de 9,7% o que, a concretizar-se, representa o maior índice desde 2007. Posteriormente, foi aprovado um orçamento retificativo que reduz a taxa de crescimento do PIB de 9,7% para 6,6%. Com a cotação do petróleo em baixa (deverá cair mais de 40% em 2015), o *Economist Intelligence Unit* (EIU) projeta um crescimento do PIB de 3,4%, refletindo um fraco consumo público e um aumento da exploração petrolífera inferior ao previsto (cerca de 1,85 milhões de barris/dia, contrariando o objetivo estabelecido pela Sonangol de 2 milhões b/d). Para 2016, um aumento da produção e uma

recuperação da cotação do petróleo deverão conduzir a um crescimento do PIB de 5,7%. Impulsionado pela subida do consumo, público e privado, o Produto deverá registar um crescimento médio anual de 6,3% entre 2017 e 2019.

Principais Indicadores Macroeconómicos

| | Unidade | 2012 ^a | 2013 ^a | 2014 ^b | 2015 ^c | 2016 ^c | 2017 ^c |
|---|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| População | Milhões | 20,8 | 21,5 | 22,1 | 22,8 | 23,5 | 24,2 |
| PIB a preços de mercado ¹ | 10 ⁶ USD | 115 342 | 124 252 | 130 097 | 121 388 | 134 926 | 154 652 |
| PIB <i>per capita</i> | USD | 5 540 | 5 790 | 5 880 | 5 320 | 5 740 | 6 380 |
| Crescimento real do PIB | % | 5,2 | 6,8 | 3,5 | 3,4 | 5,8 | 6,2 |
| Consumo privado ² | Var. % | 8,3 | 11,2 | 9,0 | 5,2 | 7,1 | 6,6 |
| Consumo público ² | Var. % | 8,6 | 10,1 | 8,3 | 3,8 | 4,5 | 7,3 |
| Formação bruta de capital fixo ² | Var. % | 6,5 | 13,3 | 8,0 | 3,9 | 6,0 | 5,5 |
| Taxa de inflação | % | 10,3 | 8,8 | 7,3 | 8,1 | 7,8 | 7,7 |
| Saldo do setor público | % do PIB | 6,1 | -1,6 | -7,0 | -9,2 | -6,6 | -4,7 |
| Dívida externa | 10 ⁶ USD | 20 107 | 24 004 | 28 601 | 33 718 | 39 567 | 45 307 |
| Dívida externa | % do PIB | 17,4 | 19,3 | 22,0 | 27,8 | 29,3 | 29,3 |
| Dívida pública | % do PIB | 30,2 | 31,8 | 34,8 | 42,5 | 43,6 | 43,5 |
| Saldo da balança corrente | 10 ⁶ USD | 13 853 | 8 348 | 660 | -2 987 | -2 716 | -1 518 |
| Saldo da balança corrente | % do PIB | 12,0 | 6,7 | 0,5 | -2,5 | -2,0 | -1,0 |
| Taxa de câmbio (média) | 1USD=xAOA | 95,47 | 96,52 | 98,17 | 112,52 | 117,89 | 119,53 |
| Taxa de câmbio (média) | 1EUR=xAOA | 122,73 | 128,19 | 130,45 | 117,44 | 117,01 | 127,60 |

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: (a) Valores atuais; (b) Estimativas; (c) Previsões; (1) Preços correntes (2) Preços constantes

AOA – Kuanza de Angola

Apesar do abaixamento do preço do petróleo, a atividade no sector continuará razoavelmente robusta, pese embora os débitos da balança de rendimentos que irão cair substancialmente, em linha com os lucros do sector. Segundo o EIU, no período 2015-2019 a média anual do défice da balança de serviços deverá fixar-se em 12,5% do PIB, enquanto o défice da balança de rendimentos deverá atingir 7,6%. A balança corrente deverá entrar em défice já em 2015, a primeira vez que tal acontece desde a recessão global de 2009. Uma melhoria do desempenho do sector petrolífero em 2016-2018 poderá proporcionar um saldo da balança corrente de 0,4% do PIB em 2018.

A perspetiva macroeconómica do país apresenta sinais encorajadores, impulsionada principalmente pelo expectável aumento da produção das indústrias extrativa e dos hidrocarbonetos. O continuado investimento no sector energético deverá conduzir a produção petrolífera até aos 2,1 milhões de barris/dia em 2018.

A estrutura do crescimento económico angolano continuará a ser intensiva em capital e dependente das importações de bens estratégicos e de consumo, e com poucas ligações a outras áreas da economia, exceto os setores controlados pelo Estado (construção e finanças). O setor não-petrolífero, em especial os transportes, a indústria ligeira, o comércio e os serviços, terá uma rápida expansão sendo, contudo, condicionado pela falta de reformas e baixos níveis de investimento, tanto público como privado. Apesar dos esforços do Governo em promover o emprego, incentivando a criação de PME e o desenvolvimento dos serviços, sobretudo do turismo, a expansão de um setor privado dinâmico terá de enfrentar a falta de qualificações dos recursos humanos, uma deficiente regulamentação, falhas no fornecimento de energia e um investimento privado ainda débil.

Até 2012, Angola vinha registando aumentos consideráveis do valor das suas transações comerciais mas, nos dois últimos anos, assistiu-se a um decréscimo destes valores; ainda assim, e para o período 2010-2014, as vendas angolanas ao exterior evoluíram de forma positiva, a uma taxa média anual de 7,3%; do lado das importações, e no mesmo período, verificou-se uma subida constante, traduzida numa taxa média anual de 11,5%. Em termos de *ranking*, o país registou em 2013 a sua melhor posição em ambos os fluxos – 49º lugar entre os exportadores a 71ª posição enquanto importador.

Evolução da Balança Comercial

| (10 ⁶ USD) | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|-------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|--------|
| Exportação fob | 50 595 | 67 310 | 71 093 | 68 800 | 64 393 |
| Importação fob | 16 667 | 20 228 | 23 717 | 24 500 | 25 542 |
| Saldo | 33 928 | 47 082 | 47 376 | 44 300 | 38 851 |
| Coefficiente de cobertura (%) | 303,6 | 332,8 | 299,8 | 280,8 | 252,1 |
| Como exportador | 53 ^a | 52 ^a | 50 ^a | 49 ^a | n.d. |
| Como importador | 77 ^a | 75 ^a | 71 ^a | 71 ^a | n.d. |

Fontes: WTO – World Trade Organization; ITC – International Trade Centre

Nota: n.d. – não disponível

Impulsionadas pelo aumento do preço do petróleo a nível internacional, entre 2010 e 2012 as exportações angolanas registaram aumentos, totalizando mais de 73 mil milhões de USD em 2012. Em 2013, as vendas angolanas ao exterior contabilizaram uma quebra de 3,2%, continuada em 2014 com uma descida de 6,4%.

No que diz respeito às importações, sempre em ciclo ascendente, nos dois últimos anos verificaram-se acréscimos de 3,2% e 4,1%, respetivamente.

De acordo com os dados do *International Trade Centre* (ITC), constata-se que em 2008, a China ultrapassou os Estados Unidos da América (EUA) enquanto principal destino das exportações angolanas, distanciando-se cada vez mais na liderança (48,3% do total em 2014) em consequência do aumento das aquisições de petróleo. De salientar que estes dois países assumem, tradicionalmente, uma grande importância enquanto clientes de Angola, tendo representado 57,4% das suas exportações totais em 2014 (57,6% em 2013).

Angola é o segundo maior fornecedor de petróleo da China, a seguir à Arábia Saudita, e o seu principal parceiro no continente africano. Mais de 49% das exportações atuais de petróleo angolano destinam-se à China.

A informação mais recente, avançada pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE) refere que, no 1º trimestre de 2015, a China se mantém como o principal cliente das exportações angolanas, com uma quota de 43,9%, mas com uma quebra homóloga de 49,7%. Portugal posiciona-se no 6º lugar, com uma quota de 3,8%.

Principais Clientes

| Mercado | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|---------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| | Quota % | Posição | Quota % | Posição | Quota % | Posição |
| China | 45,0 | 1ª | 44,5 | 1ª | 48,3 | 1ª |
| Estados Unidos da América | 13,4 | 2ª | 12,5 | 2ª | 9,1 | 2ª |
| Índia | 10,7 | 3ª | 9,5 | 3ª | 8,8 | 3ª |
| Espanha | 1,9 | 9ª | 4,0 | 6ª | 5,6 | 4ª |
| Taiwan | 6,7 | 4ª | 5,4 | 4ª | 4,6 | 5ª |
| Portugal | 3,1 | 6ª | 4,9 | 5ª | 3,3 | 6ª |

Fonte: ITC – International Trade Centre

Nota: Os valores têm por base os dados reportados pelos parceiros comerciais (mirror data)

Principais Fornecedores

| Mercado | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|---------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| | Quota % | Posição | Quota % | Posição | Quota % | Posição |
| China | 19,4 | 2ª | 17,9 | 2ª | 23,4 | 1ª |
| Portugal | 18,5 | 1ª | 18,7 | 1ª | 16,5 | 2ª |
| Estados Unidos da América | 7,2 | 3ª | 6,6 | 3ª | 8,0 | 3ª |
| Brasil | 5,5 | 5ª | 5,8 | 4ª | 7,0 | 4ª |
| Coreia do Sul | 2,0 | 13ª | 5,6 | 5ª | 4,9 | 5ª |

Fonte: ITC – International Trade Centre

Nota: Os valores têm por base os dados reportados pelos parceiros comerciais (mirror data)

Os dados mais recentes, divulgados pelo INE angolano, e relativos ao 1º trimestre de 2015, indicam que a Coreia do Sul foi o primeiro fornecedor de Angola, com uma quota de 21,5%. Seguiu-se a China, com uma quota de 16,8%, a que corresponde uma subida homóloga de mais de 134%. Portugal desceu para a terceira posição, com uma quota de 10,9% e uma quebra homóloga de 2,1%.

No que diz respeito aos principais produtos exportados por Angola, a informação disponibilizada pelo ITC relativa a 2014 permite relevar a importância fulcral dos produtos energéticos para a economia angolana (98,4% do total das exportações), o que deixa a balança comercial do país muito vulnerável à flutuação do preço do petróleo nos mercados internacionais.

Investimento Direto

| (10 ⁶ USD) | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 ^a |
|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| Investimento estrangeiro em Angola | 2 205 | -3 227 | -3 024 | -6 898 | -4 285 |
| Investimento de Angola no estrangeiro | 7 | 1 340 | 2 093 | 2 741 | 2 087 |
| Como recetor | 65 ^a | 198 ^a | 199 ^a | 199 ^a | 208 ^a |
| Como emissor | 114 ^a | 47 ^a | 45 ^a | 38 ^a | 44 ^a |

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU) e UNCTAD - World Investment Report 2014

O investimento direto estrangeiro (IDE) tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais relevante na atividade económica sendo Angola, no contexto do Continente Africano, o segundo país (a seguir à África do Sul) que acolheu mais projetos de investimento em 2011-2012.

De acordo com o *World Investment Report* publicado pela UNCTAD, e apesar do elevado investimento líquido negativo ocorrido nos últimos anos, Angola tem sido mais importante a nível mundial enquanto recetor de IDE, do que enquanto emissor.

A atração dos investidores estrangeiros por Angola deve-se, sobretudo, às riquezas existentes em petróleo e outros recursos naturais, estando os investimentos externos envolvidos em diversos setores, particularmente os relacionados com o petróleo. Nas atividades não-petrolíferas, o principal interesse recai sobre a indústria transformadora, sobre a reabilitação das infraestruturas e a agricultura.

Um estudo da *Ernst Young* revela que, entre 2003 e 2011, cerca de 80% dos fluxos de IDE se destinou ao setor petrolífero que, a par da indústria extrativa em geral, deverá continuar a ser a maior fonte de atração de capital estrangeiro. Embora os setores do petróleo, gás e carvão sejam os que atraíram mais capital, foi nos serviços financeiros que se verificou o maior número de projetos (42,5% do total).

Segundo o mesmo documento, Portugal foi o país que, no período referido, mais projetos desenvolveu em Angola, seguido dos Estados Unidos da América, Reino Unido, Espanha e África do Sul.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E REGIONAIS

Banco Africano de Desenvolvimento; União Africana (UA); Angola é membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), desde 2007; Organização das Nações Unidas e grande parte das agências especializadas – BIRD, UNCTAD, FMI, OMS OMC; Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA).

Angola é membro fundador da **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)** e, em julho de 2010, assumiu a presidência rotativa da Organização, por um período de dois anos, que terminou em julho de 2012, passando, nessa data, para Moçambique a presidência da Organização.

A Assembleia Nacional integra, como já referido, a **Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP)**.

Em agosto de 2011, Angola recebeu a 31^a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da **Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)**, assumindo a presidência rotativa da Organização, por um ano.

Em 4 de novembro de 2011, Angola foi o país eleito para o Conselho Executivo da **UNESCO**.

RELAÇÕES COM PORTUGAL

Angola é um importante parceiro comercial de Portugal, designadamente enquanto destino das exportações portuguesas. No período 2010-2014, os valores das exportações de bens e serviços de Portugal para Angola registaram um crescimento médio anual de 15%; do lado das importações, verificou-se igualmente uma subida, neste caso bem mais significativa, com a taxa de variação média anual ao longo do período em análise a atingir 36,1%.

Evolução da Balança Comercial de Bens e Serviços Bilateral

| (10 ⁶ EUR) | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Var. ^b 14/10 | 2014 Jan/Mar | 2015 Jan/Mar | Var. ^c 15/14 |
|-----------------------|---------|---------|---------|---------|---------|----------------------------|-----------------|-----------------|----------------------------|
| Exportações | 2 755,7 | 3 782,6 | 4 377,9 | 4 700,8 | 4 682,8 | 15,0 | 1 038 | 878 | -15,4 |
| Importações | 691,6 | 1 301,3 | 1 925,3 | 2 750,2 | 1 798,6 | 36,1 | 555 | 242 | -56,4 |
| Saldo | 2 064,1 | 2 481,3 | 2 452,6 | 1 950,6 | 2 884,2 | -- | 482,7 | 636,3 | -- |
| Coef. cobertura | 398,5 | 290,7 | 227,4 | 170,9 | 260,4 | -- | 186,9 | 362,9 | -- |

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Devido a diferenças metodológicas de apuramento, o valor referente a "Bens e Serviços" não corresponde à soma "Bens" (INE) + "Serviços" (Banco de Portugal)]. Componente de Bens com base em dados INE, ajustados para valores f.o.b.
(b) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014
(c) Taxa de variação homóloga

O saldo da balança comercial de bens e serviços é amplamente favorável a Portugal, superando 2 884 milhões de euros em 2014. O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações diminuiu sempre de 2009 a 2013, voltando a subir em 2014, situando-se acima de 260%.

No primeiro trimestre de 2015, os valores das exportações e das importações de bens e serviços tiveram um comportamento negativo. Assim, as exportações diminuíram 15,4% face ao período homólogo do ano anterior e as importações regrediram 56,4%. O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações foi de cerca de 363%.

Angola posicionou-se em quarto lugar no *ranking* de clientes em 2014 (6,6% das nossas exportações), mantendo a primazia entre os "países terceiros", ou seja, fora do espaço da União Europeia. Na qualidade de fornecedor, as quotas de Angola são mais modestas, ultrapassando, em 2013, pela primeira vez a barreira dos 4%, ocupando a 7ª posição do *ranking* em 2014, descendo um lugar em relação aos dois últimos anos. No contexto dos países africanos de língua oficial portuguesa, Angola ocupa, destacada, a primeira posição quer como cliente quer enquanto fornecedor de Portugal.

Importância de Angola nos Fluxos Comerciais com Portugal

| | | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|------------------------------------|------------|------|------|------|------|------|
| Angola como cliente de Portugal | Posição | 5ª | 4ª | 4ª | 4ª | 4ª |
| | % Saídas | 5,1 | 5,4 | 6,6 | 6,6 | 6,6 |
| Angola como fornecedor de Portugal | Posição | 15ª | 11ª | 6ª | 6ª | 7ª |
| | % Entradas | 1,0 | 2,0 | 3,2 | 4,6 | 2,7 |

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Ao contrário do que acontece nos saldos globais das relações comerciais entre Angola e o exterior, que apresentam excedentes assinaláveis, a balança comercial luso-angolana é tradicionalmente muito desequilibrada e favorável a Portugal, tendo registado em 2014 um saldo de 1 569 milhões de euros, o valor mais elevado dos últimos 5 anos.

As exportações portuguesas para Angola aumentaram consideravelmente até 2008, quando atingiram perto de 2,3 milhões de euros, tendo ocorrido em 2009 uma ligeira redução face ao ano anterior, situação que se acentuou em 2010 (-16,6%), verificando-se uma recuperação nos anos seguintes, com destaque para 2014, com as exportações a atingir cerca de 3 175 milhões de euros. No período compreendido entre 2010 e 2014, as exportações portuguesas aumentaram a uma taxa média anual de

Evolução da Balança Comercial Bilateral

| (10 ⁶ EUR) | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Var. ^a 14/10 | 2014 Jan/Abr | 2015 Jan/Abr | Var. ^b 15/14 |
|-----------------------|---------|---------|---------|---------|---------|----------------------------|-----------------|-----------------|----------------------------|
| Expedições | 1 905,7 | 2 330,1 | 2 988,5 | 3 112,7 | 3 174,8 | 14,2 | 958,5 | 724,9 | -24,4 |
| Chegadas | 563,5 | 1 177,5 | 1 780,9 | 2 631,7 | 1 605,7 | 42,3 | 602,5 | 293,5 | -51,3 |
| Saldo | 1 342,2 | 1 152,6 | 1 207,7 | 481,0 | 1 569,0 | -- | 356,0 | 431,4 | -- |
| Coef. cobertura | 338,2 | 197,9 | 167,8 | 118,3 | 197,7 | -- | 159,1 | 247,0 | -- |

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014

(b) Taxa de variação homóloga

2010 a 2013: resultados definitivos; 2014 e 2015: resultados preliminares

14,2%.

Em termos de importações provenientes de Angola, determinadas pelas aquisições de petróleo, a sua evolução revelou-se positiva ao longo dos últimos anos, tendo-se verificado um crescimento médio anual de 42,3% no período compreendido entre 2010 e 2014. Neste último ano, as importações alcançaram mais de 1,6 mil milhões de euros (quase triplicando o montante registado em 2010), mas com o valor mais baixo dos últimos três anos.

Em termos homólogos, nos primeiros 4 meses de 2015 verificou-se uma contração dos fluxos comerciais com Angola, com as exportações a caírem 24,4% e as importações a registarem uma quebra de 51,3%.

No âmbito dos serviços, e segundo dados do Banco de Portugal, constata-se que Angola é mais importante como cliente do que como fornecedor de Portugal; a sua quota nas exportações portuguesas de serviços aumentou de 4,3% em 2010 para 6,6% em 2014. Enquanto fornecedor, o comportamento de Angola tem sido mais irregular, registando uma quota de 2,7% em 2014.

Importância de Angola nos Fluxos de Serviços com Portugal

| | | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Jan/Mar 2015 |
|------------------------------------|------------------------|------|------|------|------|------|-----------------|
| Angola como cliente de Portugal | % Export. ^b | 4,3 | 6,7 | 6,4 | 6,5 | 6,6 | 6,7 |
| Angola como fornecedor de Portugal | % Import. ^b | 1,6 | 2,0 | 2,8 | 3,3 | 2,7 | 2,1 |

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Posição num conjunto de 56 mercados

(b) Quota do mercado nas exportações e importações totais de Portugal

À semelhança do que acontece no comércio de mercadorias, também na área dos serviços a balança bilateral é tradicionalmente favorável a Portugal, com o saldo a aproximar-se de 1,2 mil milhões de euros em 2014 (em 2007 tinha sido de, aproximadamente, 365 milhões de euros). Para este resultado contribuiu o crescimento assinalável e quase contínuo das exportações portuguesas, que registaram um aumento médio anual de 22,5% entre 2010 e 2014.

As importações portuguesas de serviços provenientes de Angola também têm registado uma evolução positiva, mas com um crescimento médio anual inferior ao das exportações (19,3 % entre 2010 e 2014).

O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações, que regredira em 2012 e 2013, voltou a crescer, fixando-se em 461,3%.

A repartição sectorial do lado das exportações tem incidido, de forma constante, nas viagens e turismo (41,1% do total em 2014), nos outros serviços fornecidos pelas empresas (25,9%) e nos transportes, com 17,3%. Nas importações, tem-se assistido a uma preponderância dos transportes, com 54,3% do total de 2014, seguidos das viagens e turismo (23%) e dos outros serviços fornecidos pelas empresas (11,2%).

No primeiro trimestre de 2015, as exportações de serviços portugueses para Angola cresceram 3,3%, registando as importações uma variação percentual negativa de 18,2%, face ao período homólogo do ano anterior. O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações foi de 534,7%.

Balança de Serviços Bilateral

| (10 ⁶ EUR) | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Var. ^a 14/10 | 2014 Jan/Mar | 2015 Jan/Mar | Var. ^b 15/14 |
|-----------------------|-------|---------|---------|---------|---------|----------------------------|-----------------|-----------------|----------------------------|
| Exportações | 742,6 | 1 296,3 | 1 264,9 | 1 430,3 | 1 497,5 | 22,5 | 314 | 324 | 3,3 |
| Importações | 168,2 | 231,1 | 293,3 | 359,3 | 324,6 | 19,3 | 74 | 61 | -18,2 |
| Saldo | 574,3 | 1 065,2 | 971,6 | 1 071,0 | 1 172,9 | -- | 239,8 | 263,5 | -- |
| Coef. Cobertura | 441,4 | 560,9 | 431,2 | 398,1 | 461,3 | -- | 423,7 | 534,7 | -- |

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014

(b) Taxa de variação homóloga

RELAÇÕES PARLAMENTARES BILATERAIS

A cooperação parlamentar entre Portugal e Angola teve início em 1987 e, desde então, têm sido executadas diversas ações (entre Deputados homólogos e entre Funcionários) nos domínios da formação profissional, da assistência técnica, da troca de informação e de documentação, do reforço de equipamentos e tecnologias de informação e dos diferentes subsistemas da atividade parlamentar no âmbito de:

- **Acordo de Cooperação e Programa Anual de Cooperação 1998/1999**, assinados em 8 de julho de 1998.
- **Programa de Cooperação 2000/2001**, assinado em 14 de janeiro de 2000.
- **Programa de Cooperação 2001/2002**, assinado em 17 de maio de 2001.
- **Protocolo de Cooperação** assinado em 14 de março de 2003.
- **Programa de Cooperação 2003/2004**, assinado em 24 de janeiro de 2003.

Em 27 de maio de 2011, por ocasião da visita de estudo do Secretário-Geral da Assembleia Nacional de Angola à Assembleia da República de Portugal foi assinada pelos Secretários-Gerais dos Parlamentos português e angolano uma **Carta de Intenções** como contributo para a preparação de um novo Programa de Cooperação Parlamentar, de acordo com as seguintes prioridades:

- Promover, no âmbito da atividade dos Serviços parlamentares, a cooperação técnico-científica e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando a especialização dos respetivos recursos humanos;
- Privilegiar a recíproca disponibilidade das respetivas bases de dados e centros de documentação, bem como a troca de experiências na modernização dos meios tecnológicos e informáticos;
- Definir como urgentes as áreas de intervenção relativas: ao Canal Parlamento, à Biblioteca e Arquivo, à Gestão Financeira e Patrimonial, Informática, Redação e Audiovisual;
- Fomentar a troca de delegações, a realização de missões técnicas e de estágios *on the job* como instrumentos privilegiados da cooperação parlamentar;

Cooperação Interparlamentar:

No âmbito da cooperação política interparlamentar, em 21 de março de 1998, os Presidentes dos Parlamentos de Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe, decidiram constituir o **Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa (FPLP)**, organização de concertação e de cooperação interparlamentar entre os parlamentos nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nos termos do respetivo Estatuto, Angola ocupou a Presidência em 2005.

Em abril de 2009 foi extinto o FPLP e constituída a **Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP)**, da qual faz parte a Assembleia Nacional de Angola. Neste contexto, preside à Delegação da Assembleia da República à AP-CPLP, o Deputado Marco António Costa (PSD), sendo a presidência da Delegação da AP-CPLP angolana ocupada pela Deputada Joana Lina (MPLA), Segunda Vice-Presidente da Assembleia Nacional. Angola assumiu a presidência da AP-CPLP, em 2013, em Luanda, durante a realização da sua V reunião.

No quadro da cooperação técnica interparlamentar, de 2004 a 2007, a Assembleia Nacional de Angola enviou funcionários parlamentares para participarem nas edições do **Curso de Formação Interparlamentar** que, entretanto tiveram lugar, na Assembleia da República, bem como nos sucessivos **Encontros Interparlamentares de Quadros** (2008-2011).

Visitas de personalidades angolanas à Assembleia da República

2016

- Visita da delegação da AP-CPLP ao Parlamento, pela ocasião da Cerimónia de Abertura do Ano Internacional da CPLP Contra o Trabalho Infantil – **17 de fevereiro**

2013

- O 1.º Vice-Presidente da Assembleia Nacional de Angola, José Manuel Gonçalves Lourenço,

participou na Reunião Informal dos Presidentes dos Paramentos da CPLP, a convite da Presidente da Assembleia da República de Portugal, Maria da Assunção Esteves, que se realizou em Lisboa, na Assembleia da República. - **18 de junho**

2011

- Visita de trabalho Secretário-Geral da Assembleia Nacional de Angola, Eduardo de Jesus Beny, à Assembleia da República a convite da Secretária-Geral, Conselheira Adelina Sá Carvalho. - **25 a 27 de maio**

2009

- Visita Oficial do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos. - **10 de março**

2008

- Visita de estudo de uma Delegação de Deputados da Comissão dos Direitos Humanos, Petições, Reclamações e Sugestões dos Cidadãos da Assembleia Nacional de Angola à Assembleia da República. - **15 a 17 de julho**
- Visita de estudo de uma Delegação de Deputados da Comissão de Ciência e Tecnologia, Cultura, Desporto, Assuntos Religiosos e Comunicação Social da Assembleia Nacional de Angola à Assembleia da República. - **8 a 10 de julho**
- Visita de estudo de uma Delegação de Deputados da Comissão de Saúde, Ambiente, Acção Social, Emprego, Antigos Combatentes, Família, Infância e Promoção da Mulher da Assembleia Nacional de Angola. - **25 a 28 de março**

2007

- Visita de Delegação da Comissão Parlamentar de Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas no Estrangeiro da Assembleia Nacional de Angola. - **2 a 9 de maio**

2006

- Visita de Delegação da Comissão Parlamentar de Defesa, Segurança Nacional e Ordem Interna da Assembleia Nacional de Angola. - **setembro**

2004

- Visita do Vice-Presidente do Parlamento de Angola. - **24 a 26 de abril**

2003

- Seminário *Angola no séc. XXI: Estabilidade e Desenvolvimento*. - **4,5 e 6 de novembro**

2002

- Audição Pública promovida pela Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus e Política Externa sobre a Ajuda Humanitária a Angola. - **28 de novembro**

2001

- Visita do Secretário-Geral da Assembleia Nacional de Angola. - **16 a 20 de setembro**

2000

- Avaliação Final do Programa de Cooperação Parlamentar Luso – Angolano. - **10 a 14 de janeiro**

1998

- Visita do Presidente da Assembleia Nacional de Angola. - **15 de setembro**

1996

- Sessão de Boas Vindas ao Primeiro-Ministro da República de Angola. - **6 de maio**

1995

- Reunião de Deputados de Angola da Comissão de Economia com a Comissão de Economia, Finanças e Plano da Assembleia da República. - **16 de maio**

1993

- Visita do Vice-Ministro da Juventude da República de Angola - **26 de outubro**

1987

- Visita do Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos - **28 de setembro**

Visitas de personalidades da Assembleia da República à Assembleia Nacional de Angola

2015

- Visita da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da CPLP, à Assembleia Nacional de Angola, tendo em vista a preparação do VI Plenário da Assembleia Parlamentar da CPLP, a realizar em Brasília, Brasil, em 2016.

2014

- Visita de uma Delegação Eventual composta pelo deputado Hélder Amaral, no âmbito de Encontros de ordem institucional a convite da Embaixada de Angola em Portugal. **13 a 19 de maio**
- Visita de uma Delegação Permanente composta pelo deputado Adriano Moreira, no âmbito de reuniões de trabalho para a preparação da V Assembleia Parlamentar da CPLP. **26 a 30 de janeiro**

2013

- Visita oficial Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves, por ocasião da AP-CPLP, em que integraram, também os deputados Sérgio Sousa Pinto (PS), Presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, José Lino Ramos (CDS/PP), Vice-presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Pedro Pinto (PSD), Presidente da Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas, Abel Batista (CDS/PP), Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, Maria Antónia Almeida Santos (PS), Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde, Jorge Machado do Grupo Parlamentar do PCP, José Luís Ferreira do Grupo Parlamentar do PEV e Virgílio Macedo, Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Angola, bem como pela Delegação permanente da AR à AP-CPLP, os deputados: Adriano Rafael Moreira (PSD) – Presidente da Delegação, Miguel Coelho (PS), Arménio Santos (PSD), Elza Pais (PS), Carlos Páscoa (PSD), Ângela Guerra (PSD). **4 a 7 novembro**

2010

- Visita de uma Delegação da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, à Assembleia Nacional de Angola: Deputados Ribeiro e Castro (CDS-PP) - Presidente, Paulo Pisco (PS), Carlos Gonçalves (PSD) e Paula Santos (PCP). - **7 a 14 de novembro**

2007

- Visita oficial de uma Delegação chefiada pelo Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, à Assembleia Nacional de Angola que integrou também os Deputados que compunham a Mesa do Grupo Parlamentar de Amizade (GPA) Portugal-Angola: Vítor Ramalho (PS) - Presidente; Fernando Negrão (PSD) - Vice-Presidente e Hélder Amaral (CDS-PP) - Secretário. - **15 a 19 de dezembro**

2006

- Deslocação a Angola de uma Delegação da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas integrada pelos Deputados: José Luís Arnaut (PSD) - Presidente; Vítor Ramalho (PS); Leonor Coutinho (PS); José Cesário (PSD); Luísa Mesquita (PCP); Hélder Amaral (CDS-PP). - **12 a 17 de fevereiro**

2003

- Visita Oficial a Angola do Presidente da Assembleia da República, Mota Amaral. - **11 a 15 de março**

GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE

Grupo Parlamentar de Amizade (GPA) Portugal – Angola

Foi formado nas X, XI e XII Legislaturas, respetivamente, em março de 2007, maio de 2010 e janeiro de 2012 por Despachos de SEXA os Presidentes da Assembleia da República.

Composição XII legislatura:

A Mesa do último Grupo Parlamentar de Amizade foi constituída pelos Deputados Virgílio Macedo (PSD) - **Presidente**, Fernando Jesus (PS), **1º Vice-Presidente** e Hélder Amaral (CDS-PP), **2º Vice-Presidente**.

Membros: Fernando Negrão (PSD), Miguel Santos (PSD), Pedro do Ó Ramos (PSD), Pedro Pinto (PSD), Eurídice Pereira (PS), Miguel Freitas (PS), Heloísa Apolónia (PEV).

Atividade do Grupo 2013

Encontro de trabalho realizada na Embaixada de Angola, a 2013-04-23, com o Embaixador de Angola, João Marcos Barrica. **23 de abril**

2012

- Reunião conjunta do GPA e do Grupo Nacional da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da CPLP, com o Embaixador indigitado de Portugal em Angola, João da Câmara, realizada na Sala Sophia. **Membros:** Fernando Virgílio Macedo (PSD) - Presidente, Miguel Freitas (PS) - Membro, Pedro do Ó Ramos (PSD) - Membro, Adriano Rafael Moreira (PSD), Carlos Páscoa Gonçalves (PSD), Miguel Coelho (PS). **18 de abril**
- Encontro de trabalho com o Embaixador de Angola em Lisboa, José Marcos Barrica, realizada na Assembleia da República. Individualidades: Adido da Imprensa e Cultura, Dr. Estêvão Alberto (Angola), Embaixador de Angola em Lisboa, José Marcos Barrica (Angola), Ministra Conselheira, Dra. Isabel Godinho (Angola), 3.º Secretário de Embaixada, Dr. Felício Teles

(Angola), Secretária do Embaixador, Dra. Dilma Esteves (Angola). **28 de março**

Grupo homólogo

Na Assembleia Nacional de Angola existe o Grupo Parlamentar de Amizade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da Assembleia Nacional de Angola.

Composição do grupo:

Presidente do Grupo de Amizade - Adriano Botelho de Vasconcelos (MPLA)

Membro - Afonso Maria Vaba (MPLA)

Membro - Agostinho Ndjaka (MPLA)

Membro - Ana Maria de Oliveira (MPLA)

Membro - Armando Dala (MPLA)

Membro - Bernarda Gonçalves Martins Henriques da Silva (MPLA)

Membro - Cristóvão Domingos Francisco da Cunha (MPLA)

Membro - Eduarda Maria Nicolau Silvestre Magalhães (MPLA)

Membro - Emília Carlota Sebastião Celestino Dias (MPLA)

Membro - Fabrice Alcibiades Maieco (MPLA)

Membro - Fernando da Costa Andrade (MPLA)

Membro - Gerdina Ulipamue (MPLA)

Membro - Inês Baca Cassule Camela (MPLA)

Membro - João Manuel Gonçalves Lourenço (MPLA)

Membro - João Manuel Pinto (MPLA)

Membro - Josefina Pandeinge Haleinge (MPLA)

Membro - Maria Carolina Manuel Fiel Maria Fortes (MPLA)

Membro - Nuno dos Anjos Caldas Albino (MPLA)

Membro - Roberto António Victor Francisco de Almeida (MPLA)

Membro - Sabonete Muancopotola (MPLA)

Membro - Valeriano Chimo Cassauié (MPLA)

Membro - Quintino António Moreira (ND)

Membro - Tito Tximona (PRS)

Membro - Alda Juliana Paulo Sachiambo (UNITA)

Membro - Carlos Oliveira Fontoura (UNITA)

COMUNIDADE ANGOLANA EM PORTUGAL

De acordo com os Relatórios de Atividades do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) verifica-se a seguinte evolução, relativamente à população angolana residente em Portugal:

2001 – 22 630; **2002** – 24 767; **2003** – 25 681; **2004** – 26 702; **2005** – 27 697; **2006** – 33 215; **2007** – 32 728; **2008** - 27 619; **2009** – 26 557; **2010** - 23 494; **2011** - 21 563; **2012** – 20 366; **2013** – 20 177; **2014** – 19 710.

Representações Diplomáticas

Embaixada de Angola em Portugal

Morada:

Av. da República, 68,
1069 – 213 LISBOA – PORTUGAL

Email: geral@embangolapt.org

Telefones:
(+351) 21 796 70 41
(+351) 21 040 51 70
(+351) 96 590 21 80

Fax:
(+351) 21 795 17 7



Embaixador de Angola em Lisboa: José Marcos Barrica

Embaixada de Portugal em Angola

Morada:
Av. de Portugal, 50
Luanda – Angola
E-mail: embaixada.portugal@netcabo.co.ao

Telefones:
(+244) 222 333 443
(+244) 222 333 027

Fax:
(+244) 222 390 392



Embaixador de Portugal em Angola, João da Câmara

PATRIMÓNIO E CULTURA

A riqueza cultural de Angola manifesta-se em diferentes áreas. No artesanato, destaca-se a variedade de materiais utilizados. Através de estatuetas em madeira, instrumentos musicais, máscaras para danças rituais, objetos de uso comum, ricamente ornamentados, pinturas a óleo e areia, é comprovada a qualidade artística angolana, patente em museus, galerias de arte e feiras. Associado às festas tradicionais promovidas por etnias locais está também um grande valor cultural.

A música anuncia a riqueza artística de Angola, com os ritmos do kizomba, semba, rebita, cabetula e os novos estilos, como o zouk e kuduro, a animar as noites africanas. As danças tradicionais assumem, paralelamente, particular relevância, a par da gastronomia rica e variada. A literatura angolana tem origem no século XIX, com uma função marcadamente “intervencionista e panfletária de uma imprensa feita pelos nativos da terra” (Angola Digital). A literatura reflete a riqueza cultural do país.

Em 1935, o romance “O segredo da morta”, de António Assis Júnior, atinge uma notoriedade significativa, assinalando um ano de viragem. No decorrer das décadas seguintes outras obras e autores se afirmam, contribuindo para a diversidade temática. Em Portugal, escritores como José Eduardo Agualusa fazem parte da moderna literatura de origem angolana. Outros nomes, como Ondjaki, integram a nova geração de escritores do país.

COMPOSIÇÃO DA DELEGAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR DA UNITA

Raul Manuel Danda – Deputado – Presidente do Grupo Parlamentar da UNITA

Alcides Sakala Simões – Deputado – Porta-voz da UNITA, Secretário das Relações Externas da UNITA

Clarice Matilde Munga Kaputu – Deputada – Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Nacional de Angola

Rafael Massanga Takaita Savimbi – Secretário da Mobilização da UNITA

Hermenegildo Soares – Delegado da UNITA em Portugal

Fontes:

AICEP

OCDE

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Embaixada da República de Angola em Portugal

Ministério da Relações Exteriores da República de Angola

Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola

The World Factbook

UIP

SEF



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

INTRODUÇÃO



Antiga colónia portuguesa, o Brasil tornou-se independente em 1822.

O maior e mais povoado país da América do Sul enfrentou mais de 50 anos de instabilidade política e golpes militares até ter recuperado a legitimidade democrática no início da década de 80 do século XX.

Desde então, o país tem procurado prosseguir uma política de crescimento industrial e agrícola, aproveitando a dimensão do seu território e a riqueza dos seus recursos naturais.

Os Governos dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva encetaram uma série de reformas económicas e sociais, de que se destaca o ciclo de privatizações que abriu a economia brasileira a grandes investimentos estrangeiros.

O Brasil é considerado atualmente a primeira economia da América Latina e ocupa o sétimo lugar no ranking das maiores economias mundiais. É de assinalar que, fruto do progresso alcançado com as reformas económicas, das condições extremamente favoráveis a nível internacional e do desenvolvimento de políticas sociais, a economia brasileira registou elevadas taxas de crescimento nos anos mais recentes, e bastante superiores às verificadas durante as últimas três décadas.

SISTEMA POLÍTICO:

O Brasil é uma República Federativa Presidencialista, formada pela União, estados e municípios, em que o exercício do poder é atribuído a órgãos distintos e independentes, submetidos a um sistema de controlo para garantir o cumprimento das leis e da Constituição.

A União está dividida em três poderes, independentes e harmónicos entre si. São eles o Legislativo, que elabora leis – exercido pelo Congresso Nacional; o Executivo, que atua na execução de programas ou prestação de serviço público – exercido pelo Presidente da República; e o Poder Judiciário, que soluciona conflitos entre cidadãos, entidades e o estado – exercido pelo Supremo Tribunal Federal.

PODER POLÍTICO

Presidente – Dilma Rousseff (foi reeleita para um segundo mandato como Presidente do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores a 26 de Outubro de 2014). O Presidente da República tem mandato de quatro anos, podendo ser imediatamente reeleito por uma única vez.

Vice-Presidente – Michel Temer (PMDB).

Governo – Partido dos Trabalhadores (PT). O Presidente da República é, simultaneamente, Chefe de Estado e do Governo estando-lhe cometido o poder de nomear os Ministros.

Parlamento – O parlamento brasileiro é bicameral e composto por: Câmara dos Deputados e Senado. Qualquer projeto de lei deve primeiramente passar pela Câmara e depois, se aprovado, pelo Senado.

Senado – Foi criado em 1824, com a primeira Constituição do Império. Desde então, tem exercido papel fundamental na consolidação da democracia e na estabilidade das instituições.

Representa a Federação; por isso, há o mesmo número de representantes para cada um dos 26 Estados e o Distrito Federal, totalizando 81 senadores.

Ao todo, são eleitos três senadores por Estado, incluindo o Distrito Federal. Os senadores são eleitos por sufrágio direto e universal, segundo o sistema de voto maioritário, com mandato de oito anos. Assim, cada mandato de senador dura duas legislaturas.

A representação de cada estado e do Distrito Federal é renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. Dessa forma, ora a disputa eleitoral preenche 27 vagas (um novo senador para cada ente da federação), ora envolve 54 vagas (dois novos senadores para cada ente da federação). Além disso, cada senador é eleito com dois suplentes.

Presidente do Senado: José Renan Vasconcelos Calheiros

Câmara dos Deputados: 513 membros eleitos por sufrágio directo e universal param mandatos de 4 anos num sistema eleitoral proporcional

Presidente da Câmara dos Deputados: Eduardo Cosentino da Cunha

De acordo com a Constituição Federal, o presidente da Câmara dos Deputados é o segundo na linha de sucessão do presidente da República, logo após o vice-presidente, sendo chamado em caso de impedimento ou vacância de ambos os cargos.

O presidente é o representante da Câmara quando esta se pronuncia coletivamente e é o supervisor dos seus trabalhos e da sua ordem. Entre as várias atribuições o presidente da Câmara dos Deputados integra o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional; define oficialmente a agenda do Plenário e preside às sessões. Tornou-se prática do presidente, ouvir o Colégio de Líderes para a definir as matérias que entrarão na agenda do Plenário, com a prerrogativa de estabelecer a dinâmica e o número de reuniões.

Cabe ao presidente designar relatores de medidas provisórias, propostas de emenda à Constituição e comissões especiais; avaliar fatos determinados para criação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) por requerimento; e decidir sobre dúvidas regimentais, questões de ordem e reclamações.

Cabe ao presidente designar relatores de medidas provisórias, propostas de emenda à Constituição e comissões especiais; avaliar fatos determinados para criação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) por requerimento; e decidir sobre dúvidas regimentais, questões de ordem e reclamações.

O mandato do presidente da Câmara, bem como o dos demais membros da Mesa Diretora, é de dois anos.

PRINCIPAIS PARTIDOS POLÍTICOS:

Partido dos Trabalhadores (PT): Criado no início da década de 80, época de greves e movimento sindical, com o propósito de ser uma grande força de oposição, representante dos trabalhadores e das classes populares. De base socialista - defende a reforma agrária e a justiça social. Desde a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2002, seguida pela eleição da Presidente Dilma Rousseff, em 2010 e 2014, que governa o país, e tem como principais objetivos, o crescimento e a estabilidade económica, o controlo da inflação e a criação de emprego.

Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB): Fundado em 1980, foi o vencedor de grande parte

das eleições ocorridas no período pós regime militar.

É o maior partido político brasileiro, apesar de não ter até hoje eleito nenhum Presidente da República através do voto direto. Possui uma orientação política centrista e é sucessor do Movimento Democrático Brasileiro, lenda de oposição ao Regime Militar de 1964.

O PMDB é o partido político brasileiro que possui o maior número de prefeitos e vereadores, além de ter a maior representação no Congresso Nacional.

Partido Social Democrático (PSD): fundado em março de 2011, por políticos dissidentes do Partido Progressista e Democratas, entre outros

O partido estreou-se nas eleições municipais em 2012, após ter garantido pelo STF direito pelo fundo partidário e tempo eleitoral condizentes com o tamanho da bancada na Câmara Federal. O partido foi o quarto a conseguir eleger prefeitos (497 cidades), ficando atrás apenas de PMDB, PSDB e PT.

Partido Social Democrata do Brasil (PSDB): Fundado em 1988 por dissidentes do PMDB. De base social - democrata, defende o desenvolvimento do país com justiça social. O PSDB cresceu muito durante e após os dois mandatos na presidência de Fernando Henrique Cardoso.

O PSDB foi criado originalmente com o objetivo de representar a social-democracia no Brasil. Entre as principais propostas originais do partido encontram-se o “enxugamento da máquina”, a instituição do parlamentarismo no plano político e uma economia de mercado regulada pelo Estado, com participação mais livre das empresas privadas e de investidores internacionais.

Os principais objetivos deste partido são: defesa intransigente da Democracia, descentralização Política e Administrativa, o Estado a serviço do povo e não de grupos privilegiados, crescimento económico sustentável com distribuição de renda e educação de qualidade para todos e reforma política que fortaleça os partidos e aproxime o parlamentar de seus eleitores.

Democratas (DEM): tomou esta designação em março de 2007: Antigo PFL (Partido da Frente Liberal), contou com a filiação de vários políticos dissidentes do PDS e apoiou e deu sustentação política aos governos de José Sarney, Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Os seus apoiantes defendem uma economia livre de barreiras e a redução de taxas e impostos.

Partido Progressista (PP): uma das principais forças políticas de direita no Brasil, estando ainda hoje entre os Partidos de maior expressão nacional - é o terceiro maior partido do país.

Este partido político tem por base o PPB (Partido Progressista Brasileiro) que, busca inspiração nas transformações políticas internacionais, decide, em 2003, alterar sua denominação para Partido Progressista (PP).

Nas eleições de 2010 o PP elegeu 44 deputados federais e 4 senadores.

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): Fundado em 1979, contou com a participação de Ivete Vargas, filha do ex-presidente Getúlio Vargas. No seu início, defendia o regresso dos ideais nacionalistas sustentados por Getúlio Vargas. Actualmente tem pouca força política e defende ideias identificadas com o liberalismo.

Partido Socialista do Brasil (PSB): criado no ano de 1947, defende ideias de socialismo com transformações na sociedade, que representam a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

Segundo o Programa de 1947:

A socialização realizar-se-á gradativamente, até a transferência, ao domínio social, de todos os bens passíveis de criar riquezas, mantida a propriedade privada nos limites da possibilidade de sua utilização pessoal, sem prejuízo do interesse coletivo.

No início de 1985, com a redemocratização, foi fundado um novo Partido Socialista Brasileiro, resgatando o mesmo programa e manifesto apresentado em 1947.

Partido Democrático Trabalhista (PDT): Criado em 1981, é um partido de centro-esquerda e de ideologia trabalhista, fundado por políticos e intelectuais brasileiros, logo após o início do processo de abertura política da ditadura militar. O PDT é o único partido brasileiro a integrar a Internacional Socialista.

É o partido de origem da atual presidente Dilma Rousseff, que o trocou pelo Partido dos Trabalhadores no ano 2000.

Partido Popular Socialista (PPS): Antigo Partido Comunista Brasileiro, abandonou esta designação com o final da Guerra-Fria, passando a aproximar-se mais da social-democracia.

Partido Comunista do Brasil (PCdoB): Fundado em 1962 a partir do antigo PCB, foi ilegalizado durante o regime militar (1964 a 1985), voltando a funcionar na legalidade somente em 1985, durante o governo de José Sarney. O PCdoB defende ideias socialistas, e tem como bandeiras principais a luta pela reforma agrária, distribuição de rendimentos e igualdade social.

Partido da República (PR): Criado em 24 de outubro de 2006 com a fusão do PL (Partido Liberal) e PRONA (Partido da Reedificação da Ordem Nacional). Tem uma proposta de governo que defende o liberalismo económico com pouca intervenção do estado na economia. Outra importante bandeira dos militantes do PR é a diminuição das taxas e impostos cobrados pelo governo.

Partido Verde (PV): fundado em 1986, lutam por uma sociedade capaz de crescer com respeito a natureza e contra as ameaças ao clima e aos ecossistemas. Partido favorável ao respeito dos direitos civis, da paz, da qualidade de vida e de formas alternativas de gestão pública.

Partido Republicano Brasileiro (PRB): fundado em 2005 é considerado por alguns a extensão política da Igreja Universal do Reino de Deus devido ao grande número de dirigentes ligados à instituição.

Em 2010, o PRB manteve seu apoio à coligação de centro-esquerda liderada pelo Partido dos Trabalhadores.

Partido Pátria Livre (PPL): O PPL foi fundado em 2009 por integrantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que se uniram a líderes sindicais (ligados à Central Geral dos Trabalhadores do Brasil) e ativistas dos movimentos estudantil e feminista.

O projeto político do PPL é aprofundar as conquistas dos governos dos Presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff através de investimentos na nação e no povo. Para tal, elenca cinco pontos básicos: o fortalecimento do mercado interno, para incrementação de mais emprego; a redução da taxa básica de juros; o desenvolvimento tecnológico do país; a conquista da economia plena; e a garantia da saúde e da educação de qualidade para todos.

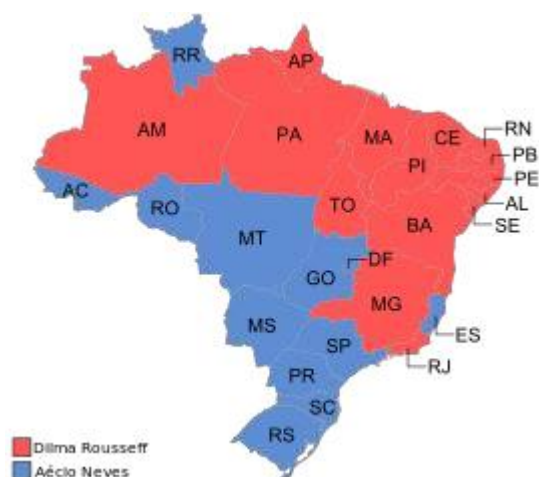
Partido Social Cristão (PSC): foi fundado em 1970, com a criação do PDR (Partido Democrático Republicano). Em 1985, depois da reabertura política, Vítor Nösseis deu continuidade ao trabalho da sigla, com a fundação do PSC. Em 1989, aliou-se ao PST, PTR e PRN, essa coligação denominada "Brasil Novo" levou à vitória Fernando Collor. Só obteve registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 1990. A denominação "Social Cristão" vem da crença dos partidários de que o cristianismo, mais do que uma religião, é um estado de espírito que não segrega e não exclui, além de servir de base para que as pessoas tomem decisões de forma racional.

Partido Socialismo e Liberdade (PSOL): fundado em 2004, constitui-se a partir de dissidências do Partido dos Trabalhadores e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado e acolheu diversas tendências que haviam discordado de políticas do Partido dos Trabalhadores que tinham por conservadoras (muito especialmente a partir da Reforma da Previdência dos servidores públicos realizada no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva). Abriga diversas correntes de esquerda, muitas delas leninistas, trotskistas, marxistas libertários e eurocomunistas.

Partido da Mobilização Nacional (PMN): O PMN foi fundado após a abertura democrática no Brasil. Em 1984, foi lançado o Movimento da Mobilização Nacional, antecessor do partido, que pregava a reforma agrária, a moratória conjunta dos países da América Latina e o rompimento com o FMI.

Partido Republica da Ordem Social (PROS): O PROS foi fundado em 2010, constitui como principal bandeira a reforma tributária, diminuir imposta sem afetar a capacidade de atuação do Estado. Possui uma corrente ideológica de centro-esquerda. Nas eleições presidenciais de 2014, o partido apoiou a coligação de reeleição de Dilma Rousseff.

A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 26 DE OUTUBRO DE 2014



Depois de uma campanha eleitoral que se estendeu à 2ª volta, Dilma Rousseff, membro do Partido dos Trabalhadores (PT), é reeleita, a 26 de outubro de 2014, com 51,64%
Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ficou com 48,36%.

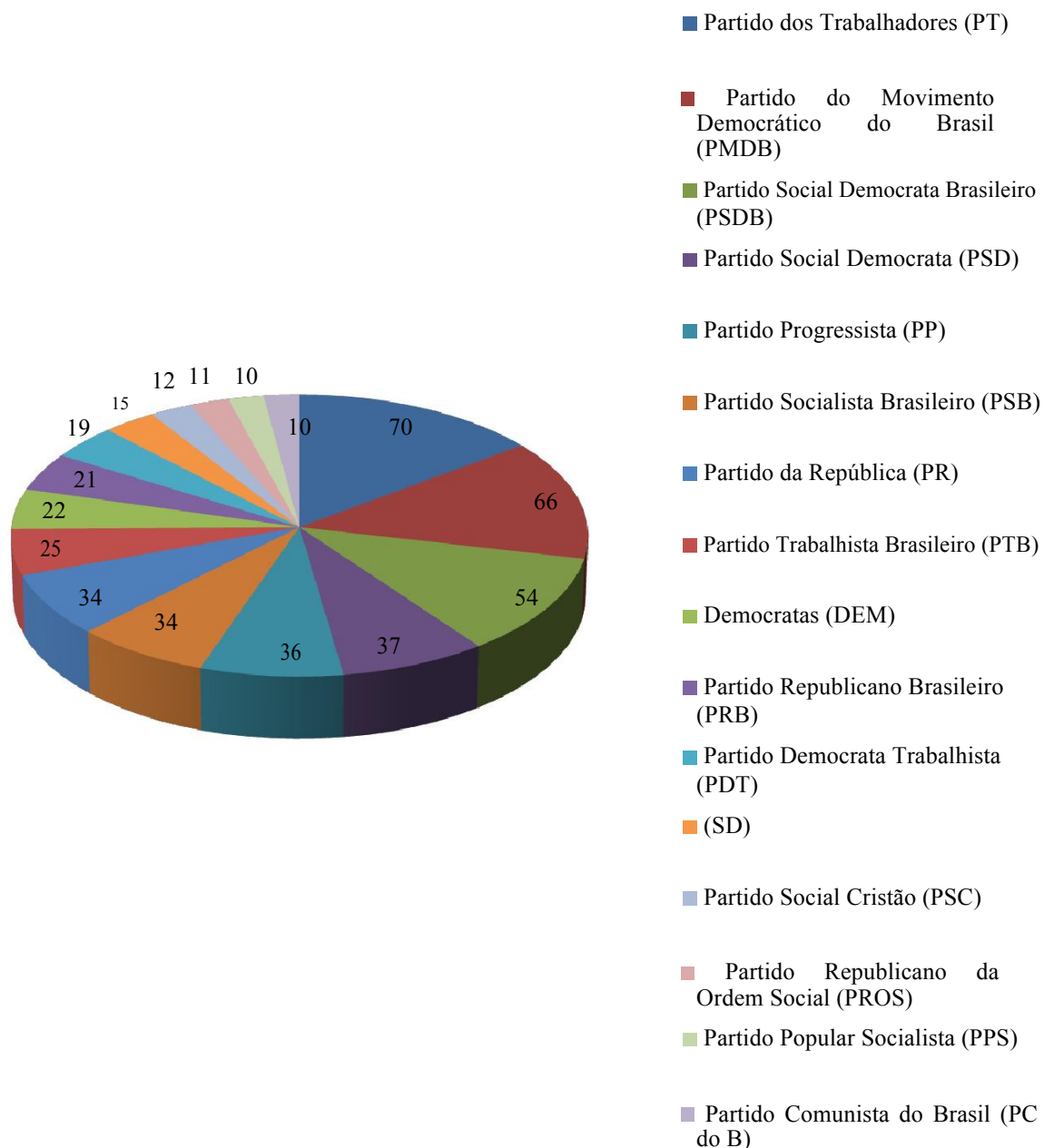
A política económica recente

Com o segundo mandato de Dilma Rouseff antevê-se a continuação da política de crescimento económica iniciada no primeiro mandato, através de ambiciosos programas de investimento público.

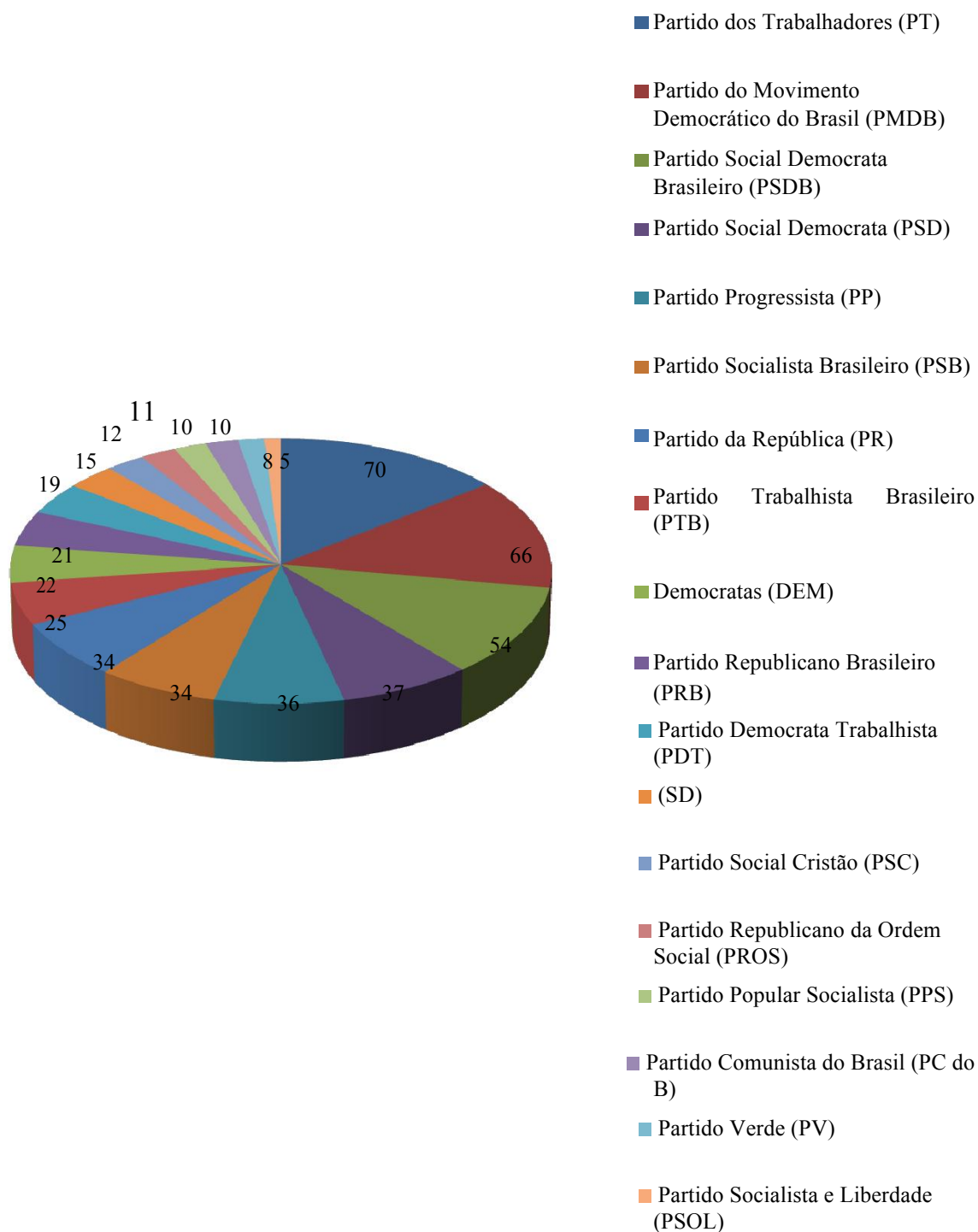
Simultaneamente, o Governo e o Banco Central do Brasil continuam a exercer um controlo apertado sobre as principais variáveis macroeconómicas e financeiras, o que explica que as taxas de juro reais sejam das mais elevadas a nível mundial e que a carga tributária sobre as empresas e o cidadão também se situe entre as mais altas do mundo. Esta política intervencionista por parte do Governo e a sua gestão macroeconómica tem diminuído a confiança dos investidores, no entanto espera-se que o investimento cresça a uma taxa superior à do PIB em 2015, aliciados pelas oportunidades de mercado, pelo ambicioso programa de concessão de infraestruturas e pela exploração de reservas de petróleo. Estima-se que o aumento do investimento estrangeiro entre 2014 e 2018, alcance em média os 2,8% do PIB.

COMPOSIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

Senado (eleições de 5 de Outubro de 2014)



Câmara dos Deputados (eleições de 5 de Outubro de 2014)



GEOGRAFIA

Localização – América do Sul. Fronteiras com a Colômbia, Peru e Bolívia (Oeste); Paraguai, Argentina e Uruguai (Sul); Oceano Atlântico (Leste); Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela (Norte).

Área – 8.517. 770 Km². **Capital** – Brasília.

Outras Cidades – Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte.

DEMOGRAFIA

População: 204 259 812 milhões de habitantes (est. 2015).

Grupos Étnicos – brancos 47,7%, mulatos 43,1%, negros 7.6%, asiáticos 1,1%, indígenas 0.4% (est. 2010)

Língua – português.

Religião – católicos romanos 64,6%; outros católicos 0.4%. protestantes 22.2%, (incluindo adventistas 6,5%, assembleia de Deus 2,0%, congregação de cristãos do Brasil 1.2%, reino universal de Deus 1,0%, outros protestantes 11,5%), outros cristãos 0.7%. espiritistas 2,2%, outros 1,4%, sem religião 8%, não especificados 0,4% (est. 2010).

Mortalidade infantil – 18,6/1000 (est. 2015).

Esperança Média de Vida – 73,53 anos. (est. 2014) **Taxa de Literacia** – 92,6%. (est.2015)

ECONOMIA

Moeda – Real do Brasil (BRL).

PIB – 3,166 milhões de dólares (2015).

PIB per capita – 15 800 dólares (2015).

Exportações – minérios, cinzas e escórias (12,6%), grãos, sementes e frutos (10,4%), combustíveis e óleos minerais (9,2%), carnes e miudezas comestíveis (6,9%), máquinas e aparelhos mecânicos (5,7%) (189,1 mil milhões em 2015).

Importações – combustíveis e óleos minerais (19,7%), máquinas e equipamentos mecânicos (13,9%), máquinas e equipamentos elétricos (11,8%), veículos e outros meios de transporte (8,5%), produtos químicos orgânicos (4,7%) (174,2 mil milhões em 2015).

Parceiros Comerciais- China 18.1 %, EUA 15,3%, Argentina 6%, Nigéria 4.2%, Portugal 0,5% (2014)

Taxa de Desemprego- 6,4% (2015).

Taxa de Inflação – 10,6% (2015).

O Brasil, com uma população de cerca de 203 milhões de habitantes, a maior dos países da região, manteve a posição de 7ª economia mundial e a 1ª da América Latina em 2014 (últimos dados disponíveis).

Na área do investimento e do comércio internacional o país tem ocupado posições de destaque nos últimos anos: 5º recetor mundial de investimento direto estrangeiro em 2014; 21º importador de bens (quota de 1,3% do total em 2014) e 17º de serviços (1,8% do total); 25º exportador de bens (1,2% do total mundial). No setor do turismo, continuou a ocupar a posição de 10º mercado mundial emissor, em termos de gastos turísticos realizados no estrangeiro (com uma quota de 2,1% do total em 2014). A contribuição dos principais sectores

da economia brasileira na composição do produto interno bruto (PIB) é a seguinte: serviços (70,4% do total em 2014), indústria (23,8%) e o sector agrícola (5,8%). É de assinalar que, fruto do progresso alcançado com as reformas económicas, das condições favoráveis a nível internacional e do desenvolvimento de políticas sociais, a economia brasileira registou na última década taxas de crescimento muito superiores às verificadas nas três décadas anteriores.

A recuperação económica, iniciada nos mandatos de Lula da Silva, é assegurada por Dilma Rousseff, garantindo a continuidade das políticas macroeconómicas e do papel intervencionista do Estado.

A política económica recente pode ser dividida em duas fases, que correspondem, grosso modo, aos dois governos do anterior Presidente.

A primeira, durante o primeiro mandato (2002-2006), teve como objetivo prioritário alcançar a estabilidade macroeconómica com a correção de desequilíbrios, como a inflação, através de uma política monetária e fiscal restritiva. Alcançada a estabilidade, o Governo pretendeu acelerar o crescimento económico através de um ambicioso programa de investimentos públicos - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - lançado em 2007, cujo objetivo visava aumentar o potencial de produção através de investimentos em infraestruturas, melhorar o capital humano e reformar os circuitos de financiamento da economia. A segunda fase deste programa foi lançada no final de março de 2010, e contemplava, sobretudo, as infraestruturas, o meio ambiente e a energia.

Principais Indicadores Macroeconómicos

| | Unidade | 2012 ^a | 2013 ^a | 2014 ^b | 2015 ^c | 2016 ^c | 2017 ^c |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| População | Milhões | 199,2 | 201,0 | 202,8 | 204,5 | 206,1 | 207,7 |
| PIB a preços de mercado | 10 ⁹ BRL | 4 392,1 | 4 844,8 | 5 146,8 | 5 525,7 | 5 938,7 | 6 402,6 |
| PIB a preços de mercado | 10 ⁹ USD | 2 247,1 | 2 245,4 | 2 186,9 | 1 869,5 | 1 916,9 | 2 008,3 |
| PIB <i>per capita</i> (em ppc) | USD | 14 500 ^b | 14 970 ^b | 15 070 | 15 010 | 15 270 | 15 720 |
| Crescimento real do PIB | % | 1,0 | 2,5 | 0,1 | -0,5 | 1,2 | 2,0 |
| Consumo privado | Var. % | 3,2 | 2,6 | 1,0 | 0,6 | 1,6 | 2,5 |
| Consumo público | Var. % | 3,3 | 2,0 | 3,0 | 1,0 | 1,5 | 2,0 |
| Formação bruta de capital fixo | Var. % | -4,0 | 5,1 | -7,5 | -5,0 | 0,0 | 3,0 |
| Taxa de inflação (média) | % | 5,4 | 6,2 | 6,3 | 7,6 | 5,8 | 5,3 |
| Taxa de desemprego | % | 5,5 | 5,4 | 4,8 | 6,0 | 6,1 | 6,2 |
| Saldo do setor público | % do PIB | -1,8 ^b | -1,5 ^b | -1,6 | -1,8 | -2,5 | -2,9 |
| Saldo da balança corrente | 10 ⁹ USD | -54,2 | -81,2 | -91,3 | -80,2 | -83,5 | -83,4 |
| Saldo da balança corrente | % do PIB | -2,4 | -3,6 | -4,2 | -4,3 | -4,4 | -4,2 |
| Dívida do Governo Central | % do PIB | 24,7 | 23,9 | 23,3 | 23,4 | 24,1 | 25,2 |
| Dívida do setor público (total) | % do PIB | 58,8 | 56,7 | 63,2 | 65,7 | 65,6 | 64,7 |
| Dívida externa | 10 ⁹ USD | 440,5 | 482,5 ^b | 542,5 | 577,5 | 615,1 | 659,5 |
| Taxa de câmbio | 1USD=xBRL | 1,95 | 2,16 ^a | 2,35 ^a | 2,96 | 3,10 | 3,19 |
| Taxa de câmbio | 1EUR=xBRL | 2,51 | 2,87 ^a | 3,13 | 3,20 | 3,20 | 3,51 |

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: (a) Valores atuais; (b) Estimativas; (c) Previsões;

BRL – Real do Brasil

Em 2014, apesar das previsões iniciais de diversos organismos internacionais serem mais otimistas, a economia brasileira praticamente estagnou (taxa de crescimento de 0,1%), fruto essencialmente da forte contração do investimento (-7,5% face ao ano anterior) e do abrandamento do consumo privado. Refira-se que o crescimento económico verificado no conjunto da América Latina e Caraíbas foi de 1,3% no último ano. Com os custos do crédito mais elevados, o que afetou as famílias (embora com uma taxa de desemprego relativamente baixa - 4,8% em 2014), o crescimento real dos salários foi menor do que no passado, prejudicando assim o consumo privado, que registou um crescimento de apenas 1% em 2014 (comparando com 2,6% em 2013). Por outro lado, o consumo público terá acelerado no último ano (+3%, após +2% em 2013). A indexação do salário mínimo ao PIB nominal, um mercado laboral restritivo, a subida do custo dos serviços e a desvalorização do real contribuíram para que a taxa de inflação se situasse em 6,3% em 2014

Evolução da balança comercial

| (10 ⁹ USD) | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Exportação fob | 201,9 | 256,0 | 242,6 | 242,0 | 225,1 |
| Importação fob | 181,8 | 226,2 | 223,2 | 239,7 | 229,1 |
| Saldo | 20,1 | 29,8 | 19,4 | 2,3 | -4,0 |
| Coeficiente de cobertura (%) | 111 | 113 | 109 | 101 | 98 |
| Posição no "ranking" mundial | | | | | |
| Como exportador | 22 ^a | 22 ^a | 22 ^a | 22 ^a | 25 ^a |
| Como importador | 20 ^a | 21 ^a | 22 ^a | 21 ^a | 21 ^a |

Fontes: Ministério do Desenvolvimento - Secretaria de Comércio Exterior; Organização Mundial de Comércio (OMC)

Principais Clientes

| Mercado | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|---------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|
| | Quota (%) | Posição | Quota (%) | Posição | Quota (%) | Posição |
| China | 17,0 | 1 ^a | 19,0 | 1 ^a | 18,0 | 1 ^a |
| EUA | 11,1 | 2 ^a | 10,3 | 2 ^a | 12,1 | 2 ^a |
| Argentina | 7,4 | 3 ^a | 8,1 | 3 ^a | 6,3 | 3 ^a |
| Países Baixos | 6,2 | 4 ^a | 7,2 | 4 ^a | 5,8 | 4 ^a |
| Japão | 3,3 | 5 ^a | 3,3 | 5 ^a | 3,0 | 5 ^a |
| Portugal | 0,7 | 35 ^a | 0,4 | 47 ^a | 0,5 | 41 ^a |

Fonte: International Trade Centre (ITC)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E REGIONAIS

A República Federativa do Brasil é membro do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) e da Organização das Nações Unidas (ONU) e das suas agências especializadas, entre as quais se destacam o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), da Organização Mundial de Comércio (OMC) e da União Interparlamentar (UIP).

A nível regional, este país faz parte da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A **ALADI** (Associação Latino-Americana de Integração) tem em vista o fortalecimento das relações entre os seus membros, através da celebração de acordos bilaterais, no sentido de modernizar a estrutura produtiva, harmonizar as políticas macroeconómicas e promover uma participação mais activa dos diferentes grupos sociais no processo de integração.

Principais Fornecedores

| Mercado | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|-----------------|------------|-----------------------|------------|-----------------------|------------|-----------------------|
| | Quota (%) | Posição | Quota (%) | Posição | Quota (%) | Posição |
| China | 15,3 | 1 ^a | 15,6 | 1 ^a | 16,3 | 1 ^a |
| EUA | 14,6 | 2 ^a | 15,1 | 2 ^a | 15,4 | 2 ^a |
| Argentina | 7,4 | 3 ^a | 6,9 | 3 ^a | 6,2 | 3 ^a |
| Alemanha | 6,4 | 4 ^a | 6,3 | 4 ^a | 6,0 | 4 ^a |
| Nigéria | 3,6 | 6 ^a | 4,0 | 5 ^a | 4,1 | 5 ^a |
| Portugal | 0,4 | 35^a | 0,5 | 40^a | 0,5 | 41^a |

Fonte: International Trade Centre (ITC)

O **BID** (Banco InterAmericano de Desenvolvimento) foi criado no ano de 1959 com o propósito de financiar projetos viáveis de desenvolvimento económico, social e institucional e promover a integração comercial regional na área da América Latina e o Caribe. Atualmente o BID é o maior banco regional de desenvolvimento a nível mundial e serviu como modelo para outras instituições similares a nível regional e sub-regional.

O **BIRD** (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) é uma instituição financeira que proporciona empréstimos e assistência para o desenvolvimento a países de rendas médias com bons antecedentes de crédito. Possui atualmente 187 países-membros. O poder de voto de cada país-membro está vinculado às suas subscrições de capital, que por sua vez estão baseadas no poder económico relativo de cada país. O BIRD levanta grande parte dos seus fundos através da venda de títulos nos mercados internacionais de capital.

Juntos, o BIRD e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) formam o Banco Mundial

A **CPLP** (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) é uma organização entre países lusófonos, que estimula a aliança e a amizade entre os signatários.

É formada por oito Estados soberanos cuja língua oficial ou uma delas é a língua portuguesa, são eles: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Além dos membros plenos e efetivos, há três observadores associados que são a República da Guiné Equatorial, Maurícia e Senegal.

O **MERCOSUL** (Mercado Comum do Sul), cujos membros fundadores são o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (a Bolívia e o Chile têm estatuto de membros associados) e aos quais se juntou, em Julho de 2006, a Venezuela, traduz-se, em termos gerais, num projeto de integração sub regional, com a finalidade de promover o progresso económico e social entre os seus membros, incrementar os fluxos de comércio ao nível internacional, preservar o meio ambiente e estimular uma melhor utilização dos recursos disponíveis.

A **OEA** (Organização dos Estados Americanos) foi criada para alcançar nos Estados membros, “uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência”.

A OEA congrega os 35 Estados independentes das Américas e constitui o principal fórum governamental político, jurídico e social.

Estados membros: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas (Commonwealth das), Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba⁵⁵, Dominica (Commonwealth da), Equador, El Salvador, Estados Unidos da América, Grenada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, St. Kitts e Nevis, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana da).

A OEA concedeu o estatuto de observador permanente a 67 Estados e à União Europeia (EU). A OEA baseia-se nos seus principais pilares que são a democracia, os direitos humanos, a segurança e o desenvolvimento.

A **OMC** (Organização Mundial de Comércio) é a instituição internacional encarregue das regras do comércio internacional a nível mundial.

A sua principal função consiste em garantir que o comércio flua da forma mais livre possível, com o objetivo último de aumentar a prosperidade dos países membros. Além desta função, a OMC é igualmente responsável pela gestão dos acordos que a compõem, a cooperação com outras organizações internacionais, a assistência técnica aos países em vias de desenvolvimento e o exame das políticas comerciais nacionais dos seus membros, assumindo o papel de fórum para as negociações comerciais internacionais.

A **UIP** (A União Interparlamentar) é uma organização internacional dos parlamentos dos Estados soberanos, cujo objetivo é mediar os contactos multilaterais dos parlamentares, contando atualmente com 170 membros.

A UIP atua preferencialmente nas seguintes áreas: democracia representativa, paz e segurança internacionais desenvolvimento sustentável, direitos humanos e direito humanitário, igualdade de géneros, comércio internacional e educação, ciência e cultura.

⁵⁵ Em 3 de junho de 2009, os Ministros de Relações Exteriores das Américas adaptaram a Resolução AG/RES.2438 (XXXIX-O/09), que determina que a Resolução de 1962, a qual excluiu o Governo de Cuba de sua participação no sistema interamericano, cessa seu efeito na Organização dos Estados Americanos (OEA). A resolução de 2009 declara que a participação da República de Cuba na OEA será o resultado de um processo de diálogo iniciado na solicitação do Governo de Cuba, e de acordo com as práticas, propósitos e princípios da OEA.

RELAÇÕES COM PORTUGAL

DADOS DAS IMPORTAÇÕES E DAS EXPORTAÇÕES

As relações comerciais com o Brasil revestem-se de grande importância para Portugal, quer pelos laços históricos existentes, quer pelo atual posicionamento mundial deste mercado.

No contexto do comércio internacional português de bens e serviços o Brasil representou, em 2014, 2,4% das exportações portuguesas e 1,8% das importações. Nos primeiros meses do ano em curso registou-se um igual peso do Brasil nas exportações portuguesas (2,4%), diminuindo a quota em termos de importações (1,5%).

Evolução da Balança Comercial de Bens^c e Serviços Bilateral

| (10 ⁶ EUR) | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Var % 14/10 ^a | 2014 jan/fev | 2015 Jan/fev | Var % 15/14 ^b |
|-----------------------|---------|---------|---------|---------|---------|-----------------------------|-----------------|-----------------|-----------------------------|
| Exportações | 1 302,7 | 1 546,8 | 1 756,2 | 1 842,6 | 1 689,3 | 7,2 | 248 | 261 | 5,5 |
| Importações | 1 403,1 | 1 833,2 | 1 787,4 | 1 231,1 | 1 255,2 | -0,3 | 125 | 159 | 26,6 |
| Saldo | -100,4 | -286,4 | -31,3 | 611,5 | 434,1 | -- | 122,2 | 102,6 | -- |
| Coef. Cobertura | 92,8% | 84,4% | 98,3% | 149,7% | 134,6% | -- | 197,5% | 164,6% | -- |

Fonte: Banco de Portugal

Notas: a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014

b) Taxa de variação homóloga 2014-2015

c) Componente de Bens com base em informação do Instituto Nacional de Estatística (INE), ajustada para valores f.o.b.

Ao contrário de anos anteriores, a balança comercial de bens e serviços entre Portugal e o Brasil foi favorável ao nosso país em 2013 e 2014, devido, essencialmente, ao menor valor das importações. Em 2014, o excedente da balança comercial atingiu 434,1 milhões de euros, o que se traduziu num coeficiente de cobertura das importações pelas exportações de 134,6%.

De salientar que o crescimento médio anual das exportações, no período 2010-2014, foi de 7,2%, enquanto o das importações foi de -0,3%. Nos primeiros dois meses do corrente ano, tanto as exportações como as importações tiveram um crescimento positivo face ao período homólogo de 2014 (5,5% e 26,6%, respetivamente).

Quota do Brasil no Comércio Internacional Português de Bens e Serviços

| | Unidade | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 Jan/fev |
|------------------------------------|-----------|------|------|------|------|------|-----------------|
| Brasil como cliente de Portugal | % Export. | 2,4 | 2,5 | 2,7 | 2,7 | 2,4 | 2,4 |
| Brasil como fornecedor de Portugal | % Import. | 2,1 | 2,7 | 2,8 | 1,9 | 1,8 | 1,5 |

Fonte: Banco de Portugal

É de sublinhar que existe um maior domínio das exportações de serviços face às exportações de bens, tendo as primeiras representado 64% do total em 2014.

SERVIÇOS

No âmbito dos serviços, e segundo dados do Banco de Portugal, constata-se que em 2014 o Brasil foi responsável por 4,7% das vendas de Portugal ao exterior e por 3,4% das aquisições, os valores mais baixos dos últimos cinco anos. Nos dois primeiros meses de 2015 verificou-se um ligeiro aumento de quota em termos de exportações portuguesas (4,8%), mantendo-se a quota no que diz respeito às importações.

Quota do Brasil no Comércio Internacional Português de Serviços

| | Unidade | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 jan/fev |
|------------------------------------|-----------|------|------|------|------|------|-----------------|
| Brasil como cliente de Portugal | % Export. | 5,1 | 5,2 | 5,5 | 5,1 | 4,7 | 4,8 |
| Brasil como fornecedor de Portugal | % Import. | 4,2 | 4,5 | 4,5 | 3,6 | 3,4 | 3,4 |

Fonte: Banco de Portugal

Nos últimos vinte anos, a balança comercial de serviços foi favorável a Portugal (à exceção do ano de 2003), atingindo um *superavit* de 674,8 milhões de euros em 2014 e uma taxa de cobertura das importações pelas exportações da ordem de 267%. As exportações atingiram 1 078,2 milhões de euros em 2014 (o que representou um decréscimo de 3,6% relativamente a 2013), enquanto as importações alcançaram 403,4 milhões de euros (+3,1%).

As exportações de serviços para o Brasil registaram uma taxa de crescimento média anual de 5,3% nos últimos cinco anos, enquanto as importações diminuíram, em média, 2,3%.

Os últimos dados disponíveis, relativos aos primeiros dois meses de 2015, indicam que as exportações portuguesas de serviços registaram uma diminuição relativamente ao período homólogo do ano anterior (-1,3%), enquanto as importações aumentaram 14,6%. O excedente traduziu-se em 224,4 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 14% face ao período homólogo.

Ainda segundo o Banco de Portugal, são os transportes (59,3% do total exportado em 2014) e as viagens e turismo (31,9%) que mais se destacam nas exportações portuguesas de serviços para o Brasil. Enquanto os transportes registaram uma evolução positiva no último ano (+6% face a 2013), as viagens e turismo contraíram 15,1%.

Balança Comercial de Serviços com o Brasil

| (10 ⁶ euros) | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Var% ^a 14/10 | 2014 jan/fev | 2015 jan/fev | Var% ^b 15/14 |
|-------------------------|-------|---------|---------|---------|---------|----------------------------|-----------------|-----------------|----------------------------|
| Exportações | 882,6 | 1 000,5 | 1 097,4 | 1 118,0 | 1 078,2 | 5,3 | 148 | 146 | -1,3 |
| Importações | 453,3 | 502,6 | 474,8 | 395,2 | 403,4 | -2,3 | 57 | 65 | 14,6 |
| Saldo | 429,2 | 497,9 | 622,6 | 722,8 | 674,8 | -- | 91,4 | 81,0 | -- |
| Coef. Cobertura (%) | 194,7 | 199,0 | 231,1 | 282,9 | 267,3 | -- | 260,8 | 224,4 | -- |

Fonte: Banco de Portugal (BdP)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014; (b) Taxa de variação homóloga 2014-2015

Em relação às importações, sublinha-se igualmente a importância dos transportes (51,8% do total em 2014) e das viagens e turismo (30,1%). Os primeiros aumentaram 18,4% em 2014 face ao ano anterior, enquanto as viagens e turismo registaram um decréscimo de 14,4%.

Ainda segundo o Banco de Portugal, são os transportes (59,3% do total exportado em 2014) e as viagens e turismo (31,9%) que mais se destacam nas exportações portuguesas de serviços para o Brasil. Enquanto os transportes registaram uma evolução positiva no último ano (+6% face a 2013), as viagens e turismo contraíram 15,1%.

Em relação às importações, sublinha-se igualmente a importância dos transportes (51,8% do total em 2014) e das viagens e turismo (30,1%). Os primeiros aumentaram 18,4% em 2014 face ao ano anterior, enquanto as viagens e turismo registaram um decréscimo de 14,4%.

Acordos entre Portugal e o Brasil:

- **Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo**

Link ao texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/2006/06/122A00/45364538.pdf>

- **Acordo sobre a Facilitação de Circulação de Pessoas**

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/2003/09/221A00/61846186.pdf>

- **Acordo sobre Contratação Recíproca de Nacionais**

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/2003/09/217A00/60846086.pdf>

- **Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Protocolo Anexo**

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/2001/04/098A00/24042413.pdf>

- **Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta (assim como o Acordo para Retificação do artigo 9º do Tratado)**

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/2002/12/302A00/81888188.pdf>

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/2000/12/287A00/71727187.pdf>

- **Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social (assim como Acordo de Alteração)**

Link ao Texto Legal no DR:

<http://dre.pt/pdf1s/2009/02/04000/0130701310.pdf> Link ao

Texto Legal no DR:

<http://dre.pt/pdf1s/1994/08/198A00/49834991.pdf>

- **Acordo para a Promoção e a Proteção Recíprocas de Investimentos**

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/1994/08/184A00/45584561.pdf>

- **Acordo Quadro de Cooperação**

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/1993/05/102A00/22272230.pdf>

- **Acordo sobre Cooperação Económica e Industrial**

Link ao Texto Legal no DR: <http://dre.pt/pdf1s/1981/04/07900/08550856.pdf>

RELAÇÕES PARLAMENTARES BILATERAIS

Visitas à Assembleia da República: Presidentes da República

1985 – janeiro - Presidente da República Federativa do Brasil, Tancredo Neves. **1986** – maio - Presidente da República Federativa do Brasil, José Sarney.

1990 – outubro - Presidente da República Federativa do Brasil, Collor de Melo.

1995 – julho - Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso.

2000 – março - Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso.

2003 – julho - Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva.

2004 – outubro - Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, José Alencar Gomes da Silva.

Presidentes do Parlamento / Senado

2000 – maio – Visita a Portugal do Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil e Sessão Solene Comemorativa dos 500 Anos do Achamento do Brasil e de Boas-Vindas ao Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil, Senador António Carlos Magalhães.

2008 – março – Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Arlindo Chinaglia. **2010** - junho – Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Michel Temer.

2013 – junho – Presidente do Senado do Brasil, Renan Calheiros.

Deputados

1998 – maio – Visita de uma delegação de Deputados Brasileiros.

1999 – janeiro – Visita de uma Delegação Parlamentar da República Federativa do Brasil, composta por 6 deputados.

2000 – janeiro – Visita de Parlamentares Brasileiros

2004 – março – Visita do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Portugal.

2006 – maio – Visita à Assembleia da República de um grupo de Prefeitos do Brasil (iniciativa do GP-PSD).

2010 – maio – Visita de uma Delegação de Deputados do Brasil – Comissão de Saúde;

Diretor-geral e Secretário-geral

2000 – julho – Visita da Secretária-Geral Adjunta do Senado do Brasil, Claudia Lira.

2005 – julho – Visita do Director-Geral da Câmara dos Deputados do Brasil, Sérgio Almeida

Outras Cerimónias

2011 – março – Cerimónia de Entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa ao Antigo Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Outras visitas

2013 – julho - Secretária do Estado do Rio de Janeiro para a Defesa do Consumidor, Dra. Solange Amaral

2013 – novembro - Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Pedro Westphalen.

Visitas ao Brasil

2008 – maio – Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, por ocasião da inauguração oficial da Exposição e da Conferência “As origens do Estado nacional – das Cortes Gerais ao Parlamento brasileiro”, integrando os Presidentes das Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Osvaldo Castro (PS), Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Henrique de Freitas (PSD) e de Defesa Nacional, Miranda Calha (PS), bem como os Membros do GPA Portugal-Brasil: Presidente - Deputado José Lello (PS), Vice-Presidente - Deputado Correia de Jesus (PSD).

2013 – maio – Visita Oficial do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Brasil a Brasília e Rio de Janeiro, por ocasião do Ano Comemorativo “Portugal no Brasil”. Delegação composta por: Deputados Carlos Páscoa Gonçalves (PSD), Eduardo Teixeira (PSD), Fernando Marques (PSD), Ferro Rodrigues (PS), Luís Pedro Pimentel (PSD), Manuel Isaac (CDS-PP), Maurício Marques (PSD), Mota Andrade (PS) e Assessora do GPA, Dra. Ana Margarida Isidoro.

2016 – fevereiro - Visita da delegação parlamentar da CPLP do Brasil, por ocasião da Cerimónia de Abertura do Ano Internacional da CPLP contra o Trabalho Infantil;

GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE

Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Portugal 54ª Legislatura

foi criado pela Resolução nº02/95, de 28 de novembro de 1995, da Câmara dos Deputados, fruto do Projeto de Resolução nº37/95, do Deputado Paes Landim, do Piauí.

Presidentes de Honra:

Senador Renan Calheiros (PMDB) - Presidente do Senado Federal

Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB) - Presidente da Câmara dos Deputados

Segundo o projeto de deliberação n.º4/XIII, que fixa a composição, distribuição e elenco dos Grupos Parlamentares de Amizade na XIII Legislatura, está a criação de um Grupo Parlamentar de Amizade com a República Federativa do Brasil.

Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – Brasil

XII Legislatura – 2011-2015

| | | |
|------------------------|----------------------------------|----------|
| Presidente | Deputado Carlos Páscoa | (PSD) |
| Vice-Presidente | Deputado João Rebelo | (CDS-PP) |
| Vice-Presidente | Deputado Mota Andrade | (PS) |
| | Deputado Eduardo Ferro Rodrigues | (PS) |
| | Deputado Fernando Marques | (PSD) |
| | Deputado Luís Pedro Pimentel | (PSD) |
| | Deputado Maurício Marques | (PSD) |
| | Deputado Eduardo Teixeira | (PSD) |
| | Deputado Miguel Tiago | (PCP) |

Posse: 24 de janeiro de 2012

Despacho de Constituição: Despacho PAR N.º 26/XII de 23 de janeiro de 2012 – DAR – II Série E – N.º 20, 23 de janeiro de 2012

Embaixadores



Embaixador do Brasil em Lisboa

Embaixador Mário Vilalva



Embaixador de Portugal em Brasília

Embaixador Francisco Ribeiro Telles

Fontes:

www.aicep.pt

www.gpeari.miN-financas.pt

www.portugalglobal.pt/

www.senado.gov.br

www.ipu.org

www.interlegis.gov.br

www.camara.gov.br

www.camara.leg.br

www.brasil.gov.br

www.presidencia.gov.br

www.embaixadabrasil.pt

www.cplp.org

www.presidencia.gov.br

www.vicepresidenciadarepublica.gov.br www.cia.go



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

INTRODUÇÃO



Moçambique tornou-se independente em 1975. Os primeiros anos de independência foram marcados pela guerra civil, que opôs o Governo da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) de inspiração marxista à RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique), com fortes apoios no campo ocidental e na África do Sul.

A dependência económica face à África do Sul, sobretudo ao nível do sistema de transportes, a destruição provocada pela guerra civil e a seca que assolou o país impediram qualquer tipo de desenvolvimento. Com a assinatura dos Acordos de Paz em 1992 e a realização das primeiras eleições multipartidárias, Moçambique passou para uma situação de alguma estabilidade ao nível político.

A abertura da economia local encorajou a entrada de algum investimento estrangeiro, sobretudo oriundo da África do Sul, de Portugal e de agricultores vindos do Zimbabwe. Em dezembro de 2004, Moçambique passou por uma transição delicada com a saída de Joaquim Chissano da presidência do país após 18 anos de governação. O seu sucessor, Armando Guebuza, deu logo sinais de pretender a continuidade de políticas

económicas que estimulassem o investimento estrangeiro, tendo sido eleito para um segundo mandato em outubro de 2009. Porém, estas eleições não tendo decorrido de forma transparente levaram a que a *Freedom House* tivesse excluído o país da sua lista das democracias eleitorais.

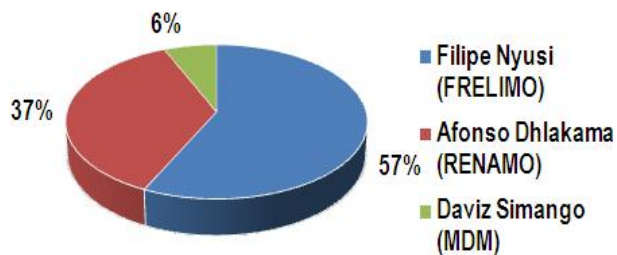
Um dos problemas que mais afeta a população moçambicana é o HIV/SIDA, que atinge diariamente mais de 700 pessoas. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) trabalha em conjunto com o Governo de Moçambique na tentativa de combate a esta epidemia.

PODER POLÍTICO: Regime Presidencialista. **Presidente** – Filipe Nyusi (FRELIMO), desde janeiro de 2015, eleito por voto popular para um mandato de cinco anos. **Primeiro-Ministro** – Carlos Agostinho do Rosário (FRELIMO), desde janeiro de 2015. **Presidente do Parlamento** – Verónica Macamo Dhlovo (FRELIMO), desde janeiro de 2010.

Últimas Eleições:

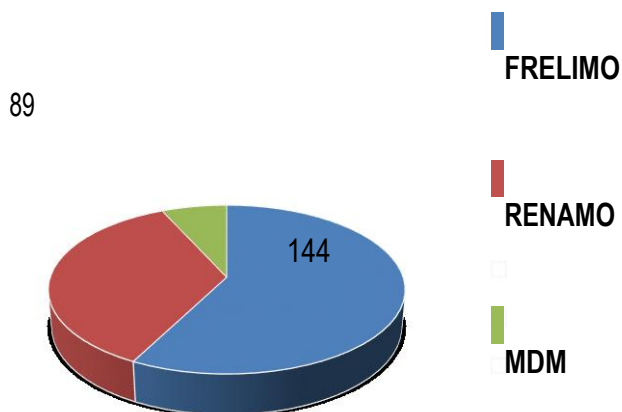
Eleição Presidencial (outubro de 2014): Para esta eleição estavam registados 10 964 978 eleitores, na qual só compareceram 5 333 665 eleitores nas urnas. O comparecimento às urnas foi, portanto de 48,64 %.

Resultado eleitoral:



Eleição Parlamentar (outubro de 2014): Nesta eleição compareceram 5 316 936 eleitores, tendo sido o comparecimento à urna de 48,49 %.

Resultados Eleitorais:



Nota: A Constituição estabelece que os partidos que obtenham menos de 5% dos votos não podem eleger deputados.

PARLAMENTO (Assembleia da República) – unicameral: 250 membros eleitos por sufrágio direto e universal em listas partidárias para mandatos de cinco anos. Os partidos que obtenham menos de 5% dos votos a nível nacional não poderão eleger deputados.

Partidos Políticos: **FRELIMO** (Frente de Libertação de Moçambique) – liderado por Filipe Nyusi; **RENAMO** (Resistência Nacional Moçambicana) – liderado por Afonso Dhlakama e **MDM** (Movimento Democrático de Moçambique) - liderado por Daviz Simango.

GEOGRAFIA: **Localização** – África Austral. Fronteiras com o Oceano Índico (leste); África do Sul e Swazilândia (sul); Zâmbia, Zimbabwe e Malawi (oeste); Tanzânia (norte). **Área** – 799.380 Km². **Capital** – Maputo. **Outras Cidades** – Beira, Quelimane, Nampula, Nacala, Tete.

POPULAÇÃO: 25.303.113 milhões (estim. 2015). **Língua** – Emakhuwa 25.3%; Português (oficial) 10.7%, Xichangana 10,3%, Cisena 7,5%, Elomwe 7%, Echuwabo 5,1%, outras 4%. **Grupos Étnicos** – 99.66% grupos indígenas africanos, 0.06% população de origem europeia, 0.2% euro-africanos, 0.08% indianos. **Religião** – 28.4% católicos, 12.2% protestantes, 17.9% muçulmanos, 15.5% cristãos sionistas, 6.7% outras, 18.7% sem religião, 0.7% não especificada. **Taxa de Natalidade** – 38.58/1000 (estim. 2015). **Mortalidade Infantil** – 70,21/1000. **Esperança Média de Vida** – 52.9 anos.

Taxa de Literacia – 58.8%. **Índice de Desenvolvimento Humano (ONU)** – 180º em 188 países.

ECONOMIA: **Moeda** – Metical (MZN – novo metical instituído em 2006). **PIB** – 16,99 mil milhões USD (estim. 2015) **PIB per capita** – 1.300 USD (estim. 2015). **Taxa de Desemprego** – 17% (taxa oficial, 2007). **Taxa de Inflação** 2.7% (2015). **Dívida Pública** – 58,3% do PIB (2014). **Índice sobre Corrupção (Transparency International)** – 112º em 167 países.

Moçambique é encarado como um caso de sucesso entre as economias africanas e tem assumido um papel cada vez mais determinante no contexto da África Austral, tendo em conta, sobretudo, o seu potencial como fornecedor de energia para a região. Beneficiando de uma localização estratégica, o país é considerado uma plataforma de entrada no mercado da SADC (*Southern African Development Community*), que agrega mais de 280 milhões de consumidores. Dotado de abundantes recursos naturais, entre os quais se destacam o potencial hidroelétrico, reservas de gás natural, carvão e minerais (titânio, tântalo e grafite, entre outros), Moçambique possui aproximadamente 2 500 Km de costa com numerosos recursos pesqueiros, que constituíam a principal fonte de exportação até ao desenvolvimento da indústria do alumínio.

A distribuição sectorial da economia moçambicana é relativamente diversificada. O sector dos serviços tem um peso preponderante, contribuindo com 47,1% para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2014, muito embora seja responsável por apenas 13% do emprego. Seguiu-se a agricultura com 28,9%, mas com um peso de 81% no emprego e a indústria com um contributo de 24% para o PIB, mas que emprega somente 6% da força laboral; no entanto, e atendendo aos vastos recursos minerais disponíveis, particularmente em termos de carvão e gás natural (colocando Moçambique, potencialmente, no *ranking* dos maiores fornecedores mundiais) e aos projetos de investimento já em curso ou em carteira, é expectável um peso muito mais

significativo deste sector na estrutura económica do país (em 2014, o sector industrial registou um crescimento de 9%)

Segundo o *Economist Intelligence Unit* (EIU), o padrão de evolução da economia moçambicana continuará, até 2019, a registar estimulantes níveis de crescimento, graças ao desenvolvimento do sector extrativo e aos investimentos no gás natural. Todavia, o abrandamento económico na UE e nos mercados emergentes, China incluída, bem como a diminuição da procura global de *commodities* constituem um entrave ao crescimento das principais exportações moçambicanas. Acrescem ainda as preocupações dos investidores quanto à estabilidade política do país o que, provavelmente conduzirá a atrasos ou ao eventual cancelamento de projetos de investimento nos recursos naturais e em outros sectores da economia.

O crescimento do PIB, segundo as últimas estimativas, apontavam para uma desaceleração para 6,8% no último ano, como consequência da forte quebra da despesa pública e das intensas inundações que assolaram o país no início do ano (no 1º semestre, o PIB registou um crescimento de 6,1%). Entre 2016 e 2018, o PIB deverá crescer a uma média anual de 7,4%, impulsionado pelo investimento na energia e no sector extrativo. Para 2019, e em função de alguma incerteza provocada pela aproximação do ato eleitoral, o crescimento do PIB deverá deslizar ligeiramente para 7%.

Principais Indicadores Macroeconómicos

| | Unidade | 2012 ^a | 2013 ^a | 2014 ^a | 2015 ^b | 2016 ^b | 2017 ^b |
|---|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| População | Milhões | 25,2 | 25,8 | 26,5 | 27,1 | 27,8 | 28,5 |
| PIB a preços de mercado ¹ | 10 ⁹ MZN | 423,7 | 465,3 | 513,7 | 607,7 | 685,0 | 765,4 |
| PIB a preços de mercado ¹ | 10 ⁹ USD | 14,9 | 15,5 | 16,4 | 16,3 | 16,1 | 21,1 |
| PIB <i>per capita</i> (em PPP) | USD | 1 035 | 1 100 | 1 169 | 1 219 | 1 297 | 1 401 |
| Crescimento real do PIB | % | 7,1 | 7,3 | 7,4 | 6,8 | 7,3 | 7,5 |
| Consumo privado ² | Var. % | 5,8 | 6,6 | 6,5 | 8,9 | 8,4 | 6,9 |
| Consumo público ² | Var. % | 12,4 | 14,4 | 14,5 | -3,4 | 5,6 | 5,4 |
| Formação bruta de capital fixo ² | Var. % | 7,6 | 3,7 | 6,0 | 1,8 | 6,0 | 16,0 |
| Taxa de inflação (fim do período) | % | 2,7 | 3,0 | 1,1 | 4,8 | 5,0 | 5,0 |
| Saldo do sector público | % do PIB | -4,0 | -2,8 | -10,0 | -7,5 | -6,5 | -6,0 |
| Saldo da balança corrente | 10 ⁶ USD | -6 373 | -6 253 | -5 794 | -5 822 | -6 324 | - 8725 |
| Saldo da balança corrente | % do PIB | -42,3 | -40,0 | -34,7 | -41,1 | -45,6 | -41,3 |
| Dívida pública | % do PIB | 38,5 | 51,4 | 59,8 | 59,4 | 62,1 | 61,2 |
| Dívida externa | 10 ⁶ USD | 4 878 | 6 890 | 8 109 | 8 827 | 9 772 | n.d. |
| Taxa de câmbio – final do período | 1USD=xMZN | 29,80 | 30,10 | 33,60 | 39,82 | 43,62 | 44,17 |
| Taxa de câmbio – final do período | 1EUR=xMZN | 39,32 | 41,51 | 40,79 | 39,02 | 43,62 | 47,10 |

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU); International Monetary Fund (IMF)

Notas: (a) Valores atuais; (b) Previsões; (1) Preços correntes; (2) Preços constantes; n.d: não disponível
MZN – Metical

Apesar da queda global da cotação do petróleo, os investidores prosseguem determinados no desenvolvimento de infraestruturas dirigidas à exportação de gás natural liquefeito, um dos motores do crescimento económico de Moçambique, se bem que a sua produção não se deva iniciar, de forma substancial, antes de 2022. A extração de carvão - outro motor do crescimento, que tem beneficiado de um investimento significativo em novas infraestruturas extrativas e no sector dos transportes – é vulnerável à fraca cotação internacional deste bem esperando-se, todavia, um aumento da sua produção no curto prazo, em linha com a retoma da procura global.

Evolução da balança comercial

| (10 ⁶ USD) | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--------|
| Exportação fob | 3 000 | 3 604 | 4 100 | 4 300 | 4 725 |
| Importação fob | 4 600 | 6 306 | 6 800 | 8 800 | 8 743 |
| Saldo | -1 600 | -2 702 | -2 700 | -4 500 | -4 018 |
| Coefficiente de cobertura (%) | 65,2 | 57,2 | 69,1 | 48,9 | 54,0 |
| Posição no "ranking" mundial | | | | | |
| Como exportador | 120 ^a | 122 ^a | 117 ^a | 114 ^a | n.d. |
| Como importador | 121 ^a | 118 ^a | 114 ^a | 107 ^a | n.d. |

Fonte: Organização Mundial de Comércio (OMC)

Nota: n.d.: não disponível

Não obstante estes índices de crescimento, permanecerá um forte contraste entre os grandes e dinâmicos projetos de capital intensivo e alguns sectores tradicionais, mas incapazes de gerar um impacto significativo no crescimento do emprego e na diminuição da pobreza. O crescimento das pequenas explorações agrícolas, que empregam a maioria da população, deverá manter-se contido por força de restrições de ordem estrutural. O desempenho dos sectores de mão-de-obra intensiva deverá assinalar uma retoma gradual; continuará, no entanto, a ser travado pela forte concorrência internacional e por um ambiente doméstico adverso (rigidez do mercado de trabalho, escassez de qualificações).

Em termos homólogos, a taxa de inflação deverá crescer de 2,6%, em 2014, para 3,0%, como consequência da debilidade do metical, que anulará os efeitos da baixa cotação internacional dos produtos petrolíferos e alimentares. Para o EIU, entre 2015 e 2019, este indicador deverá fixar-se a uma média anual de 4,5%, acompanhando novas desvalorizações da moeda e uma retoma gradual das cotações internacionais. Acresce ainda uma subida da pressão inflacionária, em linha com a estabilização prevista do rand sul-africano a partir de 2016 (a maioria das importações moçambicanas não-petrolíferas provém da África do Sul).

Principais Fornecedores

| Mercado | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|-----------------|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|
| | Quota % | Posição | Quota % | Posição | Quota % | Posição |
| África do Sul | 31,4 | 1ª | 32,7 | 1ª | 33,1 | 1ª |
| Bahrain | 6,3 | 4ª | 5,6 | 5ª | 9,3 | 2ª |
| China | 5,7 | 6ª | 6,4 | 3ª | 8,0 | 3ª |
| Reino Unido | 6,0 | 5ª | 2,4 | 10ª | 6,9 | 4ª |
| EAU | 7,4 | 3ª | 8,5 | 2ª | 5,5 | 5ª |
| Portugal | 4,9 | 7ª | 4,8 | 6ª | 5,2 | 6ª |

Fonte: ITC – International Trade Centre

No que diz respeito às transações comerciais, Moçambique assume um papel pouco relevante a nível mundial, ocupando, em 2013 (último ano disponível), a 114ª posição do *ranking* de exportadores e a 107ª enquanto importador (de acordo com dados da Organização Mundial do Comércio - OMC), correspondendo às melhores colocações dos últimos 5 anos.

A balança comercial é tradicionalmente deficitária, sendo esta a componente que mais pesa sobre o défice externo do país. Em termos anualizados, o défice comercial correspondeu a 24,7% do PIB em 2014, traduzindo-se numa melhoria importante face aos 29% do PIB verificados no ano anterior.

Para 2016, as previsões apontam para crescimentos tanto nas exportações como nas importações.

A África do Sul representa, tradicionalmente, o mais importante parceiro comercial de Moçambique, destacando-se como principal fornecedor (33,1% das importações moçambicanas em 2014) e como segundo cliente (20,1% das exportações).

O elevado peso dos Países Baixos na estrutura das exportações moçambicanas (23,5% do total em 2014, segundo os últimos dados do *International Trade Centre*), deverá refletir o chamado “efeito Roterdão”, porto onde desembarca uma parte considerável das mercadorias destinadas à União Europeia (UE).

Principais Clientes

| Mercado | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|---------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| | Quota % | Posição | Quota % | Posição | Quota % | Posição |
| Países Baixos | 26,6 | 1ª | 28,6 | 1ª | 23,5 | 1ª |
| África do Sul | 19,2 | 2ª | 22,4 | 2ª | 20,1 | 2ª |
| Singapura | 0,8 | 15ª | 0,9 | 15ª | 10,0 | 3ª |
| Índia | 4,5 | 5ª | 16,9 | 3ª | 8,2 | 4ª |
| Reino Unido | 5,1 | 4ª | 1,2 | 11ª | 4,4 | 5ª |
| Portugal | 0,5 | 20ª | 2,6 | 6ª | 1,1 | 15ª |

Fonte: ITC – International Trade Centre

Por outro lado, a proximidade, o desenvolvimento do país e a posição dominante na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) explicam o facto da África do Sul ser também um importante cliente de Moçambique. De salientar que estes dois países representaram 43,5% das exportações totais de Moçambique em 2014 (51% no ano anterior). Portugal absorveu 1,1% do total das exportações moçambicanas em 2014, ocupando a 15ª posição no *ranking* de clientes, quando em 2012 e 2013 ocupou, respetivamente, o 20º e o 6º lugar, com quotas de mercado de 0,5 e 2,6%. Outros clientes importantes e que fazem parte do *top 5* são Singapura (10%), a Índia (8,2%) e o Reino Unido (4,4%). Para além da África do Sul, que ocupa destacadamente o primeiro lugar enquanto fornecedor, são ainda de referir, em 2014, o Bahrain (9,3%), a China (8,0%), o Reino Unido (6,9%) e os Emirados Árabes Unidos, com 5,5% das importações. Portugal foi responsável por 5,2% das importações moçambicanas em 2014 (6º fornecedor), a que correspondeu uma subida de 0,4 pontos percentuais face ao ano anterior.

Se até ao início da última década os produtos agrícolas e da pesca dominavam as exportações moçambicanas, a partir de 2001 assistiu-se a uma substancial alteração do seu perfil e a um assinalável crescimento do valor exportado. De acordo com os dados oficiais moçambicanos, as exportações duplicaram de 2000 para 2001, com os megaprojetos (Mozal, Sasol e Cahora-Bassa) a contribuir com 65% para esse aumento.

Em 2014, as principais exportações moçambicanas foram constituídas por combustíveis (30%) e pelo alumínio (29,9% do total) que, em conjunto, representaram 59,9% dos produtos vendidos ao exterior.

No ano anterior as exportações de alumínio e de combustíveis minerais tinham representado, respetivamente, 26,5% e 33,5% do total.

A África do Sul e Singapura absorveram, respetivamente, 50,8% e 17,4% das exportações de combustíveis em 2014, enquanto 74% do alumínio vendido ao exterior teve como destino os Países Baixos.

Investimento Direto

| (10 ⁶ USD) | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Investimento estrangeiro em Moçambique* | 1 018 | 3 559 | 5 629 | 6 175 | 4 902 |
| Investimento de Moçambique no estrangeiro* | 2,4 | 2,9 | 3,2 | 0,0 | 0,0 |
| Posição no "ranking" mundial | | | | | |
| Como recetor | 87 ^a | 61 ^a | 44 ^a | 39 ^a | 43 ^a |
| Como emissor | 167 ^a | 126 ^a | 118 ^a | 168 ^a | 146 ^a |

Fonte: UN Conference on Trade and Development (UNCTAD)

Nota: (*) Valores líquidos

O investimento direto estrangeiro (IDE) tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais importante na economia moçambicana. De acordo com o *World Investment Report* publicado pela UNCTAD,

Moçambique tem recebido valores significativos de IDE, particularmente nos anos mais recentes. Em 2014, as entradas de IDE alcançaram 4 902 milhões de USD (mais do quadruplo do montante de 2010), posicionando o país no 43º lugar do *ranking* mundial enquanto recetor de IDE.

Ao longo dos últimos anos, estes fluxos destinaram-se, maioritariamente, aos designados megaprojetos (a fundição de alumínio Mozal, o gás natural da Sazol, Areias pesadas de Moma e Chibuto, carvão de Moatize e de Benga e Hidroelétrica de Cahora-Bassa), mas tem vindo a ganhar expressão as entradas de capital com destino a outros sectores, nomeadamente a agricultura e agroindústria, transportes e comunicações, construção e materiais de construção, pescas e aquacultura, banca, serviços prestados às empresas, turismo e hotelaria, entre outros.

Principais relações internacionais e regionais:

Moçambique integra o Banco Africano de Desenvolvimento (African Development Bank - AfDB), o Banco Islâmico de Desenvolvimento (Islamic Development Bank – IDB) a Organização das Nações Unidas (United Nations - UN) e suas agências especializadas (Specialized Agencies, Related Organizations, Funds, and Other UN Entities) a Organização Mundial de Comércio (World Trade Organization - WTO) desde 26 de Agosto de 1995 e foi admitido como membro de pleno direito da British Commonwealth em Novembro de 1995. A nível regional faz parte da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community - SADC), da União Africana (African Union - AU) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

RELAÇÕES COM PORTUGAL

A participação de Portugal nas conversações de Paz de Roma (1992) foi simbólica. A adesão, em 1995, de Moçambique à *Commonwealth* provocou alguma estranheza às autoridades portuguesas, mas a criação da CPLP, em 17 de Julho de 1996, motivou uma nova aproximação entre os dois países.

Relações Comerciais

Em 2014, a quota de Moçambique no comércio internacional português de bens e serviços foi de 0,68%, enquanto cliente, e de 0,12%, como fornecedor, em linha com as percentagens registadas durante o período em análise (2010-2014).

Quota de Moçambique no Comércio Internacional Português de Bens e Serviços

| | Unidade | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--|-----------|------|------|------|------|------|
| Moçambique como cliente de Portugal | % Export. | 0,39 | 0,49 | 0,62 | 0,66 | 0,68 |
| Moçambique como fornecedor de Portugal | % Import. | 0,09 | 0,12 | 0,12 | 0,19 | 0,12 |

Fonte: Banco de Portugal

As exportações portuguesas, em ciclo ascendente, passaram de 213,3 para 474,1 milhões de euros, a que corresponde um crescimento médio anual, no período 2010-2014, de 23%. Ao nível das importações, apesar das reduções em valor registadas em 2012 e 2014, verificaram-se incrementos significativos em 2011 e em 2013, conduzindo a uma taxa média de crescimento anual de 15,9%.

O saldo da balança comercial de bens e serviços aumentou sempre de 2010 a 2014, passando de 154,6 milhões de euros para 389,8 milhões de euros. O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações situou-se entre 362%, em 2013, e 562% em 2014, o valor mais elevado do período.

Balança Comercial de Bens e Serviços de Portugal com Moçambique

| (10 ⁶ EUR) | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Var% 14/10 ^a |
|-----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|----------------------------|
| Exportações | 213,3 | 304,8 | 396,5 | 454,0 | 474,1 | 23,0 |
| Importações | 58,7 | 79,5 | 75,4 | 125,4 | 84,4 | 15,9 |
| Saldo | 154,6 | 225,3 | 321,1 | 328,6 | 389,8 | -- |
| Coef. Cobertura (%) | 363,1 | 383,4 | 526,0 | 362,0 | 562,0 | -- |

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014

Componente de Bens com base em informação do INE - Instituto Nacional de Estatística, ajustada para valores f.o.b.

Moçambique tem vindo a assumir uma maior relevância enquanto cliente de Portugal tendo ocupado, em 2014, a 19^a posição no *ranking* (com uma quota de 0,66% das exportações portuguesas), quando em 2010 se situava no 28^o lugar (sendo a quota de 0,40%). Como fornecedor o seu posicionamento é pouco relevante, não indo além do 64^o lugar em 2014 (0,06% das importações portuguesas).

No contexto dos países africanos de língua oficial portuguesa, Moçambique surge em segundo lugar, em 2014, como cliente e também enquanto fornecedor, posicionando-se a seguir a Angola.

De janeiro a junho de 2015, Moçambique foi o nosso 18º cliente, com uma quota de 0,69%, e o 78º fornecedor, sendo a respetiva percentagem de 0,04%.

Posição e Quota de Moçambique no Comércio Internacional Português de Bens

| | | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 jan/jun |
|--|-----------|------|------|------|------|------|-----------------|
| Moçambique como cliente de Portugal | Posição | 28 | 26 | 22 | 19 | 19 | 18 |
| | % Export. | 0,40 | 0,51 | 0,64 | 0,69 | 0,66 | 0,69 |
| Moçambique como fornecedor de Portugal | Posição | 67 | 62 | 81 | 58 | 64 | 78 |
| | % Import. | 0,05 | 0,07 | 0,03 | 0,11 | 0,06 | 0,04 |

Balança Comercial de Bens de Portugal com Moçambique

| (10 ⁶ EUR) | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Var % 14/10 ^a | 2014 jan/jun | 2015 jan/jun | Var % 15/14 ^b |
|-----------------------|-------|-------|---------|-------|-------|-----------------------------|-----------------|-----------------|-----------------------------|
| Exportações | 150,7 | 216,9 | 287,1 | 327,8 | 318,4 | 21,9 | 144,1 | 174,6 | 21,1 |
| Importações | 29,2 | 42,0 | 16,4 | 62,7 | 34,9 | 55,1 | 10,2 | 12,1 | 18,8 |
| Saldo | 121,5 | 174,9 | 270,7 | 265,1 | 283,5 | — | 133,9 | 162,4 | — |
| Coef. Cobertura (%) | 516,4 | 516,6 | 1 747,6 | 522,6 | 912,2 | — | \$ | \$ | — |

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014

(b) Taxa de variação homóloga

2010 a 2013: resultados definitivos; 2014 e 2015: resultados preliminares

A quota de Moçambique como cliente de Portugal, em termos de exportações de serviços, foi de 0,68% em 2014, sendo a percentagem mais elevada do período em análise (2010-2014). Enquanto fornecedor, a quota de Moçambique no valor global das importações portuguesas de serviços, em 2014, situou-se em 0,33%, abaixo das percentagens registadas nos dois anos anteriores.

As exportações portuguesas de serviços para Moçambique aumentaram sempre de 2010 a 2014, sendo a taxa média de crescimento anual de 25,8%. No entanto, os acréscimos em 2012 e em 2014 registaram valores percentuais inferiores à média anual (sendo, respetivamente, de 24,5% e de 22,3%). Em termos de importações, destaque para a quebra de 30,6% verificada no ano transato. O crescimento médio anual no período 2010-2014 foi de 13,1%.

O saldo da balança comercial de serviços é igualmente favorável a Portugal, verificando-se, em 2014, um montante de 116,3 milhões de euros. O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações foi de 393,1% em 2013, a percentagem mais elevada para o período em análise.

Quota de Moçambique no Comércio Internacional Português de Serviços

| | Unidade | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--|-----------|------|------|------|------|------|
| Moçambique como cliente de Portugal | % Export. | 0,36 | 0,46 | 0,55 | 0,58 | 0,68 |
| Moçambique como fornecedor de Portugal | % Import. | 0,26 | 0,32 | 0,46 | 0,52 | 0,33 |

Fonte: Banco de Portugal

Balança Comercial de Serviços de Portugal com Moçambique

| (10 ⁶ EUR) | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Var % 14/10 ^a |
|-----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-----------------------------|
| Exportações | 62,8 | 87,9 | 109,5 | 127,4 | 155,9 | 25,8 |
| Importações | 27,6 | 36,3 | 48,5 | 57,2 | 39,7 | 13,1 |
| Saldo | 35,2 | 51,6 | 60,9 | 70,2 | 116,3 | -- |
| Coef. Cobertura (%) | 227,6 | 241,9 | 225,6 | 222,7 | 393,1 | -- |

Fonte: Banco de Portugal

Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2010-2014

COOPERAÇÃO PARLAMENTAR

Teve a sua formalização em Outubro de **1996** com a assinatura do Protocolo de Cooperação entre os Presidentes dos dois Parlamentos. O primeiro Programa de Cooperação Parlamentar vigorou entre **2001 e 2003**. Em Setembro de **2003** foi assinado em Maputo, pelos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Portugal e de Moçambique, o segundo programa de cooperação parlamentar luso-moçambicano para o período **2003/2005**.

Para além deste programa se inserir na continuidade do precedente, foi igualmente ao encontro das diretrizes apontadas no Projeto de Plano Estratégico apresentado pela Assembleia da República de Moçambique para o período **2003/2007** e abarcou a execução quer de missões de assistência técnica quer de ações de formação em áreas como: apoio ao plenário e secretariado, documentação e informação, administração e finanças, relações públicas e internacionais e novas tecnologias de informação e comunicação. No entanto, este segundo Programa foi encerrado no final do seu período de vigência sem ter sido cumprido na sua totalidade, devido à realização de processos eleitorais em Portugal e em Moçambique, o que, se por um lado dificultou a conciliação das agendas de trabalho, por outro lado, o Estado moçambicano teve que desenvolver um esforço no sentido de afetar os seus recursos e ajudas financeiras à realização de todo o processo eleitoral e instalação dos membros do Parlamento.

Em Novembro de **2007**, foi nomeado o Grupo Misto de Trabalho com a missão de identificar e avaliar o potencial de cada instituição de forma a apresentar uma detalhada proposta de atividades a inserir no Programa de Cooperação.

Nesse âmbito, a parte portuguesa do Grupo Misto de Trabalho deslocou-se à Assembleia da República de Moçambique em Abril de **2008**, para cumprir os objetivos acima identificados e a parte moçambicana do Grupo Misto de Trabalho deslocou-se à Assembleia da República de Portugal, em Julho de **2008**, com vista à definição de conteúdos do futuro Programa de Cooperação Parlamentar. Nesta visita e na sequência dos referidos encontros foi assinado em Lisboa, em 30 de Julho de **2008**, o Programa de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia da República de Portugal e a Assembleia da República de Moçambique para **2008/2010**. Na sua vigência desenvolveram-se ações nos vários domínios da atividade parlamentar: processo legislativo, feitura das leis, constitucionalidade, técnicas de secretariado, documentação e

arquivo, aprovisionamento e património, gestão financeira, recursos humanos e informática. O relatório de avaliação final do referido Programa foi assinado entre os Secretários-Gerais dos dois Parlamentos, em 31 de Janeiro de 2011, aquando da realização de uma visita do Secretário- Geral da ARM à Assembleia da República de Portugal. Conforme consta do documento de avaliação, o Programa em apreço teve uma taxa de execução de 71%.

O Programa de Cooperação Parlamentar celebrado entre as duas Assembleias da República para o período **2011/2013** foi assinado em 15 de Junho de 2011, pelos respetivos Secretários-Gerais, no Parlamento de Moçambique.

Atualmente está em vigor o Programa para o período **2014/2016**, assinado em 16 de maio de 2014, pelo Secretário-geral da Assembleia da República de Portugal, Dr. Albino de Azevedo Soares e pelo Secretário Geral da Assembleia da República de Moçambique, Dr. Armando Mário Correia.

Acordos entre Portugal e Moçambique:

- Acordo especial de cooperação no domínio do setor elétrico com data de conclusão 20/02/1978.
- Acordo no domínio da Saúde com data de conclusão 25/05/1981.
- Acordo de cooperação económica com data de conclusão 25/05/1981.
- Acordo comercial com data de conclusão 25/05/1981.
- Protocolo adicional ao acordo de cooperação económica com data de conclusão 30/06/1982.
- Acordo de cooperação no domínio da comunicação social e respectivo acordo rectificativo com data de conclusão 30/06/1982.
- Acordo de cooperação nos domínios da educação, do ensino, da investigação científica e da formação de quadros com data de conclusão 23/05/1985.
- Protocolo de cooperação para o estabelecimento de um fundo bibliográfico de língua portuguesa na República de Moçambique com data de conclusão 08/04/1988.
- Aprova o acordo relativo à assistência técnica nos domínios do trabalho e do emprego com data de conclusão 07/12/1988.
- Aprova o acordo relativo à assistência técnica nos domínios da meteorologia e da geofísica com data de conclusão 07/12/1988.
- Acordo de cooperação técnica no domínio militar com data de conclusão 07/12/1988.
- Acordo de cooperação técnica no domínio da juventude com data de conclusão 07/12/1988.
- Acordo de co-produção cinematográfica com data de conclusão 07/12/1988
- Protocolo relativo à cooperação para a revisão e reajustamento da rede geodésica de Moçambique com data de conclusão 29/09/1989.
- Protocolo (sobre a televisão) adicional ao acordo de cooperação no domínio da comunicação social com data de conclusão 29/09/1989.
- Acordo especial de cooperação no domínio das pescas com data de conclusão 29/09/1989.
- Acordo para o 2.º reescalonamento da dívida e respectiva acta adicional com data de conclusão 29/09/1989.
- Acordo de cooperação jurídica e judiciária com data de conclusão 12/04/1990.
- Acordo de transportes marítimos com data de conclusão 13/12/1990.
- Acordo de cooperação no domínio da estatística com data de conclusão 13/12/1990.
- Convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimento e prevenir a evasão fiscal com data de conclusão 21/03/1991.
- Acordo de cooperação em matéria da segurança interna com data de conclusão 12/09/1992.
- Acordo de cooperação no domínio da indústria com data de conclusão 22/03/1993.
- Protocolo n.º1 do acordo de cooperação técnico militar com data de conclusão

22/10/1993.

- Protocolo de cooperação no âmbito da informática jurídico-documental com data de conclusão 10/04/1995.
- Acordo bilateral de cooperação no domínio do combate ao tráfico ilícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e criminalidade conexa com data de conclusão 13/04/1995.
- Protocolo de cooperação relativo à instalação e funcionamento do centro de formação e de investigação jurídica e judiciária com data de conclusão 14/04/1995.
- Acordo sobre a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e de serviços com data de conclusão 25/07/1995.
- Protocolo de cooperação nos domínios da agricultura com data de conclusão 28/07/1995.
- Acordo de cooperação visando a criação do centro de ensino e língua portuguesa de Maputo com data de conclusão 28/07/1995.
- Acordo de cooperação sobre a promoção e proteção recíproca de investimentos com data de conclusão 01/09/1996.
- Segundo protocolo adicional de cooperação no domínio da comunicação social com data de conclusão 28/11/1997.
- Protocolo de cooperação no domínio da administração pública com data de conclusão 28/11/1997.
- Protocolo de cooperação no domínio das finanças públicas com data de conclusão 10/10/1998.
- Protocolo de cooperação nas áreas de emprego, da formação profissional, das relações laborais e da segurança social com data de conclusão 23/07/1999.
- Protocolo de cooperação na área de inserção social com data de conclusão 23/07/1999.
- Acordo de cooperação nos domínios do ensino superior, ciência e tecnologia com data de conclusão 29/03/2004.
- Protocolo que revê a convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento com data de conclusão 24/03/2008.
- Acordo relativo ao reconhecimento mútuo de títulos de condução com data de conclusão 24/03/2008.
- Acordo relativo à escola portuguesa de Moçambique – centro de ensino e língua portuguesa com data de conclusão 24/03/2008.
- Acordo de cooperação no domínio do turismo com data de conclusão 21/01/2009.
- Convenção sobre a segurança social com data de conclusão 30/04/2010.
- Acordo sobre serviços de transporte aéreo com data de conclusão 30/04/2010.

Visitas à Assembleia da República de Portugal

Fevereiro de 2016 - Visita da delegação da Assembleia Parlamentar da CPLP de Moçambique, por ocasião da Cerimónia de Abertura do Ano Internacional da CPLP contra o Trabalho Infantil.

Julho de 2014 – Cerimónia de boas vindas ao Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza.

Abril de 2014 – Delegação da Comissão das Relações Internacionais da Assembleia da República de Moçambique, composta pelos Deputados Maria Inês Martins (Renamo) - Presidente da Comissão, Fátima Luís Madeira (Frelimo), António Rosário Niquice (Frelimo),

Relator, Sara Mamudo Vassanegy (Frelimo), Joana Anecleto Vasco (Frelimo), Joana Simão (Frelimo), Gildo Fortunato Elias Muaga (Frelimo) e Latifo Ismael Xarifo (Renamo).

Fevereiro de 2014 – Delegação do Conselho de Administração da Assembleia da República de Moçambique, composta pelos Deputados Lucas Chomera Jeremias (Frelimo), 1º Vice-Presidente da Assembleia da República de Moçambique e Presidente do Conselho de Administração, Ana Henriques Dimitri (Frelimo) e Eduardo João Ladria (Renamo), Membros do Conselho de Administração, e pelos funcionários, Arginaldo Muandula, Diretor da Divisão de Finanças no Secretariado-Geral, Elisabete Madeira Guiamba, Jurista, e Jorge Alfeu, Secretário.

Julho de 2013 – Delegação da Comissão das Relações Internacionais da Assembleia da República de Moçambique, composta pelos Deputados Carlos Jorge Siliya, Relator da CRI, Arnaldo Francisco Chalaua, Rosa Isabel Maiopué, Joana Simão, Leonor Pedro Amosse, Inácia Henriques Ngonde e Faustino Uamusse.

Setembro de 2011 – Delegação da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género e Ambientais da Assembleia da República de Moçambique composta pelos Deputados Antónia Paulo Charre, Presidente Substituta (FRELIMO); Fernando Jossias Matouassanga (RENAMO), Ermelinda Micaela Rodolfo (FRELIMO), Domingo Gabriel Tavira FRELIMO) e Alcinda da Conceição (MDM).

Julho de 2011 – Visita da Deputada Margarida Adamugi Talapa, na qualidade de Chefe de Bancada da FRELIMO, na Assembleia da República de Moçambique.

Janeiro de 2011 – Visita de estudo do Secretário-Geral da Assembleia da República de Moçambique, Baptista Ismael Machaieie.

Junho de 2010 – Visita oficial da Presidente da Assembleia da República de Moçambique, Verónica Macamo.

Abril de 2010 – Visita oficial do Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza.

Fevereiro de 2008 – Delegação do Conselho Consultivo de Administração da Assembleia da República de Moçambique com vista à troca de experiências nos domínios administrativos, financeiros e patrimoniais. A agenda da visita incluiu, entre outras reuniões, encontros com o Presidente da Assembleia da República, com a Secretária-Geral, com as Comissões Parlamentares de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, de Orçamento e Finanças e de Ética, Sociedade e Cultura, e com os membros do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal – Moçambique. Foi igualmente efetuada uma visita de trabalho ao Tribunal de Contas.

Setembro de 2007 – Delegação do Gabinete da Mulher Parlamentar de Moçambique, chefiada pela Presidente do Gabinete, Deputada Margarida Adamugi Talapa.

2006 – Visita oficial do Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza.

Visitas à Assembleia da República de Moçambique

Março de 2014 – Visita de Delegação da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades

Portuguesas, composta pelos Deputados Sérgio Sousa Pinto (PS), Presidente, António Rodrigues (PSD), Paulo Pisco (PS), José Lino Ramos (CDS-PP), Carla Cruz (PCP) e Helena Pinto (BE).

Outubro de 2012 – Reuniões de trabalho entre o Presidente da Delegação da Assembleia da República de Portugal à AP-CPLP, Deputado Adriano Rafael Moreira, e os Deputados da Delegação da Assembleia da República de Moçambique à AP-CPLP.

Novembro de 2007 – Visita oficial do Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama. No âmbito dessa visita foi assinado entre os dois Presidentes de Parlamento um Protocolo de Cooperação Parlamentar com o intuito de promover relações privilegiadas e intercâmbio de experiências entre os dois países. Por ocasião dessa visita, a Secretária-Geral da Assembleia da República, Conselheira Adelina Sá Carvalho, assinou, com o seu homólogo, um memorando de intenções com o objetivo geral de traçar as diretrizes para a elaboração de um novo Programa de Cooperação Parlamentar.

Junho de 2005 – visita do Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, por ocasião das Comemorações Oficiais da Independência da República de Moçambique.

GRUPO PARLAMENTAR DE AMIZADE

Presidente – Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP)

Vice-Presidente – Deputado Fernando Negrão (PSD)

Vice-Presidente – Deputado Porfírio Silva (PS)

Membros

Deputado Nuno Serra (PSD)

Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD)

Deputado Bruno Coimbra (PSD)

Deputada Edite Estrela (PS)

Deputado João Paulo Rebelo (PS) *

Deputada Palmira Maciel (PS)

Deputado Jorge Campos (BE)

Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP)

Deputada Heloísa Apolónia (PEV)

* Deputado João Paulo Rebelo (PS) – aguarda substituição

ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA CPLP (AP-CPLP)

A Assembleia da República de Moçambique esteve representada na I (2009), em São Tomé (São Tomé e Príncipe), na II AP-CPLP (2010), em Lisboa (Portugal), na III AP-CPLP, em Díli (2011), na IV AP-CPLP, em Luanda (2013) e na V AP-CPLP, em Díli (2014).

DELEGAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA À ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA CPLP

XIII Legislatura

Membros Efetivos:

Presidente da Delegação: Deputado Marco António Costa (PSD)

Vice-Presidente da Delegação: Deputado Porfírio Silva (PS)

Deputado Carlos Páscoa Gonçalves (PSD)

Deputada Ângela Guerra (PSD)

Deputada Elza Pais (PS)

Deputado Luís Moreira Testa (PS)

Membros Suplente: Deputado Pedro do Ó Ramos (PSD)

Deputada Fátima Ramos (PSD)

Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS)

Deputada Maria Antónia de Almeida Santos (PS)

Deputada Carla Cruz (PCP)

Deputado Hélder Amaral (CDS/PP)

EMBAIXADA DE PORTUGAL EM MAPUTO

José Augusto Duarte

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário

Av. Julius Nyerere, 720

C.P. 4696 – Maputo – Moçambique

Tel.: +258 21 490 316 | Fax: +258 21 491 172

E-mail: embaixada@embpormaputo.org.mz | <http://www.embpormaputo.org.mz/>



EMBAIXADA DE MOÇAMBIQUE EM LISBOA

Fernanda Lichale

Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária

Av. de Berna, 7

1050-036 Lisboa – Portugal

Tel.: +351_21 7971994 | Fax: +351_21 7932720

E-mail: geral@embamoc.pt | http://www.embamoc.pt/crbst_10.html



Cultura e património:

Os artistas plásticos moçambicanos, escultores e pintores (inclusive em tecido – técnica batik) projetam o país através dos seus trabalhos.

A música vocal moçambicana também impressiona os visitantes. A timbila chope, um instrumento musical tradicional, foi inclusivamente considerada Património Mundial pela UNESCO. Os ritmos moçambicanos constituem uma das mais importantes manifestações da cultura deste país. A música tradicional tem características banto e também influência árabe, principalmente na zona norte. É normalmente criada para acompanhar cerimónias sociais, principalmente para manifestações de dança.

A música comercial vai beber à música tradicional inspiração, mas muitas vezes usando ritmos e tecnologias importadas de outras culturas. Um dos tipos de música comercial mais conhecidos é a marrabenta, originária do sul do país, que não é apenas música de dança, mas tem frequentemente uma letra com grande conteúdo social.

A literatura de Moçambique é, geralmente, escrita em língua portuguesa – vulgarmente misturada com expressões moçambicanas -, por autores moçambicanos. Apesar de se tratar de um tipo de literatura recente, conta já com exímios representantes como José Craveirinha, Paulina Chiziane e Mia Couto, o que lhe permitiu ganhar um espaço relevante na exigente Literatura Lusófona.

Fontes:

<http://www.ine.gov.mz>

<http://www.undp.org.mz>

<http://www.gee.min-economia.pt>

<http://www.icep.pt>

<http://www.fco.gov.uk>

<http://www.cplp.org>

<http://www.worldbank.org>

The Worldfactbook

Base de dados PLC RE – Relações Externas

Anexo 2: Principais atividades económicas da CPLP em 2016

PRINCIPAIS EVENTOS ECONÓMICOS NA CPLP EM 2016

SEMANA INTERNACIONAL DO CAFÉ

EVENTO

Semana Internacional do Café

Data

21 a 23 de setembro (das 11:00 às 20:00)

Local

Expominas

Avenida Amazonas, 6.030 Gameleira

Belo Horizonte (MG)

CEP: 30510-000

Brasil

Telefone: +(5511) 3586 2233

Site: <http://semanainternacionaldocafe.com.br/>



INTRODUÇÃO

A Semana Internacional do Café (SIC) é um encontro de cafeicultores, torradores, classificadores, exportadores, compradores, fornecedores, empresários, proprietários de cafeterias e apreciadores. O evento acontece na capital do maior Estado produtor do Brasil – Belo Horizonte – e apresenta diversas ações a milhares de profissionais do mundo focadas nas áreas de mercado, consumo, conhecimento, inovação, negócios e empreendedorismo.

O evento é hoje uma das principais ações de promoção do café de Minas Gerais e do Brasil e tem como foco desenvolver o mercado brasileiro e divulgar a qualidade dos cafés nacionais para o mercado interno e para os países importadores, além de potencializar ao máximo o resultado económico e social deste setor.

Números do evento 2015

13 MIL
visitantes

EM 3 DIAS DE EVENTO

26 eventos
simultâneos
e 360 horas de
conteúdo

150 marcas
expositoras

90 expositores

Mais de **120**
amostras de
café recebidas
para a Sala
de Cupping &
Negócios

R\$ 25 milhões
em negócios
iniciados

5 patrocinadores e **10 apoiadores**
de associações de café, food service, mídia
e órgãos governamentais

28 mil cafés
servidos por baristas
de todo o Brasil

10 cafés com
pontuação 87+
concorreram ao título
Coffee of The Year
Brasil 2015

36 competidores
nos campeonatos
nacionais de Barista,
Preparo de Café e
Cup Tasters

38 sessões de
cupping e 1.900
xícaras provadas

Degustação
gratuita de 1.600
xícaras cafés especiais
em ações de divulgação

12 mil curtidas e mais de **88 mil pessoas**
alcançadas com publicações nas redes sociais

52 palestrantes
nacionais e
internacionais
e **59 diferentes**
temas abordados

23 países e
22 estados
brasileiros

100
Compradores
de café verde

35 mil
visitantes
nos sites do
evento e **150 mil**
visualizações
de páginas

+ de 532
inserções
na imprensa e
alcance de mais
de 303 veículos

Milhares de apaixonados e apreciadores de café

Imagem 1: Dados retirados do site oficial do evento - <http://semanainternacionaldocafe.com.br/>

A SIC é realizada pela Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais – FAEMG, pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, pela Café Editora e pelo Governo de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Agricultura.

PRINCIPAIS EVENTOS ECONÓMICOS NA CPLP EM 2016

MERCOAGRO

EVENTO

Mercoagro

Data

13 a 16 de setembro (das 14:00 às 21:00)

Local

Parque de Exposições Tancredo
Neves, Chapecó (SC),

Brasil

Telefone: + 55 11 2730-0522

Site: <http://www.mercoagro.com.br/>



INTRODUÇÃO

A 11.^a edição da Mercoagro será marcada pelas inovações no processamento e industrialização de carne.

Ao difundir tecnologias, conhecimentos e ao gerar a aproximação entre fornecedores e consumidores, a Mercoagro, ao longo dos anos, promoveu o crescimento do setor em vários aspetos: economicamente, fomentando negócios, na criação de laços empresariais, ampliando a visibilidade das empresas participantes, ajudando a construir a reputação das mesmas e ainda a gerar projecção internacional.

Chapecó é um dos principais polos tecnológicos de industrialização de carnes do planeta. Também é o local onde nasceram as maiores e mais importantes indústrias do agronegócio do Brasil.

Devido à proximidade geográfica, a Mercoagro tem a vantagem de receber visitas de um público amplo e especializado, reunindo os profissionais-chave na cadeia produtiva, determinantes para a tomada de decisões em empresas do setor.

Dados técnicos

- **Número de *stands*:** 400.
- **Número de marcas/empresas representadas:** 650.
- **Público visitante:** 35.000
- **Países presentes na condição de expositores ou visitantes:** Alemanha, Argentina, Áustria, Austrália, Bolívia, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Holanda, Paraguai, Uruguai e Venezuela.
- **Projeção de negócios perspectivada (negócios fechados durante a feira, negócios agendados e negócios fechados nos meses seguintes):** US\$ 160 milhões.
- **Edição atual:** 11.^a.
- **Edições anteriores:** 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014.
- **Classificação:** maior feira do setor na América Latina.

- **Empregos temporários criados:** 3.000 empregos.
- **Injeção direta de recursos na economia local/regional:** R\$ 12 milhões.
- **Espaço físico da exposição:** área bruta coberta de 15 mil m².

PRINCIPAIS EVENTOS ECONÓMICOS NA CPLP EM 2016

FACIM

EVENTO

FACIM – Feira Agropecuária,
Comercial e Industrial de Moçambique

Data

29 de agosto a 4 de setembro

**Local**

Avenida 25 de Setembro, N.º 1008, 2.º andar

Maputo

Moçambique

Telefone: +258 21 307 257/8

Fax: +258 21 300 193/21 307 256

Site: <http://www.facim.org.mz/>

INTRODUÇÃO

A FACIM é um espaço privilegiado onde se juntam produtores, vendedores, investidores, importadores, exportadores, compradores, entre outros.

O objetivo principal da FACIM é a promoção das trocas comerciais, estimular a produção e o consumo e a integração económica de Moçambique na economia mundial.

Dentro das regras estabelecidas, compete aos expositores tirarem o máximo aproveitamento do espaço disponível, divulgar os seus produtos, equipamentos, maquinaria, inovações e serviços.

Os Expositores recorrem a várias técnicas para a divulgação da sua mensagem, quer recorrendo à simples exposição dos mostruários, fazendo demonstrações práticas dos produtos, distribuindo amostras e promovendo palestras.

O sucesso deste evento está ligado a vários fatores, nomeadamente a qualidade de decoração do pavilhão ou *stand*, a quantidade de contactos estabelecidos, volume de vendas concretizados e as relações que se criam entre empresas no ambiente da Feira.

NÚMERO DE EXPOSITORES E VISITANTES NOS ÚLTIMOS 5 ANOS NA FACIM

| Descrição | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-----------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Países | 18 | 19 | 22 | 26 | 31 |
| Empresas estrangeiras | 470 | 526 | 622 | 651 | 680 |
| Empresas nacionais | 1.070 | 1.274 | 1.398 | 1.975 | 2.750 |
| Total | 1.558 | 1.819 | 2.042 | 2.651 | 3.430 |
| Visitantes | 60.200 | 60.200 | 82.000 | 84.605 | 92.689 |
| Total Geral | 61.758 | 62.019 | 84.042 | 87.256 | 95.472 |

PRINCIPAIS EVENTOS ECONÓMICOS NA CPLP EM 2016

FEIRA INTERNACIONAL DO ARTESANATO

EVENTO

Feira Internacional do Artesanato

Data

2 a 6 de novembro (2 a 4 das 16:00 às 22:00 – 5 e 6 das 10:00 às 22:00)



Local

Pavilhão Expobrasília

Parque da Cidade

Brasília-DF

Brasil

Telefone: 61 3345-0011 / [61 8411-6283](tel:6184116283)

Site: <http://www.salaodoartesanato.com.br/>

INTRODUÇÃO

Durante cinco dias, o Pavilhão Expobrasília do Parque da Cidade acolherá a mais nova edição da grande festa anual do artesanato brasileiro - é o 9.º Salão do Artesanato. A iniciativa tem o trunfo de ser o único evento realizado em Brasília a contar com apoio e participação do Programa do Artesanato Brasileiro – PAB, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, o que garante a presença de artesãos de todo o país.

O Salão do Artesanato foi concebido para ser um espaço destinado à difusão e ao intercâmbio de diferentes culturas, à comercialização de produtos artesanais e à troca de conhecimentos. Nos cinco dias do evento, o público tem oportunidade de conhecer peças criadas com distintos materiais e técnicas, como cerâmica, madeira, fibras naturais, tecidos, materiais reciclados, vidro e muito mais. O artesanato brasileiro está entre os mais ricos do mundo e garante o sustento de famílias e até de comunidades inteiras.

Todas as regiões brasileiras estarão representadas através de alguns de seus mais conhecidos produtos. De Minas serão peças em cerâmica, bordados e cachaças; do Nordeste chegarão à exposição rendas, bordados e bolsas de couro; de outros estados do Sudeste, tapetes, peças de crochê entre outros. Como participações especiais, poderão ser encontrados os seguintes países: Índia, Indonésia, Síria, Senegal, Turquia e México.

PRINCIPAIS EVENTOS ECONÓMICOS NA CPLP EM 2016

MOZAMBUILD

EVENTO

MOZAMBUILD – Exposição Internacional da Construção e dos Interiores de Moçambique

Data

22 a 24 de novembro

Local

Radisson Blu Hotel
Avenida da Marginal
PO Box 1104
Maputo
Moçambique
Telefone: +44 (0) 207 700 4949
Site: <http://pt.mozambuild.com/>



INTRODUÇÃO

A MOZAMBUILD é a principal feira comercial dedicada à indústria de construção em Moçambique.

Edições anteriores do evento reuniram mais de 80 expositores oriundos de 15 países. O evento conta com três dias de exposição, uma série de formações técnicas e corporativas e reuniões *B2B*. O evento contará igualmente com uma campanha promocional especializada com o objetivo de maximizar o número de visitantes profissionais presentes no evento.

Com uma indústria relativamente jovem, a MOZAMBUILD é o primeiro evento internacional centrado na indústria de Construção de Moçambique. A organização pretende a médio prazo que o evento se torne num dos principais eventos na indústria de Construção na África Austral.

É de notar, no âmbito da CPLP, que a Câmara de Comércio e Indústria e Agropecuária Brasil-Moçambique, apoia de forma institucional esta exposição.

- **257 Visitantes**
- **20 Expositores**
- **8 Países Representados**

Análise Detalhada dos Expositores
por Região

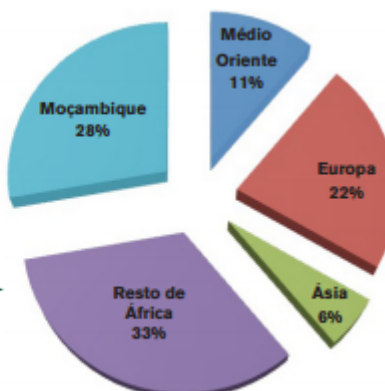


Imagem 1: Dados referentes a 2014 (últimos disponíveis)

PRINCIPAIS EVENTOS ECONÓMICOS NA CPLP EM 2016

MARINTEC SOUTH AMERICA

EVENTO

Marintec South America – Construção Naval, Manutenção, Operações



Data

19 a 21 de setembro (das 13:00 às 20:00)

13ª edição

Local

Centro de Convenções SulAmérica,
Av. Paulo de Frontin,
Cidade Nova / Rio de Janeiro
Brasil
Telefone: +55 11 4878-5911
Site: <http://www.mercoagro.com.br/>

CONSTRUÇÃO NAVAL
MANUTENÇÃO
OPERAÇÕES

INTRODUÇÃO

A Marintec South America é a principal plataforma de negócio para a criação de relações empresariais com a comunidade marítima da América do Sul. O evento é o ponto de encontro da indústria naval que reúne armadores, estaleiros, fabricantes e fornecedores, nacionais e internacionais.

A organização encontra alguns motivos para as empresas do setor exporem os seus produtos e inovações neste encontro internacional. A presença de mais de 16 mil profissionais altamente qualificados, o facto dos principais Estaleiros e Armadores nacionais brasileiros e internacionais comparecerem no evento, juntamente com as mais conceituadas marcas do setor naval, bem como a possibilidade de reunião com os gestores de outras empresas, dando a oportunidade de concretização de acordos nacionais e internacionais na área.

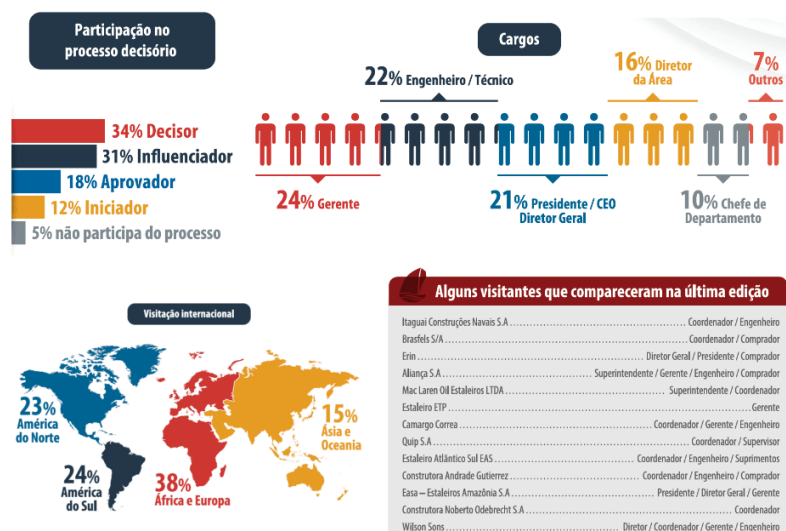


Imagem 1: Dados retirados do site oficial do evento - <http://marintecsa.com.br/>

PRINCIPAIS EVENTOS ECONÓMICOS NA CPLP EM 2016

FILDA 2016

EVENTO

FILDA 2016

Data

19 a 24 de julho

Local

Estrada de Catete, Km 12

Luanda

Angola

Telefone: +244 926 405 970

Fax: +244 222 862 161

Site: <http://www.fil-angola.co.ao/>



FILDA2016
FEIRA INTERNACIONAL DE LUANDA

INTRODUÇÃO

No âmbito da realização da 33.^a Edição da FILDA 2016 – Feira Internacional de Luanda, que decorrerá de 19 a 24 de julho, sob o lema “dinamismo, criatividade e competência na produção nacional, um pressuposto para a diversificação e industrialização da Economia Angolana, e um desafio para a juventude empreendedora”, a FILDA 2016 lança o novo produto que é o Pavilhão Angola, onde estarão agregados os setores de produção nacional angolana e empreendedores diversos, que poderão expor produtos, serviços e participar em ciclos de conferências, assim como estabelecer contactos para novos negócios.

O pavilhão Angola estará dividido em quatro grandes salões – o salão do setor mineiro, o salão do setor de alimentação e bebidas, o salão do setor desportivo e um salão misto, onde estarão todos os restantes setores de atividade económica em Angola.

Este ano a organização coloca em destaque o setor mineiro, com o objetivo de estimular a captação de investimento privado, estabelecimento de parcerias estratégicas e o fomento do desenvolvimento do comércio ao nível da produção nacional.

Participação portuguesa

No último ano Portugal foi representado pela Associação Empresarial de Portugal (AEP) e contou com o apoio da AICEP. O pavilhão de Portugal representou o saber fazer dos setores transacionáveis da nossa economia e da qualidade e modernidade da atual oferta nacional, a começar desde logo pelos produtos e serviços das cerca de 9.400 empresas portuguesas que exportam para Angola.

Na FILDA de 2015 participaram quase mil empresas, 95 das quais portuguesas, o que proporcionou a Portugal a primazia entre os 39 países representados no certame. A Itália foi o segundo parceiro económico de Angola com mais empresas inscritas numa feira, que se estendeu por mais de 50 mil metros quadrados (seis pavilhões). Alemanha e E.U.A. foram outras presenças que se fizeram notar.